

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS
UNISANTOS**

RITA DE CÁSSIA ABREU ERRA

**A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ORIENTADOR EDUCACIONAL: UM ESTUDO
NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SANTOS/SP**

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

SANTOS/SP

2019

RITA DE CÁSSIA ABREU ERRA

**A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ORIENTADOR EDUCACIONAL: UM ESTUDO
NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SANTOS/SP**

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Católica de Santos, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, sob a orientação da Prof^a Dr^a Ivanise Monfredini.

Linha de Pesquisa: Instituições Educacionais, História, Política e Processos de Gestão.

SANTOS/SP

2019

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Ivanise Monfredini
Orientadora (UNISANTOS)

Membro Externo

Membro Interno (UNISANTOS)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles que buscam uma educação de qualidade, preocupada com o ser humano e suas especificidades e que, principalmente, entende que somos únicos e devemos ser tratados de forma única.

Aos meus netos Vívian, Lola e Matias, vocês são a esperança de um amanhã mais justo e melhor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pela bênção da cura em minha vida para que eu pudesse cursar o Mestrado e concluí-lo.

Ao meu esposo Antonio pela compreensão, apoio e ajuda nos dias de dedicação total à escrita dessa dissertação. Te amo!

Aos meus filhos Natália e Raphael, vocês são minha inspiração.

Aos meus companheiros de mestrado Alex, Denise, Everton, Gilson, João Carlos, Lucas, Sônia, Renata e Theo, as manhãs e as tardes de aula com vocês foram especiais, obrigada pela torcida. Renato, você não esteve desde o início, mas no final foi essencial.

Ao Liceu Santista e meus amigos de trabalho pela ajuda e compreensão nas minhas ausências.

Finalmente, mas não menos importantes, às orientadoras educacionais do município de Santos e sua formadora pelos relatos de um cargo tão importante dentro das escolas, o depoimento de vocês serviram de inspiração para esta e futuras pesquisas.

PRECE DO ORIENTADOR

Senhor, eu sou aquela presença necessária à juventude, capaz de ajudar a buscar a sua plenitude, fazendo-a conhecer suas limitações e possibilidades, levando-a a perceber o ideal que deve ser atingido.

Sou aquela que lhe fala no momento da indecisão.

Sou a mão que se estende, quando há incompreensão.

Sou alguém que lhe acena com novas esperanças...

Sou, muitas vezes, o elo que prende à própria vida.

Sou a imagem distante da sua infância querida.

Sou a própria recordação do seu riso de criança.

E assim minha tarefa frequentemente se me afigura como um murmúrio que cresce entre mim e a criatura, desconhecido do mundo sublime do que se pretende.

E assim cada dia que passa, cada vez mais percebo toda a responsabilidade que esta missão me traz.

Buscando junto de ti o apoio de que dependo.

Senhor, possa eu ser a luz para outras vidas iluminar, tendo a perfeita consciência até onde devo chegar.

Sendo presença de amor em cada coração.

Que nunca me falte a fé, o ideal, a coragem, de transformar minha vida numa perene mensagem, que dê um real sentido à minha orientação.

(Autor Desconhecido) (SIQUEIRA, 1995, p. 23)

RESUMO

Nosso objeto de estudo é o Orientador Educacional (OE) que atua nas escolas municipais do município de Santos/SP. A questão desta pesquisa é conhecer como o OE trabalha na escola em que está inserido e qual a sua formação inicial e em trabalho. Como se dá a formação inicial e em serviço do OE? Esta pesquisa permitiu demonstrar a importância do OE na escola pública da cidade de Santos-SP e qual é a sua função diante dos professores e alunos. Justifica-se a pesquisa necessidade de se conhecer esta função dentro das escolas, uma vez que a revisão bibliográfica inicial evidenciou a existência de poucos estudos sobre o tema. O problema central a ser respondido é: o OE nas escolas municipais na cidade de Santos tem condições adequadas para atuar na relação professor-aluno, nos problemas encontrados na escola e na comunidade em que está inserido? A literatura indica que a OE é um campo que está especialmente comprometido com os alunos, com toda a escola e a comunidade, mesmo que sua função ainda não seja muito reconhecida. A realidade das escolas atuais, no século XXI, indica que existe pela frente um grande desafio, que necessita de um elevado esforço pedagógico, ou seja, o ensino, a serviço das metas educacionais, objetivando o equilíbrio entre o ser saber e o saber ser, isto é, entre o sujeito cognoscente e o sujeito social, consciente, equilibrado e responsável. Foi realizada pesquisa qualitativa, com busca de documentos em arquivos históricos, entrevistas com orientadores pedagógicos do município de Santos/SP, que permitiu obter um maior conhecimento dessa função e qual seu papel dentro da Equipe de Gestão e sua participação no trabalho docente.

Palavras-chave: Orientador Educacional, Formação, Gestão Escolar, Educação.

ABSTRACT

Our object of study is the Educational Advisor (EO) who works in municipal schools in the city of Santos / SP. The question of this research is to know how the EO works in the school in which it is inserted and what is its initial and work training. How is the initial and in-service training of the EO? This research allowed demonstrating the importance of the EO in the public school of the city of Santos-SP and what its function is before the teachers and students. The research justifies the need to know this function within schools, since the initial literature review showed the existence of few studies on the subject. The central problem to be answered is: Does the EO in the municipal schools in the city of Santos have adequate conditions to act in the teacher-student relationship, in the problems found in the school and in the community in which it is inserted? The literature indicates that the EO is a field that is especially committed to the students, the whole school and the community, even though its function is not yet well recognized. The reality of current schools in the 21st century indicates that there is a great challenge ahead, which requires a high pedagogical effort, that is, teaching, serving the educational goals, aiming at the balance between knowing and knowing how to be. That is, between the knowing subject and the conscious, balanced and responsible social subject. A qualitative research was carried out, searching documents in historical archives, interviews with pedagogical advisors from the city of Santos / SP, which allowed us to gain a better knowledge of this function and what is its role within the Management Team and its participation in the teaching work.

Key words: Educational Advisor, Training, School Management, Education.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 1 - Vulnerabilidade Social - Município - Santos – SP	103
Tabela 2 - Crianças e Jovens - Educação - Município - Santos – SP	104
Tabela 3 – Renda - Renda, Pobreza e Desigualdade - Município – - Santos – SP	105
Tabela 4 – Trabalho - Ocupação da população de 18 anos ou mais – - Município - Santos – SP	105
Quadro 1 - Síntese dos dados sobre as Orientadoras Educacionais	
Entrevistadas	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

OE	Orientador Educacional
EJA	Educação de Jovens e Adultos
PPP	Projeto Político Pedagógico
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
EaD	Ensino a Distância
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNE/CP	Conselho Nacional de Educação/Curso de Pedagogia
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
EUA	Estados Unidos da América
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
INEP	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
ISOP	Instituto de Seleção e de Orientação Profissional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
FENOE	Federação Nacional de Orientadores Educacionais
UME	Unidade Municipal de Ensino
SANEE	Sala para Atendimento de alunos com Necessidades Educacionais Especiais
APM	Associação de Pais e Mestres
CE	Conselho de Escola
BNH	Banco Nacional de Habitação
IAPI	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários
SESC	Serviço Social do Comércio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Índice GINI de Renda Domiciliar per capita (Brasil-São Paulo- - Santos)	107
Figura 2 – Região Metropolitana da Baixada Santista	108
Figura 3 – Macrozonas de Santos	109
Figura 4 – Bairros de Santos	110
Figura 5 – Mapa do Bairro da Aparecida	115
Figura 6 – Mapa do Morro da Nova Cintra	117
Figura 7 – Mapa do Bairro do Estuário	118
Figura 8 – Mapa do Bairro do Valongo	120
Figura 9 – Mapa do Bairro de Santa Maria	121

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO 1 – A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ORIENTADOR.....	32
1.1- O Curso de Pedagogia, a Formação do Docente e do Orientador Educacional	34
1.2- A Formação do Docente	43
1.3- A Formação do Orientador Educacional	54
CAPÍTULO 2 – O ORIENTADOR EDUCACIONAL: BREVE HISTÓRICO	71
2.1 – Funções do Orientador Educacional em diferentes momentos históricos	72
CAPÍTULO 3 – O ORIENTADOR EDUCACIONAL EM SANTOS/SP.....	89
3.1- A Política pública e o OE em Santos-SP	97
CAPÍTULO 4 - ANÁLISE DOS DADOS	112
CONCLUSÃO	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	155

APRESENTAÇÃO

Minha trajetória profissional é longa e não iniciou na educação, mas a partir do momento da decisão em ingressar nessa área, na qual muitos foram os caminhos trilhados e os cargos exercidos: professora de educação infantil, ensino fundamental 1 e 2 e ensino médio, coordenadora pedagógica, assistente de direção, diretora pedagógica e orientadora educacional, cargo que me trouxe a inspiração pela busca de um maior conhecimento sobre a história dessa função dentro da escola.

Minha primeira formação é em tradução e interpretação, inglês-português. É necessário voltar um pouco atrás, quando resolvi estudar medicina, ainda no ensino médio, pois queria ser pediatra, por amar as crianças.

Sou membro de uma igreja evangélica desde os 17 anos e sempre trabalhei com as crianças, contando histórias, elaborando programações especiais, brincadeiras e atividades lúdicas. Fiz cursos voltados para essa área.

Ao prestar vestibular para medicina, não consegui ingressar em uma universidade pública, dessa forma, não tinha condições de fazer medicina em uma universidade particular.

Minha mãe trabalhava em uma joalheria e um de seus clientes era mantenedor de uma faculdade e ofereceu-me uma bolsa de estudos integral, no curso que quisesse (dos que ele oferecia), caso passasse entre os 50 (cinquenta) melhores classificados. Prestei o vestibular e passei em 13º lugar. Assim começou minha formação em tradução e interpretação.

Comecei a trabalhar como secretária bilíngue e assim foi até me casar, com 22 anos. Casei-me, tive dois filhos, optei em cuidar deles até os 5 anos e me afastei do mercado de trabalho.

Já entediada de ficar em casa, comecei a pensar em uma profissão onde pudesse levá-los comigo, sem ter como objetivo algo que gostasse, que me atraísse. Foi assim que iniciei minha carreira na educação.

Pesquisei o que era necessário para ser professora e descobri que precisava apenas fazer pedagogia, mas como queria ser uma profissional mais completa, voltei ao ensino médio para cursar o magistério, antigo curso normal. Foram 4 anos de

magistério (sim, fiz questão de fazer todos os anos), de 1990 até 1993, e logo em seguida, prestei vestibular para pedagogia, passando em 5º lugar.

Já no curso de magistério comecei a trabalhar, como professora estagiária, na educação infantil. Era 1991.

Em 1992 fui chamada para ser professora em uma escola de porte médio em São Paulo e a partir de então, sigo no caminho da educação, onde já trabalhei como professora de todos os níveis (de berçário a ensino superior), atuei como coordenadora pedagógica, vice-diretora, diretora (sim, tive uma escola de educação infantil) e orientadora educacional, que se tornou meu cargo predileto na educação.

Em 1994 iniciei a pedagogia, mas ainda no magistério o bichinho da educação me picou e fiquei completamente apaixonada. Conviver com crianças, onde cada dia era uma descoberta, uma aventura nova, uma aprendizagem prazerosa.

No mesmo ano iniciei minha jornada na Gestão Escolar, atuando como coordenadora pedagógica de um berçário, onde pela manhã era professora e à tarde coordenadora.

A gestão escolar me encantou, assim, em 1996 comprei uma escola de educação infantil, onde pude conhecer o lado administrativo da educação, pois como diretora e mantenedora, coube a mim, cuidar da saúde financeira dessa escola, além de ter a preocupação com a parte legal e fiscal da mesma.

Em 1997 fui escolhida como monitora da minha professora de psicologia da educação na universidade onde cursava a pedagogia, assim iniciou minha jornada como professora universitária, pois essa professora estava grávida e quando ela saiu de licença maternidade assumi suas aulas de psicologia da educação, para os alunos do primeiro e segundo ano. Nesse último ano da graduação em pedagogia iniciei um trabalho com o programa Alfabetização Solidária, onde o governo federal fornecia subsídios para que as universidades promovessem a contratação e a capacitação de professores alfabetizadores em municípios pequenos e pobres do interior do nordeste, mantendo também, uma parceria com a empresa privada. Fui ao município de Icó, no interior do Piauí e colaborei com a contratação de 8 professores que cuidariam da alfabetização de adultos do município e em junho de 1997, esses professores, bem como mais 20 de outros municípios que a universidade cuidava foram à São Paulo para uma capacitação completa, com disciplinas voltadas às metodologias de

Matemática, Língua Portuguesa, Ciências, História, Geografia, Arte, além de receberem noções de higiene pessoal, imersão cultural, com visitas a museus, monumentos históricos, cinemas e teatros da cidade. Fui a responsável pela disciplina de alfabetização e letramento, pois participava de um grupo de pesquisa sobre o assunto.

Em 1998 iniciei a pós-graduação *Latu sensu* em psicopedagogia que me fez enveredar pelos caminhos da inclusão, numa época em que pouco se falava no assunto, conhecendo o diferente e alguns aspectos que o envolviam.

Nessa mesma época era proprietária de uma escola de educação infantil, um sonho que sempre tive ao ingressar na educação, mas que não foi o que esperava, assim, como as pessoas mudam e seus sonhos também, em 1999 encerrei minha trajetória como mantenedora de uma escola.

Fechei a escola que havia criado em 1995... e voltei a trabalhar com alunos de ensino fundamental 1 e 2, além de ministrar aulas de psicologia para os alunos do ensino médio. Entendi que a parte fiscal e administrativa da escola não me interessava, era apaixonada pelo aluno, pela descoberta que cada menino manifestava após uma aula, pela vida que existe em cada sala de aula.

Terminando a psicopedagogia em julho de 1999, ingressei num programa de mestrado profissionalizante em educação para os valores humanos, mas o mesmo não foi reconhecido e resolvi sair.

No ano 2000 iniciei um trabalho de assessoria pedagógica e coordenação pedagógica em uma escola de médio porte e senti a necessidade de conhecer mais sobre essa função, assim, iniciei uma especialização em Coordenação Pedagógica na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo a PUC, onde o mundo da pesquisa me cativou mais ainda. Iniciei também, num consultório multidisciplinar como psicopedagoga, trabalhando com psicólogos, fonoaudiólogos, nutricionistas, psicomotricistas e terapeutas ocupacionais.

Nessa época intensificou-se o trabalho de ministração de cursos e palestras para formação de professores, outro trabalho que ainda desenvolvo nos dias atuais.

Em 2006 recebi uma proposta para coordenar uma escola de educação infantil que estava iniciando o ensino fundamental anos iniciais na cidade de Valinhos-SP, aceitei a proposta e elaborei toda a documentação necessária junto à Diretoria de

Ensino, além de cuidar da parte pedagógica de toda a escola.

Em 2009 fui chamada para ser orientadora educacional de uma grande escola do município de Campinas-SP, onde atuei até 2010, quando me mudei para o litoral de São Paulo. Iniciava aí uma nova função na gestão escolar, a que mais me identifiquei, pois com ela eu podia atender ao aluno em suas necessidades pessoais, orientá-los quanto a organização de seus estudos, além de promover um ambiente mais adequado aos alunos com dificuldade de aprendizagem, trabalhando com os professores para uma aprendizagem mais significativa desse aluno.

Com a mudança para o litoral de São Paulo, em 2011 fui contratada para ser coordenadora pedagógica e orientadora numa grande escola do município de Praia Grande, onde a preocupação em atender a cada aluno em suas necessidades tornou-se mais latente, pois atuando como coordenadora o contato com o professor era mais próximo, mas ao mesmo tempo podia ter um olhar mais aprimorado para a inclusão de alunos com necessidades especiais e dificuldade de aprendizagem.

Em 2015 fui chamada para trabalhar no Liceu Santista, a maior e mais antiga escola da cidade de Santos como orientadora educacional. Essa foi uma grande oportunidade de aprofundamento do trabalho de inclusão nas escolas, pois o Liceu tornou-se referência em inclusão escolar, por ter uma preocupação em atender à necessidade específica de cada aluno.

Atualmente cuido dos alunos do ensino fundamental 2 e médio, orientando professores quanto à prática pedagógica adequada aos alunos de inclusão e com dificuldade de aprendizagem, atuo na manutenção da disciplina escolar, elaboro roteiros de estudo e promovo palestras e trago as informações necessárias sobre carreira, universidade e mercado de trabalho.

No Liceu surgiu a grande oportunidade de ingressar no programa de pós-graduação stricto sensu da Universidade Católica de Santos – Unisantos, um sonho antigo, que se tornou realidade em 2016, mas que teve que se manter na incubadora por mais um ano, pois descobri uma grave doença e tive que me licenciar para cuidar dela.

Em 2017, já recuperada, consegui finalmente ingressar no programa que me proporcionou grandes momentos de aprendizagem, conhecimento, aprofundamento e reflexão. Me tornar mestre é o realizar de um grande sonho, que hoje já está dando

lugar a um outro, o doutorado.

Educar é a possibilidade transferir o que se sabe, aprendendo o que foi ensinado, assim como nos fala Cora Coralina (2013). Isso, para mim é a educação, pois tudo o que se faz com amor, com sentimento, com prazer, só pode nos trazer bons frutos.

O orientador é um dos profissionais que compõe a equipe gestora da escola. Sua função muito tem sido discutida nos dias atuais, pois no decorrer de sua história, essa função mudou de objetivo e foco várias vezes.

Ele pode ajudar no processo de aprendizagem e pode melhorar a relação entre o docente, o discente e a família, além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos alunos, sendo um incentivador das mudanças na postura do educador, quando este desenvolve seu trabalho demonstrando como os alunos podem ter um melhor desenvolvimento no dia a dia com prazer.

Quando se descreve o papel do Orientador, o foco fica voltado para a atuação deste no que está relacionado ao projeto pedagógico da escola onde atua com a comunidade, especialmente quando se afirma que: “O Orientador tem a função de fazer com que os pais participem do projeto da escola de diferentes formas, desde o planejamento do projeto pedagógico até as decisões que a escola deve tomar.” (GRINSPUN, 2011, p. 109)

Nas escolas atuais os gestores são aqueles que irão dirigir, planejar, cuidar e organizar as atividades desenvolvidas com toda a comunidade escolar, por isso, ao se falar em orientação educacional é relevante falar em Gestão Escolar.

Ao se analisar algumas pesquisas na área de gestão escolar, vê-se a necessidade de se fazer uma reflexão sobre o tema de maneira que seja possível ultrapassar o que se entende sobre gestão, como uma palavra recente que se incorpora ao ideário das novas políticas públicas e que vem substituir o termo administração escolar. O fato de que a ideia de gestão escolar se desenvolve em associação a um contexto de outras ideias como a transformação e a cidadania permite pensar em gestão como uma articulação consciente entre ações que se realizam no cotidiano da instituição escolar e o seu significado político e social. (BARROSO, 1997)

O movimento de gestão democrática da educação avançou muito na década de 1980 até perto de 1990, com a abertura política e com a promulgação da Constituição de 1988, onde se inseriu a gestão democrática como princípio, como segue no artigo 206, inciso VI: “Gestão democrática do ensino público, na forma de lei.” (BRASIL, 1988).

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que confirmou a participação de todos os envolvidos com a educação, não só na gestão da escola, mas também da construção do projeto político pedagógico, muitas mudanças ocorreram e ainda precisam ocorrer, pois só existe gestão democrática quando todos participam.

Gracindo et al (2004) diz que: “Para que a participação seja realidade, são necessários meios e condições favoráveis, ou seja, é preciso repensar a cultura escolar e os processos, normalmente autoritários, de distribuição do poder no seu interior.” (GRACINDO et al, 2004, p. 17)

Três são os motivos que explicam a situação precária da gestão escolar democrática, segundo Barroso (1997):

- a) Um projeto político conservador é aquele que está escondido nas práticas administrativas, além de uma administração que pode ser muito burocrática e controladora, que dá ênfase à uniformidade, disciplina e homogeneidade tornando mais difícil uma atitude criativa, assumindo práticas de programas empresariais de qualidade total.
- b) A falta de formação ética e política dos gestores eleitos: gestores que não têm esta formação acabam privilegiando os interesses privados em detrimento dos coletivos e públicos.
- c) A confusão criada pela defesa das políticas neoliberais de privatização no setor administrativo público, fazendo com que os dirigentes em seus cargos administrativos e os dirigidos não consigam separar o que é público do privado.

Dessa forma, como é possível construir, a partir desse contexto uma participação democrática na gestão e na construção da proposta pedagógica da escola? Governos neoliberais¹ entendem que propostas de participação da

¹ Conforme Dardot e Laval (2016) o neoliberalismo não pode ser considerado uma simples continuidade das ideias liberais, mas, sim o rompimento com a versão dogmática do liberalismo, que tinha como uma verdade inquestionável o *laissez-faire*, além de ser o responsável pelo capitalismo contemporâneo. Na racionalidade neoliberal, que tem como base a concorrência integral em todos os âmbitos, possui uma dimensão totalizadora, abarcadora de tudo, desde o Estado até todas as esferas da existência humana. Essa nova racionalidade, também denominada razão-mundo pelos autores, envereda os caminhos da: “... construção do mercado à concorrência como norma dessa construção,

comunidade na administração das escolas devam ser através de programas sociais, como o “Amigos da Escola” (ago/1999), “Escola da Família” (ago/2003). Já os educadores e pesquisadores acreditam que essa participação não é o suficiente, pois apenas permanecer na espera é o papel que a mídia já faz muito bem. Tudo fica em um movimento de espera, mas nada é efetivamente realizado (SILVA, 1996)

Quando se procura desenvolver um trabalho de pesquisa é necessário que se busque a solução de um problema, para que este seja resolvido, ou mesmo, estudado. Dessa forma, o problema central desse trabalho tenta unir a minha experiência profissional frente a este tema, ao tratar do OE em escolas municipais.

Notei que poucas escolas particulares possuem Orientadoras Pedagógicas, portanto, minha pesquisa teve como foco os OEs que atuam em escolas municipais de Santos – SP.

Conforme Grinspun (2003) ao ser entrevistada pela Revista Nova Escola, o OE trabalha em parceria com os professores, tendo o compromisso com a formação permanente em tudo o que está ligado aos valores, às atitudes, às emoções e aos sentimentos, constantemente analisando discutindo e criticando com a família, os educadores e o próprio educando.

Mesmo ela entendendo ser um papel fundamental dentro das escolas Grinspun (2003) vivencia um grande número de escolas sem esse profissional, mas não quer dizer que não tenha uma pessoa desempenhando essa função. Em muitas escolas o Coordenador Pedagógico tem essa função.

da concorrência como norma da atividade dos agentes econômicos à concorrência como norma da construção do Estado e de sua ação e, por fim, da concorrência como norma do Estado-empresa à concorrência como norma da conduta do sujeito-empresa.” (Dardot e Laval, 2016 p. 379).

Os autores são pessimistas ao afirmarem que a nova razão neoliberal é uma situação que inspira o ceticismo, pois os indivíduos não constroem nem rompem com as novas formas de subjetivação. Os indivíduos não têm escolha, assim, resignam-se diante da inescapável situação dessa razão-mundo e a luta incansável contra essa racionalidade, sem conseguir se adaptar ou mesmo, escolhendo essa realidade, aceitando a “jaula de aço” neoliberal. O neoliberalismo foi disseminado pelo mundo contemporâneo como a fórmula mágica para a retomada do desenvolvimento econômico, com uma maior austeridade fiscal, privatizações e liberalização do mercado, tudo em prol da retomada do desenvolvimento dos países que passavam por uma estagnação econômica global. Com ele, o Estado se desgastou e enfraqueceu diante dos fatores econômicos. O neoliberalismo transformou o Estado no grande vilão da economia. Por toda parte, as atividades governamentais foram reduzidas, os gastos públicos enxugados e o capital desonerado. Assim, o neoliberalismo, não está ligado à globalização, mas foi extremamente ajudado pelas novas tecnologias, seu avanço foi rápido e eficaz, mas não são todos os indivíduos que podem usufruir das novas tecnologias, e Bauman (1999, p. 78) afirmou que “... a tecnologia não causa impacto nas vidas dos pobres do mundo. De fato, a globalização é um paradoxo: é muito benéfica para muito poucos, mas deixa de fora ou marginaliza dois terços da população mundial.”

Na cidade de Santos não é diferente, as escolas municipais têm um OE em cada unidade (81), mas nas escolas estaduais (32) não tem o OE. Nas ETECs (2) e escolas particulares (202), apenas 30% dessas escolas somadas possuem OE, o que comprova a experiência da professora Grinspun. (SEESP, 2017)²

Existe uma questão importante com relação ao nome Orientador Pedagógico ou Educacional. Alguns são registrados como Orientadores Pedagógicos (o que aconteceu comigo), pois a escola quer uma pedagoga e psicopedagoga, que tenha a noção do que é pedagógico. O pedagógico, nesses casos, se entende como tudo o que envolve ensino e aprendizagem dos alunos.

Durante a pesquisa evidenciou-se que o nome Orientador Educacional pode sofrer transformações nas diversas escolas e redes de ensino, mas não existe material de pesquisa com fontes confiáveis que definam se existe uma diferença de atuação relacionada ao nome pedagógico ou educacional.

O objetivo geral desta pesquisa é o de conhecer o orientador educacional das escolas municipais de Santos/SP, sua função e seu trabalho dentro dessas instituições, para entender como se dá a formação desse profissional, que é mediada pela sua formação inicial, sua formação em serviço, o trabalho junto a docentes e alunos e tempo de exercício na função, além do seu papel junto à equipe gestora.

Os objetivos específicos são:

- Conhecer o trabalho do Orientador Pedagógico/Educacional dentro das escolas municipais de Santos/SP:
 - No trabalho com os alunos em geral;
 - No trabalho com os alunos com dificuldade de aprendizagem e com deficiências;
 - No trabalho com os professores;
 - No trabalho com os funcionários;
 - No trabalho junto ao coordenador pedagógico; e
 - No trabalho junto à equipe gestora da escola.

² SEESP – Secretaria de Educação do Estado de São Paulo

- Realizar um levantamento bibliográfico sobre o assunto.

Fez-se um levantamento bibliográfico sobre o tema nos principais sites de pesquisa científica como Scielo, Anped e Lilacs, mas foi muito difícil encontrar material para se conceituar a identidade profissional do OE e sua formação, foco desse trabalho.

Inicialmente realizou-se um levantamento documental na Prefeitura de Santos-SP para conhecer os fatos históricos que estão relacionados ao Orientador Educacional na cidade, procurando saber, principalmente, quando este cargo se tornou uma Política Pública na cidade, mas a dificuldade em se encontrar material foi imensa.

Na visão científica, segundo Gil (1999, p. 49): “Problema é qualquer questão não solvida e que é objeto de discussão, em qualquer domínio do conhecimento. ”

Para Kerlinger (1980, p. 35) é: “... uma questão que mostra uma situação necessitada de discussão, investigação, decisão ou solução. ”

O objeto de estudo dessa pesquisa é o Orientador Educacional – OE que atua nas escolas municipais do município de Santos-SP. Sobre o delineamento da pesquisa Silva e Valdemarin (2010, p.62) afirmam que:

Do delineamento da construção de um objeto de pesquisa, aqui apresentado, emerge a constatação de sua permanente elaboração. A definição de um foco de abordagem e o estabelecimento de fontes documentais pertinentes vão sendo modificados durante a elaboração, entrecruzados com novas possibilidades interpretativas nascidas das interfaces temáticas.

O objeto escolhido, o OE é um importante profissional que compõe a equipe gestora das escolas municipais de Santos e das diversas escolas públicas e privadas do Brasil. Sua história remonta um passado não muito distante, onde seu trabalho teve várias interpretações e intenções, tendo como base o poder político de cada fase pela qual esse cargo passou.

Sanches (1998, p. 25-26) diz que: “Ao longo de sua história, a Orientação Educacional nem sempre teve o mesmo enfoque. A questão ideológica permeou os

objetivos da Orientação Educacional, fazendo com que estes mudassem de acordo com a estratégia mais ampla do poder político. ”

A prática dos orientadores educacionais passou por diversas mudanças ao longo de sua trajetória histórica, inclusive com mudanças em sua postura profissional, tornando-se alvo de grandes críticas nos dias atuais, sendo elas: a) uma maior evidência nos postulados psicológicos, onde Rogers era o teórico mais consultado para o trabalho dos orientadores; b) o caráter corretivo, onde o orientador era considerado o disciplinador e o profissional que era o responsável pelo ajustamento do aluno à escola, era direcionado ao atendimento dos alunos-problema; c) por fim, a dimensão fragmentada onde o trabalho do pedagogo era reduzido a funções da orientação e à realização de atividades isoladas. (GRINSPUN, 1983; PIMENTA, 1990)

Com a mudança de foco da Orientação Vocacional, que foi criada para atender as necessidades das indústrias, que poderiam escolher o trabalhador certo para cada cargo, surgiu a Orientação Educacional, que também supervisionava os alunos que deixavam de ter essa orientação em casa, pois seus pais estavam nas fábricas. (SANCHES, 1998)

Da Orientação Vocacional surge a Orientação Educacional, que une, dentro das escolas, a ajuda e orientação na escolha profissional e apoia o estudante em suas dificuldades emocionais, individuais e em grupo, buscando “... o desenvolvimento integral e harmonioso de sua personalidade; ordenando e integrando os elementos que exercem influência em sua formação e preparando-o para o exercício das opções básicas.” (SANCHES, 1998, p. 27)

Pimenta (1984) discorre em sua obra sobre a orientação vocacional e demonstra que ela se tornou uma forma de persuasão psicológica, pois era realizada, essencialmente, por instituições que estavam fora da empresa, com a intenção de convencer as pessoas a ingressarem no mercado de trabalho através de suas capacidades. Segundo a autora, a orientação profissional obteve um maior progresso nos países industrializados, com seus procedimentos e práticas mais elaboradas, principalmente no período das grandes guerras.

Perto de 1930, com o desenvolvimento da industrialização e do processo produtivo, o trabalhador é cobrado em hábitos, atitudes e conhecimentos específicos da sua função, sendo entendida hoje como uma capacitação profissional que era feita

antes do trabalhador iniciar no emprego. Assim, a escola e o currículo elaborado por ela atuam, na sociedade capitalista, como força coadjuvante, pois ela reproduz a força de trabalho. (PIMENTA, 1984)

Assim, nota-se que a origem da atuação do OE nas escolas está relacionada a orientação do aluno, para a escolha profissional.

O problema central a ser respondido por meio desta pesquisa é: o Orientador Educacional (OE) nas escolas municipais na cidade de Santos tem sido um promotor de reflexões entre a relação professor-aluno, nos problemas encontrados na escola e na comunidade em que está inserido, observando o Projeto Político Pedagógico que precisa fazer parte de seu dia a dia e de sua atuação?

Conforme Pádua (2000, p. 30):

[...] toda pesquisa tem uma intencionalidade, que é a de elaborar conhecimentos que possibilitem compreender e transformar a realidade; como atividade, está inserida em determinado contexto histórico-sociológico, estando, portanto, ligada a todo um conjunto de valores, ideologias, concepções de homem e de mundo que constituem este contexto e que fazem parte também daquele que exerce esta atividade, ou seja, o pesquisador.

Esta pesquisa não é diferente da afirmação de Pádua (2000), pois os profissionais investigados por esta pesquisadora fazem parte do universo sociocultural das escolas da Prefeitura de Santos. Conforme documentos da prefeitura, a educação que tem como um de seus objetivos principais, promover uma educação escolar transformadora, em que o cidadão seja preparado para se tornar um ser crítico e reflexivo, visando à sua emancipação. Sendo assim, precisa ser desafiado a pensar e argumentar para entender e atuar num mundo em constante mudança. (SANTOS, 2006)

A educação, portanto, nas escolas municipais de Santos, é entendida como um processo de formação que se desenvolve na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas unidades educacionais, nos movimentos sociais, nas organizações e em toda manifestação cultural, não se restringindo apenas à escola. Porém, é nesse espaço social, juntamente com os diversos saberes, que se pode interagir com os conhecimentos culturalmente construídos para reconstruí-los e reinventá-los constantemente. (SANTOS, 2006)

A intenção dessa pesquisa é entender a formação do OE para o desempenho dessa função, por meio das narrativas, para se conhecer e entender de forma científica a função, sua formação e a atuação desse profissional na instituição escolar em geral.

Para Popper (2000, p.15): “Embora não possa alcançar a verdade e nem probabilidade, o esforço por conhecer e a busca da verdade continuam a ser as razões mais fortes da investigação científica.”

Assim, conhecer o dia a dia desses profissionais da educação faz-se necessário para que se possa entender como do trabalho do Orientador Educacional pode ser desenvolvido, baseado na sua formação inicial e continuada.

A escolha da metodologia a ser adotada para esta pesquisa foi feita em função da definição do objeto e/ou do campo de atuação dos Orientadores Educacionais, que foram essenciais a esta investigação, a pesquisadora optou por uma pesquisa qualitativa, com entrevistas semiestruturadas.

Através da investigação qualitativa foi possível trabalhar com o cotidiano do grupo estudado, principalmente ao se conhecer seus afazeres diários, seus valores, suas atitudes e opiniões, que foram de vital importância no processo investigativo, pois com esses detalhes é que a pesquisa tomou corpo, foi aprofundada, para que se entendessem todos os processos particulares e específicos que envolvem os OEs.

Dessa forma, através da abordagem qualitativa foi possível compreender os fenômenos característicos desses profissionais e toda a complexidade interna e externa que os envolve.

Conforme Minayo (2010, p. 21):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.

Nas pesquisas qualitativas é possível entender e analisar de forma mais completa todo o universo a ser estudado, onde a base das informações são os fatos perceptíveis no contexto social. Assim, todos os fatos pesquisados e investigados podem ser verificados e quantificados, sempre sendo observados todo o simbolismo

e a subjetividade que estão sempre presentes nos trabalhos de pesquisa qualitativa de contexto social.

Com este tipo de pesquisa foi possível conhecer as intenções e os motivos onde as ações são praticadas e quais são as relações criadas por elas, para que possam fazer sentido na vida dos envolvidos e por querer este pesquisador desenvolver uma pesquisa voltada para a prática dos orientadores nas instituições escolares de Santos/SP, a pesquisa qualitativa foi de essencial importância.

Fez-se uma pesquisa com abordagem qualitativa, onde foram selecionados 6 orientadores que atuam em escolas públicas do município de Santos – SP e a formadora desses OEs, através de uma abordagem de entrevistas sobre sua vida profissional, social e na escola em questão. O instrumento de coleta de dados usado foi a entrevista semiestruturada individual.

É essencial utilizar a entrevista em pesquisas sociais, sendo ela de forma individual, pois este é um instrumento que permite ao pesquisador aprofundar-se nas questões que aparecem no processo investigativo, fruto das análises. Por meio das entrevistas pode ser possível tirar suas dúvidas e fazer esclarecimentos sobre algo que possa ter ficado sem entendimento, pelo pesquisador. (FREITAS, 2002)

A partir dos dados coletados, realizei uma análise para identificar algumas categorias que foram observadas e depois analisadas, como: a formação dos orientadores educacionais, suas relações com a equipe gestora e as ações desenvolvidas por eles na escola.

Conforme o exposto, uma das maneiras de entender o trabalho do Orientador Educacional, foi através da entrevista semiestruturada, observando-se seu ingresso na rede municipal, as ações desenvolvidas nas escolas e os níveis de participação na Gestão Escolar. Com estes dados foi possível construir os elementos que colaboram com a formação da identidade desse profissional, traçando o perfil dos orientadores educacionais.

As entrevistas são importantes, pois é através delas que é possível entender a informação que se deseja, independentemente do tipo de informante. Freitas (2002, p. 29) afirma que: "... a entrevista não reduz a uma troca de perguntas previamente preparadas, mas sim, é concebida como uma produção de linguagem, portanto, dialógica".

Ao se fazer entrevistas, com questionários, ou mesmo, semiestruturadas, são criados vínculos entre o pesquisador e os entrevistados, pois ambos têm seus sentidos compartilhados. Através desse vínculo as situações vividas são divididas e os horizontes espaciais que foram criados por ambos os envolvidos tornam-se referenciais.

Richardson (1999, p. 207) afirma que:

A entrevista é técnica importante, afirmando que ela permite o desenvolvimento de estreita relação entre as pessoas, tornando-se, inquestionavelmente, em comunicação na qual determinada informação é transmitida diretamente de uma pessoa para outra em interação face a face. Nesse sentido, a entrevista supõe a interação entre pesquisador e entrevistado, implica em obter informação de indivíduo dotado de sentimentos e intencionalidade.

Já Szymanski (2004, p. 12) diz que:

A entrevista face a face é fundamentalmente uma situação de interação humana, em que estão em jogo as percepções do outro e de si, expectativas, sentimentos, preconceitos e interpretações para os protagonistas: entrevistador e entrevistado. Quem entrevista tem informações e procura outras, assim como aquele que é entrevistado também processa um conjunto de conhecimentos e pré-conceitos sobre o entrevistador, organizando suas respostas para aquela situação.

As entrevistas semiestruturadas são aquelas em que o entrevistado indica o local e a hora que melhor lhe convém e são feitas de forma presencial. É uma entrevista onde o entrevistador se adapta ao entrevistado, seguindo as orientações definidas nos objetivos da pesquisa, com temas relacionados. Para Triviños (1987, p. 46):

Entrevista semiestruturada é aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha do seu pensamento e de suas experiências, dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar do conteúdo da pesquisa.

Dessa forma, as entrevistas foram orientadas por temas, conforme seguem abaixo:

- O trabalho do Orientador Educacional nas escolas municipais de Santos;

- Sua trajetória profissional até assumir o cargo efetivo de Orientador Educacional;
- A formação do entrevistado exigida no município de Santos;
- A relação entre todos os envolvidos na Gestão Escolar e com os discentes, nos seus diferentes níveis;
- A política pública aplicada a esse profissional da educação e a relação com seu trabalho no dia a dia das escolas.

A partir dos dados coletados, realizei uma análise que identificou as funções de cada orientador, sendo elas observadas e analisadas, como: a formação profissional (inicial e como se constituem profissionalmente, OEs) dos participantes, a socialização entre os orientadores e a equipe de Gestão Escolar e as funções desempenhadas no seu dia a dia.

A pesquisa foi dividida em alguns momentos, onde o primeiro foi o da pesquisa bibliográfica, através do levantamento das fontes que existem sobre o tema, que estavam disponíveis em livros, artigos, revistas especializadas e *sites*. Ao mesmo tempo foi realizada uma pesquisa de campo, através da coleta de dados, pelos mecanismos já descritos, tendo como base as teorias que embasam esse estudo.

Na última etapa desta pesquisa, a análise de dados, retomou-se as leituras bibliográficas e realizaram-se as análises das entrevistas e do material relacionado ao tema, para que esse processo de construção do conhecimento investigativo fosse finalizado com a escrita da dissertação sobre o tema proposto.

De acordo com Severino (2000), a pesquisa bibliográfica é uma busca em livros, revistas, sites, jornais, documentários a respeito de um assunto. Ela tem o objetivo de auxiliar o pesquisador no desenvolvimento de sua pesquisa, pois ela irá apresentar e explicar o conhecimento atual sobre o tema selecionado e identificará pesquisas que estão sendo feitas ou foram no passado, dentro do campo e do tema escolhidos.

A metodologia aplicada para fundamentação desta pesquisa foi de natureza exploratória, do tipo pesquisa bibliográfica e qualitativa, hipotético-dedutiva, conforme Yin (2001), onde foram analisados autores e instituições especializadas que tratam

sobre o assunto, em sites especializados, material didático e leitura realizada em livros indicados pela orientação do curso, além das demais práticas realizadas com os orientadores educacionais.

Por meio desta pesquisa, pretendeu-se construir um conceito sobre a formação profissional do Orientador Educacional nas escolas municipais de Santos.

A pesquisa bibliográfica e documental é um excelente instrumento de coleta de dados, principalmente, quando se considera a segunda delas, como uma fonte que usa materiais que, algumas vezes, não receberam um tratamento analítico como: os relatórios, os vídeos, os áudios, os arquivos digitais, dentre outros.

O pesquisador é aquele que vai coletar e analisar uma série de amostras, compostas de documentos escritos, onde é imprescindível verificar a linguagem e as regras gramaticais, lembrando que toda essa análise documental precisa ser individual, observando-se atentamente documento a documento, onde serão registrados os dados mais importantes de cada item verificado sobre o assunto. (YIN, 2001)

A pesquisa documental foi feita a partir dos documentos que foram produzidos pelos participantes, através das entrevistas e pela busca das leis que embasavam o início do cargo de OE na prefeitura de Santos. A pesquisadora escreveu seu trabalho a partir de:

- a) Fichamentos de toda obra lida;
- b) Reelaboração de artigos científicos pesquisados;
- c) Busca por documentos, leis e regimentos no site da Prefeitura de Santos uma vez que os arquivos históricos da cidade se encontram em péssimo estado de conservação;
- d) Entrevistas realizadas com OEs e a formadora dos OEs da prefeitura Municipal de Santos que concordaram em participar

Os dados coletados foram sistematizados para que fosse feita uma análise mais aprofundada, sempre levando em consideração a abordagem qualitativa. As entrevistas e os registros da pesquisa documental foram a base para a construção de um trabalho coeso e sistemático, no qual foi possível conhecer, mais profundamente,

o Orientador Educacional das escolas municipais de Santos e as relações que os envolvem.

Sempre é bom lembrar que a pesquisa é, basicamente, um olhar do pesquisador para a realidade que se pesquisa, no intuito de fazer algo por si. Sabe-se que é um longo caminho que foi percorrido, sendo cheio de incertezas e rodeado de momentos de angústia, alegrias e descobertas.

A partir das narrativas dos Orientadores, buscou-se compreender os processos sociais que formaram e formam sua condição profissional como orientadoras educacionais, procurando analisar a função e o trabalho desenvolvido.

O trabalho foi dividido em capítulos assim dispostos:

O capítulo 1 - Formação Profissional do Orientador. Onde se explanou a formação docente até chegar à formação inicial e em serviço do OE.

No capítulo 2 - O Orientador Educacional e sua História apresentou-se a história do OE no Brasil, seu surgimento, suas mudanças e as leis que regiam esse cargo.

O capítulo 3 – O Orientador Educacional em Santos/SP, demonstrou como surgiu o OE na cidade e nas escolas municipais de Santos, bem como as exigências legais da profissão no município.

Por último, no capítulo 4 – Análise dos Dados fez-se uma análise das categorias estabelecidas através das entrevistas com os orientadores educacionais das escolas municipais de Santos e sua formadora.

Muito ainda precisa ser feito para que uma pesquisa mais aprofundada sobre essa função e sua importância nas escolas atinja seu objetivo que é conceituar a formação inicial e em serviço do orientador educacional.

CAPÍTULO 1 – A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ORIENTADOR EDUCACIONAL

A delimitação dos papéis dos OEs e a precisão de suas funções é baseada principalmente na análise das funções e competências que são postas em prática. No

entanto, qualquer tentativa de descrever esse perfil profissional provavelmente não será precisa. Se for levada em consideração a variedade de instituições que possuem esse profissional, a função pode ser muito diferente de acordo com as características das escolas e dos profissionais que desenvolvem essa tarefa.

De acordo com a ideia da construção compartilhada e contextualizada do papel do OE³, neste capítulo não é nosso objetivo fazer uma análise exaustiva dos conhecimentos e das competências profissionais que são necessárias, sobretudo porque estas variam de acordo com as peculiaridades dos contextos educacionais e dos indivíduos com os quais o profissional colabora ao prestar seus serviços. Na tentativa de oferecer uma proposta prática e com a intenção de visualizar o OE em seu local de trabalho, nos referiremos às competências mais relevantes, associadas a atividades e tarefas que tendem a ser mais demandadas no campo educacional.

O Orientador Educacional ainda não tem sua identidade muito bem definida. Esta é a hipótese que inicialmente orientou esse estudo. Em pesquisa informal que realizamos com amigos que trabalham nas redes públicas dos principais municípios da baixada santista, observou-se que, quando esta função é prevista no quadro funcional das Secretarias de Educação, seu nome é diversificado, sendo: orientador educacional, assessor pedagógico, orientador de ensino e até mesmo assessor de orientação educacional, além do orientador pedagógico usado pela escola particular em que atua.

No município de Praia Grande o cargo é ocupado por funcionários concursados, sejam eles professores ou qualquer outro cargo, desde que tenham a graduação em pedagogia e apresentem um projeto de atuação. O número de vagas é preenchido pelos melhores projetos apresentados. Todas as escolas possuem um Assessor Pedagógico, que é a forma que são chamados.

No Guarujá este cargo recebe o nome de Orientador de Ensino, mas não consegui nenhuma informação sobre como os professores acessam o cargo de OE. Em Itanhaém o nome usado para esse cargo é Assessor de Orientação Educacional e não são todas as escolas que possuem esse profissional.

³ Compartilhada porque o OE faz parte da equipe gestora escolar, que desenvolve uma gestão compartilhada, onde todos podem participar com opiniões, sugestões e contribuições e contextualizada por buscar-se conhecer o OE nos dias atuais.

No município de Mongaguá existe o Orientador Educacional, como cargo de confiança, cujo ocupante é escolhido pela Secretaria de Educação. Já em Peruíbe não existe Orientador Educacional, nem mesmo com outro nome. Em Cubatão existem orientadores educacionais em todas as escolas e acessam o cargo através de concurso público.

O exposto demanda uma pesquisa junto às prefeituras para entender o porquê de não mudar a função do professor que assume o cargo de OE nas escolas, na descrição de cargos da folha de pagamento. Essa observação demonstra que os cargos exercidos pelos gestores escolares, pois o OE também é um gestor nas unidades de ensino, precisa ser mais estudado e analisado, o que não seria possível neste trabalho.

Entender qual é a formação inicial desse profissional é de suma importância, pois sendo inicialmente um professor, mesmo exercendo a função de OE e fazendo parte da Equipe Gestora das escolas, ele continua, na maioria dos casos, cadastrado junto às prefeituras municipais da região como professor e não como Orientador Educacional.

Ao questionar alguns OEs, de forma informal, a pesquisadora recebeu a informação que eles exercem a função de forma provisória, onde não tem definida a escola em que atuarão, nem se continuarão com esse cargo. As prefeituras têm a liberdade de mudar a sede e a função dos mesmos conforme a necessidade da Secretaria de educação.

Na prefeitura de Santos, em 2018 os servidores entraram em greve por melhores salários e condições de trabalho, assim, alguns orientadores, coordenadores e até mesmo diretores escolares, que ainda não estavam efetivos nessa função tiveram que voltar para as salas de aula e isso não seria possível se já estivessem lotados em uma escola e já estivessem lotados na secretaria de educação como especialistas ou gestores.

Essa é uma questão política que precisa de uma pesquisa aprofundada.

O OE atua junto aos professores e antes de exercer essa função, também já foi um professor (pelo menos em Santos). Atua nas demandas sociais da escola e da comunidade do entorno escolar dos alunos e suas famílias, além de ter um olhar

apurado e preocupado sobre a inclusão, os alunos especiais, suas necessidades pedagógicas e emocionais.

Para o exercício dessa função é necessária uma formação específica, além de uma formação em trabalho, para a atualização e o aprimoramento da função. Esse é o tema que trataremos a seguir.

Inicia-se a exposição com o curso de Pedagogia, suas mudanças, depois, os aspectos da formação do docente, falando um pouco sobre as faculdades de pedagogia que são responsáveis pela formação desses docentes e, conseqüentemente pelos OEs. Depois, o estudo aprofundou-se pela formação do OE, suas especificidades e necessidades.

1.1- A Formação do Docente e do Orientador Educacional no Curso de Pedagogia.

Os cursos superiores passaram por momento de grande expansão e o curso de Pedagogia também sofreu influência dessa multiplicação desordenada.

Pinto (2017, p. 169) nos diz que:

A Pedagogia, enquanto teoria da Educação, tem uma importância incontestável na orientação da prática educativa. Considera-se também que sua constituição teórica apresenta-se marcada por elevados níveis de complexidade e precariedade, quando compreendida como ciência da prática e para a prática.

O Ensino Superior, especificamente os cursos de Pedagogia tiveram uma queda qualitativa no que diz respeito à formação do profissional que vai atuar nas salas de aula e na gestão de escolas. (SAVIANI, 1976)

Nos dias atuais, além da difusão de muitos cursos superiores de qualidade duvidosa, surgem os cursos de Educação à Distância, os EaDs, que proporcionam ao estudante a liberdade de estudar no horário e no local mais adequado a ele.

As mais diferentes concepções sociais e políticas, assim como as condições dos alunos, são determinantes para o surgimento de instituições escolares superiores dos mais diversos tipos e com as mais diversas finalidades. A diversidade de alunos

que procuram um curso superior é imensa, principalmente depois do advento da inclusão, dessa forma, o aluno precisa ser observado e respeitado quanto a sua condição física e mental, sendo direcionado, o mesmo curso a estudantes típicos e atípicos.

Houve também uma influência internacional, preocupada com a formação de profissionais. Efetivamente em 1997, com as Diretrizes Curriculares dos Cursos Superiores 04/97⁴, essas mudanças tomaram força, quando as Instituições de Ensino Superior deveriam adequar seus currículos às mudanças e aos perfis profissionais vigentes.

As universidades tiveram liberdade para organizar sua grade curricular, tornando-o mais dinâmico e preocupando-se mais com o mercado de trabalho. Assim a educação superior, incluindo os cursos de Pedagogia, ficou assim modificada:

a) flexibilidade na organização curricular; b) dinamicidade do currículo; c) adaptação às demandas do mercado de trabalho; d) integração entre graduação e pós-graduação; e) ênfase na formação geral; f) definição e desenvolvimento de competências e habilidades gerais. Em suma, o objetivo geral que vem orientando a reforma é, justamente, tornar a estrutura dos cursos de graduação mais flexível. (CATANI; OLIVEIRA e DOURADO, 2001, p. 74)

Um pouco mais tarde, o Conselho Nacional de Educação - CNE aprova a eliminação dos mínimos curriculares, pois tinham sido muito rígidos e acreditando que havia excessivas disciplinas obrigatórias e um aumento desnecessário do tempo de duração dos cursos. Surge assim uma maior flexibilidade na organização dos cursos e das carreiras profissionais seguindo os seguintes preceitos:

⁴ Depois da promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – em dezembro de 1996, a Secretaria de Ensino Superior do Ministério de Educação – Sesu/MEC –, através do Edital n.4, de 4 de dezembro de 1997, começou o processo de mudança de currículo dos cursos superiores, solicitando propostas às instituições de ensino superior – IES, para a elaboração das diretrizes curriculares para os cursos de graduação. Assim diz o Edital:

As Diretrizes Curriculares têm por objetivo servir de referência para as IES na organização de seus programas de formação, permitindo uma flexibilidade na construção dos currículos plenos e privilegiando a indicação de áreas do conhecimento a serem consideradas, ao invés de estabelecer disciplinas e cargas horárias definidas. As Diretrizes Curriculares devem contemplar ainda a denominação de diferentes formações e habilitações para cada área do conhecimento, explicitando os objetivos e demandas existentes na sociedade.

(...) ampla liberdade na composição da carga horária e unidades de estudos a serem ministradas, redução da duração dos cursos, sólida formação geral, práticas de estudo independentes, reconhecimento de habilidades e competências adquiridas, articulação teoria-prática e avaliações periódicas com instrumentos variados. (CATANI; OLIVEIRA e DOURADO, 2001, p. 74)

As universidades seguem as Diretrizes Curriculares e se ajustam a uma formação mais rápida, onde até mesmo a preocupação com os alunos que trabalham foi viabilizada, uma vez que eram grandes responsáveis pela evasão escolar no setor. Põe-se então a culpa da evasão nos currículos, considerados rígidos e o MEC afirma que eram estes os responsáveis pela evasão e pelo baixo número de formados.

Por ser considerado o ponto de partida do profissional, os cursos de graduação, sugerem uma formação continuada a este futuro profissional, uma vez que o mercado muda constantemente, mas para que isso seja realmente feito é necessário que o professor que ministrará essa formação esteja preparado didática e metodologicamente.

Catani, Oliveira e Dourado (2001) acreditam que todas estas mudanças, que já estão tomando corpo em diversas universidades podem reduzir a função social da educação superior, na intenção de se preparar o aluno para o mercado de trabalho.

Com as mudanças no mundo globalizado, as reformas educacionais em nível superior vêm atender a uma necessidade do mercado. É necessária uma maior análise de todo o processo antes de se “curricularizar” a educação superior para que ela continue com o princípio indissolúvel de ensino, pesquisa e extensão.

Conforme Rivero e Gallo (2004):

Limitou-se o problema da formação docente à mera necessidade de titulação acadêmica: ser mestre e/ou doutor parecia suficiente. Por outro lado, para superação das práticas pedagógicas conservadoras, estimulou-se o diálogo crítico, construtivo e mediador entre professor e alunos, fomentando-se a necessidade de ajustar a relação ensino-aprendizagem não somente à realidade deste novo mundo, calcado em informações imediatas, de feição profundamente tecnológica, sujeito às transformações mais dinâmicas e globais, porém igualmente aos valores da sociedade pluralista, assentada nos princípios que alicerçam o Estado Democrático de Direito recepcionado na Constituição Federal vigente. (RIVERO e GALLO, 2004, p.88)

A práxis pedagógica está envolta em todo trabalho acadêmico, no ensino, na pesquisa e a extensão são enfatizados e ao se fundamentar o conhecimento e a formação do professor, cria-se uma condição mais eficaz de reflexão e de crítica, que também fazem parte da, sem deixar de lado a visão do trabalho coletivo, voltado à interdisciplinaridade.

A formação inicial dos professores de educação infantil e ensino fundamental eram feitas apenas em nível médio, nos cursos de magistério ou curso normal e mais recentemente, em 1996 surge a obrigatoriedade de o pretense professor cursar uma graduação.

Segundo Pimenta et al (2017, p. 24 e 25):

Elevar a formação desses professores para o nível superior foi uma conquista das lutas empreendidas pelos educadores e pesquisadores da área no início da década de 1980. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 em seu artigo 62 contempla parcialmente essa reivindicação.

Para os demais professores, grandes mudanças nos cursos de Pedagogia iniciaram em 1969, com a criação das habilitações, mas em 1976, conforme explica Saviani (1976, p. 03):

... em 1976, o Conselho Federal de Educação aprova a resolução em que extingue todos os cursos de Pedagogia e virtualmente a profissão de Pedagogo. Para o exercício de suas funções prevê-se o preparo de “especialistas” com qualquer curso de Licenciatura e mais um ano e meio de especialização em educação.

O primeiro curso superior para formação de professores foi criado em 1935 e formava bacharéis e licenciados em Pedagogia, sendo cursado em 3 anos com as disciplinas de conteúdo voltado aos fundamentos da educação. No quarto ano, os alunos eram ministrados no curso de Didática, sobre o quê Furlan (s/d, p. 3864) afirmou:

O curso de Didática, no 4o ano, destinado a todos os cursos de licenciatura, contava com as seguintes disciplinas: Didática Geral, Didática Especial, Psicologia Educacional, Administração Escolar, Fundamentos Biológicos da Educação, Fundamentos Sociológicos da Educação. Ao bacharel em Pedagogia bastava cursar as duas primeiras, pois o restante já estava contemplado no curso.

Quando se estava sendo preparado para ser bacharel em Pedagogia entendia-se que o aluno estaria apto a ocupar cargos técnicos da educação e o licenciado tinha seu foco na docência.

As disciplinas da licenciatura e do bacharelado eram separadas, o que dava a impressão de serem independentes, assim o curso de Didática era conhecido como uma forma de ensinar a dar aulas.

Conforme Furlan s/d (apud Silva (1999), p. 3872) existiram quatro períodos que dão forma à identidade do pedagogo, assim divididos:

O primeiro período vai de 1939 a 1972 e foi considerado o período das regulamentações, pois nele o Conselheiro Valnir Chagas, no intuito de ajudar (ou não), a encontrar a identidade do curso, lança mão de decretos na tentativa de dar uma definição para o curso e para a destinação profissional de seus egressos.

O segundo período é denominado período das indicações: identidade projetada, que vai de 1.973 até 1978, quando vemos quase concretizadas, as previsões do Conselheiro Valnir Chagas. O que na verdade ele fez foi desdobrar o curso, ou seja, as antigas tarefas anteriormente concentradas no curso, em variadas alternativas de habilitações que fariam parte do que passou a chamar de licenciatura das áreas pedagógicas.

O terceiro período 1979-1998 é denominado período das propostas: identidade em discussão; tal qual diz a denominação pode ser considerado um dos mais importantes e ricos, uma vez que as discussões se acirram com a participação de professores e estudantes universitários em defesa do curso de Pedagogia. Na trajetória do curso de Pedagogia este período merece destaque, justificando a concessão de um subtítulo, uma vez que professores e estudantes se organizam e passam a constituir um movimento para resistir às reformas em um contexto de luta contra a ditadura imposta pelo regime militar, em um primeiro momento e de elaboração de propostas no anúncio de redemocratização instalado, em um segundo momento, pelo fim daquele regime. Assim, movimento se inicia em 1980, mantendo-se ativo até hoje, tendo realizados encontros nacionais bianuais e seminários regulares cujos documentos resultantes são considerados uma grande referência para a construção da identidade do pedagogo e do próprio curso de Pedagogia.

O quarto período é denominado período dos decretos: identidade outorgada (1999-), neste período as discussões se acirram em torno do decreto presidencial 3.276, de 6 de dezembro de 1999 que define que a formação de professores para Séries Iniciais deve ser realizada exclusivamente nos cursos normais superiores. Novamente a comunidade acadêmica se organiza para resistir a tal decreto, e o governo não vê outra saída senão colocar outro decreto para “consertar” o anterior, em agosto de 2000, vem, então, o decreto lei n. 3.554 que substitui o “exclusivamente” por “preferencialmente”.

O curso de pedagogia sofre assim, mudanças que determinariam sua necessidade e importância, inicialmente buscando uma identidade e a quem se destinava, depois sofre um desdobramento, onde criam-se habilitações que formariam os licenciados nas áreas pedagógicas. A discussão inicia-se no terceiro período, onde professores e alunos podem debater sobre a Pedagogia e a identidade do pedagogo, que ainda hoje tem influenciado nos debates sobre o curso e a formação de professores. Com o decreto 3276/1999 surgem os cursos normais superiores, para formar os professores das séries iniciais e da educação infantil, acabando definitivamente com o curso de magistério em nível médio. Atualmente, o que rege os cursos de Pedagogia é a Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006.

Pimenta et al (2017) pesquisaram 144 cursos de pedagogia no estado de São Paulo e fazem encaminhamentos importantes sobre a formação de professores, destacando que o professor polivalente precisa ter um maior enfoque na interdisciplinaridade para acabar com a fragmentação das disciplinas, sendo necessário que os cursos de Pedagogia disponibilizem a seus estudantes, disciplinas que organizem o currículo de forma integrada.

Existe uma ausência de foco por causa da diversidade das disciplinas dos cursos de Pedagogia, pois o enfoque principal é formar professores das séries iniciais, necessitando de um maior aprofundamento na educação infantil, especial, indígena, ambiental, de jovens e adultos entre outras.

Os cursos de Pedagogia formam os docentes e os pedagogos, mas essa formação é generalizada, não correspondendo às necessidades atuais de se ter profissionais da educação comprometidos com a democratização social, econômica e cultural do nosso país. (PIMENTA et al, 2017, p. 39)

A Didática precisa ser mais estudada nos cursos de Pedagogia, pois tem papel vital na educação, pois é parte importante da estruturação do método do professor, sendo a responsável pelo estudo, retomada e discussão que deve existir entre a teoria e a prática, essenciais em toda prática educacional.

Conforme Candau (2001):

Todo processo de formação de educadores especialistas e professores – inclui necessariamente componentes curriculares orientados para o tratamento sistemático do “que fazer” educativo, da prática pedagógica. Entre estes, a didática ocupa um lugar de destaque. (CANDAU, 2001, p. 153)

No processo de formação do educando, a didática está limitada a alguns componentes que podem ser chamados de básicos, sendo eles: o educador, a metodologia que ele utiliza, o educando em si, a matéria que se ensina (os conteúdos) e os objetivos a serem atingidos para se educar adequadamente.

Lukesi (2001) diz que:

A didática destina-se a atingir um fim – “a formação do educador”, que não se restringe apenas à escola, como também em todos os processos de aprendizagem estruturados num projeto histórico que manifesta as aspirações e o processo de crescimento de desenvolvimento do povo, onde a ação pedagógica não poderá ser, então, um “que fazer neutral”, mas um “que fazer” ideologicamente definido. (LUKESI, 2001, p.27-28)

Quanto à questão de se formar pedagogos gestores, os cursos de Pedagogia ainda não conseguem formar gestores de forma eficaz, pois a diversidade de cargos de gestão (diretores, coordenadores, supervisores e orientadores) faz com que ainda optem pelas antigas habilitações de 1969, sendo apoiadas pelas diretrizes de 2006. (PIMENTA et al, 2017)

Outro fator de discussão seriam as nomenclaturas usadas nas disciplinas que os cursos de Pedagogia oferecem, Pimenta et al (2017) afirmam que muitos estudantes não querem mais ser professores, por causa das condições de trabalho e os baixos salários, assim as universidades criam nomenclaturas para as diversas disciplinas oferecidas, mas não oferecem conteúdo de qualidade para formar esses pedagogos.

Finalizando, Pimenta et al (2017) afirmam que os estágios obrigatórios deveriam ser eixos articuladores do currículo, considerando a realidade das escolas, sendo importante uma pesquisa mais aprofundada sobre as escolas e suas condições, ajudando aos estudantes a buscarem novas soluções.

Os cursos de Pedagogia deveriam ser mais preocupados com as metodologias e as chamadas novas metodologias, pois através de uma visão psicológica, a metodologia utilizada por um professor precisa seguir uma ordem natural e necessária para o total aproveitamento das funções mentais, no processo de elaboração e de aquisição de conhecimentos. Foi a partir do século XX, depois que a instituição escolar

de formação básica se tornou universal, na modalidade pública e particular, que foi proporcionada à sociedade uma maior noção e prática da socialização, que é essencial à infância e à adolescência, principalmente porque atua de forma dúbia:

- a) ajustando o indivíduo imaturo aos padrões de comportamento da geração adulta e
- b) exprimindo as necessidades e as tendências das novas gerações como instrumento de socialização das gerações mais jovens, diminuindo as tensões sociais existentes nas relações de acomodação e cooperação entre adultos e jovens. (PIMENTA e ANASTASIOU, 2002)

As metodologias, nas mais diferentes concepções sociais e políticas, assim como nas condições dos alunos, são determinantes para o surgimento de instituições escolares dos mais diversos tipos e com as mais diversas finalidades, dessa forma, através da condição física e mental dos alunos, a escola pode ser direcionada a crianças típicas e atípicas, em conformidade com a idade dos alunos, voltada ao ensino infantil, fundamental, médio e superior.

No trabalho acadêmico, o ensino, a pesquisa e a extensão são enfatizadas e ao se fundamentar o conhecimento e a formação do professor, cria-se uma condição mais eficaz de reflexão e de crítica, que também fazem parte da práxis pedagógica, sem deixar de lado a visão do trabalho coletivo, voltado à interdisciplinaridade.

Formar professores e gestores que escolham qual será sua opção teórica, onde deverá escolher entre uma educação de opressão ou libertação, com uma escolha filosófica e política voltada ao conhecimento pleno, definindo qual será a teoria do conhecimento que guiará sua prática educacional, cuja repetição ou a criação de maneiras de compreender o mundo são necessárias, deve ser o objetivo dos cursos de Pedagogia. (FRANCO, 2017)

A prática educacional pode ser entendida como uma ação de comprometimento ideológico e efetivo, que será capaz de formar o pedagogo, através da criação de condições que o forme filosófica, científica e tecnicamente para que ele tenha um embasamento teórico para sua práxis, tornando-o reconhecedor da afirmação de que um educador nunca estará definitivamente pronto, mas sim, estará em formação e aperfeiçoamento contínuo, onde o fazer do dia a dia fará dele apto a meditar sobre a

teoria na sua prática, levando-o à compreensão global do seu objeto de ação, pois só se aprende bem o que se pratica e teoriza. (GADOTTI, 2001)

Freire (2006, p. 55) afirma que o professor nunca estará pronto definitivamente e que ele deve reconhecer este fato, pois para ele:

Aqui chegamos ao ponto de que talvez devêssemos ter partido. O do inacabamento do ser humano. Na verdade, o inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento.

Quando se envolve o lado acadêmico, o pessoal e o profissional dos alunos dos cursos de Pedagogia, permitindo sua adequação aos novos paradigmas da formação docente, para que exista uma atuação reflexiva, pratica-se uma gestão democrática e de qualidade. Esse novo profissional formado pelos cursos de ensino superior precisará exercer a sua função de forma mais aberta, pluralista e crítica, sem ter uma postura dogmática.

Freire (2005) narra uma conversa entre sujeitos críticos, como uma maneira hábil de libertar e intervir na História, dessa forma, um pedagogo que está engajado na busca pela democracia estaria melhor preparado para a docência e a gestão escolar, principalmente se observasse o pensamento freireano, pois deixaria de lado o papel de detentor do conhecimento e enfrentaria as narrativas pedagógicas como algo possível, que deve ser relacionado com a realidade vivida por cada indivíduo.

1.2- A Formação Docente

A aprendizagem profissional, nossa formação, é quem pode dar uma identidade profissional que moldará a trajetória profissional de professores e gestores da educação e ela pode ser dividida entre inicial, continuada e de desenvolvimento profissional. Todas elas são importantes e compõem a trajetória dos OEs. (GALINDO, 2004)

Flores (2014) fala sobre o profissionalismo, a profissionalidade e a profissionalização, pois a aprendizagem está diretamente ligada a elas, onde se pode

criar as comunidades de aprendizagem divididas por interesses, por necessidades profissionais, criando uma cultura profissional e institucional.

Gatti (2010, p. 1360) diz que:

Entendemos, com Ramalho, Nuñez e Gauthier (2003), que a **profissionalidade** é o conjunto de características de uma profissão que enfeixam a racionalização dos conhecimentos e habilidades necessárias ao exercício profissional, e que a **profissionalização** de professores implica a obtenção de um espaço autônomo, próprio à sua profissionalidade, com valor claramente reconhecido pela sociedade.

Assim profissionalidade está ligada às características básicas de cada profissão, aqui no caso dos docentes. Ela determina, também, quais são as habilidades e os conhecimentos que serão necessários ao exercício dessa profissão.

Ramalho, Nuñez e Gauthier (2003, p. 61) afirmam que: “A profissionalização é acompanhada por uma autonomia crescente, por elevação do nível de qualificação, uma vez que a aplicação de regras exige menos competência do que a construção de estratégias.”

Profissionalização seria a busca pelo conhecimento, do que é necessário para exercer uma profissão, uma qualificação que é importante para o crescimento profissional, para o aprimoramento das habilidades e competências essenciais à profissão.

Libâneo (2002, p. 90) explica que o profissionalismo do professor seria o:

[...] compromisso com o projeto político democrático, participação na construção coletiva do projeto pedagógico, dedicação ao trabalho de ensinar a todos, domínio da matéria e dos métodos de ensino, respeito à cultura dos alunos, assiduidade, preparação de aulas etc.

Profissionalismo, assim posto, é o engajamento do profissional da educação, no caso foco da pesquisa, em conhecer as leis e normas que regem seu local de trabalho, no caso o Projeto Político Pedagógico – PPP, colaborando na construção do mesmo, atuando com dedicação no trabalho que lhe é designado – ensinar – tendo sempre o conhecimento necessário das metodologias e da didática adequada para isso, respeitando as diferenças que existem em cada sala de aula, preparando aulas com antecedência e tendo assiduidade no trabalho.

Tudo isso, influencia hoje, o papel do professor e sua atuação frente a alunos que estão mais informados, mas ao mesmo tempo não sabem muito bem lidar com esse conhecimento. A escola é do século XIX, o professor do XX e os alunos do século XXI e essa diferença pode gerar conflitos, por isso o professor precisa rever sua trajetória constantemente, buscar mudanças importantes na sua profissão, melhorias, benefícios, tendo profissionalismo constante e conhecendo a profissionalidade que rege sua trajetória.

Conceituar a formação docente é importante, pois o OE tem essa formação inicial. Ao rever a história traçada pelos professores nas diversas fases da educação nacional, pode ser essencial para traçar a formação do OE, que ainda se sente professor, se é que um dia se deixa de ser.

Ele exerce uma função além da sala de aula e deve buscar conhecer sua profissão, atualizar-se sempre, para poder atuar com profissionalismo, sua atuação seja participativa e motive os demais membros da comunidade escolar a participar também de forma crítica e assertiva.

Pode-se notar que os textos de Flores (2014) e Galindo (2004) estão entrelaçados, quando tratam da profissão docente e seus saberes, sem esquecer das histórias de vida que estão escondidas entre uma formação e outra.

No texto, Galindo (2004) fala sobre o alter-reconhecimento e o auto-reconhecimento citando:

Quanto ao alter-reconhecimento, o destaque é dado às questões coletivas que envolvem a categoria em defesa de interesses comuns. Se bem que o jornal inclua, nas reivindicações que a greve traz, a questão pedagógica, ganham mais relevo as outras – reivindicações salariais, mais frequentemente. O significado que emerge desse recorte feito pelos jornais enfatiza o docente como uma ameaça ao ano letivo das crianças, gerando problemas para os pais; enfim, quando se reúne para defender “suas” questões, o docente traz dificuldades.

Se, por um lado, no auto-reconhecimento, os docentes se reconhecem como professores, profissionais, e identificam valores positivos em seu trabalho de “formar criaturas”, por outro lado, convivem com os significados negativos de sua profissão, do ser docente, como aquele que prejudica o ano letivo de alunos, traz problemas para os pais etc. Consideramos, portanto, que os entrevistados vivenciam um conflito profissional expresso na contradição entre como se reconhecem e como são reconhecidos pelos outros. (GALINDO, 2004, p. 21)

É importante ao professor reconhecer-se como profissional e defender seus interesses. É necessário que o professor se valorize para que seja valorizado. Muitos profissionais da educação estão na área apenas como uma “falta de opção”.

Gatti (2010, p. 1361) explica bem como se dá essa desvalorização, uma vez que os licenciados das demais áreas, exceto os da Pedagogia, veem a profissão docente apenas como um seguro-desemprego:

No estudo de Gatti e Barreto (2009), em que se toma por base o questionário socioeconômico do Exame Nacional de Cursos (ENADE, 2005), abrangendo 137.001 sujeitos, mostra-se que, quando os alunos das licenciaturas são indagados sobre a principal razão que os levou a optar pela licenciatura, 65,1% dos alunos de Pedagogia atribuem a escolha ao fato de querer ser professor, ao passo que esse percentual cai para aproximadamente a metade entre os demais licenciados. A escolha da docência como uma espécie de “seguro desemprego”, ou seja, como uma alternativa no caso de não haver possibilidade de exercício de outra atividade, é relativamente alta (21%), sobretudo entre os licenciados de outras áreas que não a Pedagogia.

Faz-se importante compreender que esta desvalorização acontece por diversas razões e também por parte dos próprios docentes, pois ao escolher o curso de Pedagogia, ou formação de professores, o pensamento de muitos é o de ser este, um curso mais fácil, ou mesmo, mais barato, quando fazemos uma comparação com outros cursos de graduação.

A oferta de uma boa formação para o docente é de suma importância na busca de uma educação de qualidade, portanto, vincula-se a formação inicial com a atuação profissional. Em contrapartida, nota-se que atuação do docente tem perdido sua qualidade devido à proletarização da sua função.

Detomini e Mariotini (2017, p. 378) afirmam que:

A oferta de uma boa formação para o docente é de suma importância na busca de uma educação de qualidade, portanto, vincula-se a formação inicial com a atuação profissional. Em contrapartida, nota-se que atuação do docente tem perdido sua qualidade devido à proletarização da sua função.

A educação é algo complexo por causa das relações estabelecidas por meio e através dela, além de ser importante também, as questões que afetam diretamente o processo educativo, assim, nota-se que os docentes se sentem insatisfeitos e

desanimados, por não serem reconhecidos, tanto pelo governo, quanto pela sociedade. Cabe ressaltar que também existe uma acomodação por parte dos docentes. (DETOMINI e MARIOTINI, 2017)

Ficar atento às mudanças que vêm ocorrendo no mercado de trabalho e na sociedade em geral, faz-se necessário. É necessário um maior aprofundamento através de pesquisas que levem em consideração as escolas, os programas de formação de professores, os professores que tiveram sua formação em outras épocas e agora estão enfrentando essas mudanças na concepção de sua profissão e nas novas relações de trabalho.

A prática exercida pelo professor deve partir da formação que ele recebe, deve permitir e provocar o desenvolvimento das capacidades e competências, conhecimentos e atitudes num diálogo com situação real. Algumas situações a serem consideradas:

- a) A prática deve ser entendida como o eixo central na formação de professores, Yinger (1986) disse que a formação de professores deve começar pelo estudo e análise do ato de ensinar, dessa forma, o que se vê nos programas de formação é a busca pelo conhecimento, onde a prática ainda é a prioridade e com ele surge um conjunto de problemas e interrogações que desencadeiam o diálogo com situações conflituosas do cotidiano educativo.
- b) A prática é uma atividade criativa, neste diálogo reflexivo que cria uma nova realidade, novos espaços de intercâmbio, novos significados. O pensamento prático do professor não pode ser ensinado, mas pode ser aprendido, refletindo sobre a sua prática em conjunto com o supervisor ou de um formador experiente, que desenvolva um ensino reflexivo.

Tentar mudar, estando dentro do sistema escolar é uma tarefa ainda mais difícil. O professor precisaria contar com uma boa equipe de trabalho, que esteja com vontade de estudar e investir no seu aluno. A função social do docente sofre um processo de desvalorização sem precedentes. Sem acesso a livros e revistas especializadas, dada à situação econômica do país, o professor tem poucas condições para refletir sobre suas tarefas.

Algumas linhas de intervenções para reverter este quadro são propostas no texto de Esteves e Rodrigues (1993, p. 69):

- Formação inicial.
- Formação contínua.
- Material de apoio.
- Relação responsabilidade e horário de trabalho.
- Salário.

O professor e a escola devem tomar consciência da sua prática, ter uma visão crítica do seu trabalho, da sua atividade e função docente. Isto precisa estar aliado a mais conhecimento técnico.

A formação do professor precisa ser fruto de um processo de reflexão sobre a ação do educador. Formar um profissional reflexivo e ao mesmo tempo comprometido com sua prática. Um profissional que seja protagonista do processo educacional, não um mero espectador, mudando também a relação professor x aluno, pois conforme Alarcão (2004):

Entender que há 20 anos o professor tinha todos os direitos e o aluno só tinha deveres e podia ser submetido aos mais variados vexames, as escolas mudaram, tornam-se mais conflituosas e muitos professores não conseguiram encontrar novos modelos. (ALARCÃO, 2004, p. 05)

Conhecer a trajetória profissional do professor pode ajudar a traçar a formação do docente, assim, a partir de 1990 as biografias profissionais cresceram muito na área educacional, pois "... muitos estudos sobre a profissão docente voltam-se, desde então, para a maneira como os professores vivenciam os processos de formação no decorrer de sua existência e privilegiam a reflexão sobre as experiências vividas no magistério." (PASSEGI, SOUZA e VICENTINI, 2011, p. 370)

A partir dos anos 2000 o ato de autobiografar toma vulto e vai além, não se limitando a apenas escrever uma biografia do ato de ensinar, "... mas de estudar como os indivíduos dão forma à suas experiências e sentido ao que antes não existia, como constroem a consciência histórica de si e de suas aprendizagens nos territórios que habitam e são por eles habitados, mediante o processos de biografização." (PASSEGI, SOUZA e VICENTINI, 2011, p. 371)

A carreira docente passou a ser foco de pesquisa de algumas universidades, como explicam os autores, onde foi observada a formação do docente, seja ela formal ou não formal, indo além, para conhecer as diversas dimensões que cercam o docente dentro e fora da sala de aula.

“Como afirma António Nóvoa (2002, p. 27), ao refletir e escrever sobre suas vidas, eles enfrentam o dilema de “reconstruir o conhecimento profissional a partir de uma reflexão prática e deliberada”, eles devem “saber analisar e [...] analisar-se”.” (PASSEGI, SOUZA e VICENTINI, 2011, p. 375)

É necessário refletir sempre sobre a prática docente, o que se conhece, o que se precisa conhecer para que a trajetória seja de sucesso, para que se possa, realmente, levar conhecimento aos alunos, para que haja sempre uma troca de saberes.

Os três pontos principais abordados por Passegi, Souza e Vicentini (2011), foram a formação do professor, a autobiografia do docente e as leis que embasaram a formação docente e a educação. Os autores acreditam que é importante que o docente escreva um memorial sobre sua carreira, para que ele reflita sobre sua trajetória e veja o quanto lutou e evoluiu até chegar onde está, modificando o que não foi positivo e reforçando as atuações favoráveis e produtivas, influenciando de forma efetiva na identidade docente.

A formação de professores, nem sempre foi um problema no Brasil, principalmente quando se vivia num país onde o professor era valorizado e respeitado.

Gatti (2010) inicia seu texto explicando que existiam as escolas específicas para formação de professores “das primeiras letras” no século XIX, as escolas normais, que equivaliam ao nível secundário, passando ao nível médio.

Com o advento da Lei 9.394/96, houve a exigência de uma formação em nível superior para todos os professores da educação básica, mas teriam 10 anos para adequar-se à nova lei.

Gatti (2010) salienta que:

No ano de 1986, o então Conselho Federal de Educação aprova o Parecer n. 161, sobre a Reformulação do Curso de Pedagogia, que faculta a esses cursos oferecer também formação para a docência de 1a a 4a séries do ensino fundamental, o que algumas instituições já vinham fazendo experimentalmente. Foram, sobretudo, as instituições

privadas que se adaptaram para oferecer este tipo de formação ao final dos anos de 1980. A grande maioria dos cursos de Pedagogia das instituições públicas manteve sua vocação de formar bacharéis, nos moldes da origem desses cursos. (GATTI, 2010, p. 1356-1357)

Os professores licenciados em áreas específicas também passaram por algumas mudanças que mudaram seus cursos de formação, mas a autora também nos informa que no Brasil ainda não existe uma universidade específica para todas essas licenciaturas, para que possamos formar os professores da educação básica com excelência.

Conforme Gatti (2010):

As licenciaturas são cursos que, pela legislação, têm por objetivo formar professores para a educação básica: educação infantil (creche e pré-escola); ensino fundamental; ensino médio; ensino profissionalizante; educação de jovens e adultos; educação especial. Sua institucionalização e currículos vêm sendo postos em questão, e isso não é de hoje. (GATTI, 2010, p. 1359)

Esse prejuízo na formação docente é fator dominante na profissionalização do docente, pois se a formação é deficiente o profissional se torna deficiente.

Isso, explicado, vale lembrar que a formação do professor não é a única responsável pela educação nacional estar do jeito que ela está, pois o que se encontra nas escolas, hoje, é um professor cansado, pois precisa trabalhar em três períodos para se sustentar, numa escola pública sem recursos materiais e físicos, muitas vezes. Isso se deve ao investimento que se faz em educação, às políticas públicas destinadas a ela, às leis que a dirigem às instituições e aos dirigentes também.

Nas entrevistas realizadas é possível entender essa realidade, pois até mesmo uma das Orientadoras trabalha três períodos para se manter e cuidar de sua família. Todas elas trabalham além do necessário para dar conta das demandas, principalmente as sociais, pois as desigualdades sempre aparecem no ambiente escolar, onde as diversas famílias se encontram.

Muitos professores escolhem as licenciaturas por falta de opção, como uma forma de ganhar um dinheiro a mais, por ser uma profissão de fácil acesso, por ser uma oportunidade de sair da pobreza em que muitos vivem através de um concurso público.

Conforme Gatti (2010, p. 1375 apud Tardif e Lessard (2005):

O magistério não pode ser colocado como uma ocupação secundária. Ele constitui um setor nevrálgico nas sociedades contemporâneas, uma das chaves para entender as suas transformações. Nessa perspectiva, torna-se mais do que relevante considerar os dados de pesquisa aqui trazidos. A interação dos diferentes fatores aqui levantados com a estrutura curricular e com as condições institucionais dos cursos de formação de docentes para a educação básica nos sinaliza um cenário preocupante sobre a resultante dessa formação. Isto nos reporta, por exemplo, ao baixo índice de aprovação de licenciados em concursos públicos para professor.

Faz-se necessário olhar a educação com outros olhos, olhá-la com uma visão do futuro, com respeito. Muitos professores entram na educação por acaso, por uma necessidade familiar, por ser algo que gostam e que podem levar os filhos junto, mas para atuar como professora, é necessário correr atrás de uma nova formação, mudar a vida profissional.

O professor deve ser um pesquisador por natureza, não pode parar de estudar e nunca deverá se acomodar num cargo, achando que “assim está bom”, “sempre fiz assim, pra quê mudar?”.

Deve-se influenciar pessoas a serem professores, pela paixão, pelo amor ao ofício de aprender e ensinar aprendendo, pelo simples fato de não aceitar estar parado, vendo o outro passar e não sonhar, porque como dizia Paulo Freire (2000, p. 33):

Ai daqueles que pararem com sua capacidade de sonhar, de invejar sua coragem de anunciar e denunciar. Ai daqueles que, em lugar de visitar de vez em quando o amanhã pelo profundo engajamento com o hoje, com o aqui e o agora, se atrelarem a um passado de exploração e de rotina.

A profissão docente e as formas como o docente responde aos modos dos diversos contextos que envolvem a educação como um todo foi assunto bastante abordado por Flores (2014).

O debate de Flores (2014) vai circundar entre o profissionalismo docente a identidade do professor e a (re)construção da profissão docente, com a preocupação de sintetizar o que está se discutindo no momento.

Numa visão sociológica, uma profissão liberal envolve conhecimentos específicos, compromissos para com os clientes e suas necessidades. Na visão educacional, por estar na sala de aula, o professor não tem o parâmetro de profissional liberal como os demais, sendo chamado de semiprofissão.

Rigo et al (2004, p. 02) apud Gimeno Sacristan (1998, p. 172) diz que:

O trabalho docente, que era distinguido e prestigiado socialmente enquanto servia a pequenos contingentes dos segmentos médios e altos, começa a se desprestigiar pelos baixos índices de remuneração e pelos fortes mecanismos de controle sobre o seu exercício (adoção obrigatória de livros didáticos, programas decididos por agentes externos, obrigatoriedade de treinamentos generalizadores e compulsórios, aplicação de avaliações externas etc.). “Os professores são depositários de ideias e linguagens, mas só as podem desenvolver – quando é possível fazê-lo – de maneira subordinada.”

Essa condição laboral causa espanto e leva à reflexão, pois o professor é um profissional atuante no mercado de trabalho, influenciador, formador de opinião e pouco valorizado, por ele mesmo e seus pares.

O trabalho docente acontece num espaço de cultura entendido como habilidades, dados, teorias, normas, instituições, valores, ideologia que passam a ser conteúdo da aprendizagem e para o qual contribuimos todos, quer sejamos teóricos, práticos, especialistas, leigos, etc. Aí está a história das informações, os constructos que nos levam a pensar de determinada forma, os sistemas teóricos, as orientações de valor, os conceitos e preconceitos e tantas outras dimensões que, mesmo que não as reconheçamos como importantes, permeiam o trabalho educativo. (RIGO et al, 2004, p. 04)

Flores (2014) argumenta que na educação existem as características intrínsecas e peculiares denominadas de pessoais, morais, emocionais e sociais, que nas demais profissões nem sempre aparecem.

Flores (2014, p. 855) fala em seu texto, basicamente, do conceito de profissionalidade, profissionalismo e profissionalização, diferenciando-os.

A profissionalização encontra-se associada ao projeto ou processo político ou social (ou ainda individual) através do qual uma determinada ocupação (ou indivíduo) procura reconhecimento como profissão (ou como profissional); o profissionalismo diz respeito à natureza e qualidade do trabalho das pessoas, neste caso, dos professores [...] a profissionalidade refere-se ao conjunto de características essenciais, conhecimentos, destrezas, atitudes e valores específicos de uma dada profissão.

Ser professor não é tarefa fácil e nunca será, pois por algum tempo era desejável que o professor fosse alguém inspirador, cheio de virtudes, uma pessoa que merecia o respeito de todos, mas nos dias atuais é necessário que ele transmita e ensine conhecimentos técnicos e não técnicos, sendo capaz de modificar os comportamentos e as atitudes dos alunos. (FLORES, 2014)

Sob o olhar pedagógico, o papel da didática na formação do educador e a metodologia utilizada pelo professor, na busca de uma melhor organização racional de todos os recursos didáticos, que levarão o aluno a atingir um determinado objetivo educacional, deve ser demonstrado através de um plano ordenado, que deve ser seguido no ensino em geral.

É necessário que se acrescente à preocupação da formação docente, a função social do professor, que está presente na ideia de um docente intelectual e transformador, que possua uma dimensão mais acadêmica do pesquisar em ação, onde o professor seja visto como um intelectual transformador e, concomitantemente, um pesquisador de sua prática, que vai assumir um sentido reflexivo. (MOREIRA e SILVA, 1995)

Os autores sugerem que:

Os professores, orientados por uma concepção de prática docente como contexto produtor e não apenas consumidor de conhecimentos, colaborem com os/as futuros/as professores/as em estudos que os/as ajudem a refletir sobre seus processos de ensino e de aprendizagem, estimulando-os a investigar seus desempenhos ou a participar de pesquisas já em andamento. (MOREIRA e SILVA, 1995, p.18)

Ser um profissional da educação requer reflexão, o professor cria e constrói uma realidade, o profissional atua refletindo na ação, experimentando, corrigindo e inventando a sua realidade. O professor aprende a construir e comparar novas estratégias de ação, novas formas de pesquisa, novas teorias e categorias de compreensão, novos modos de enfrentar e definir os problemas, sejam num espaço formal ou não formal.

Na prática, sua formação deve permitir e provocar o desenvolvimento das capacidades e competências, conhecimentos e atitudes num diálogo com situação real. Algumas situações precisam ser consideradas, conforme Yinger (1986):

- a) A prática deve ser entendida como o eixo central na formação de professores, o processo de formação de professores deve começar pelo estudo e análise do ato de ensinar. Nos programas de formação, o conhecimento reportar-se a prática e ao conjunto de problemas e interrogações que surgem do diálogo com situações conflituosas do cotidiano educativo.
- b) A prática é uma atividade criativa, neste diálogo reflexivo cria-se uma nova realidade, novos espaços de intercâmbio, novos significados. O pensamento prático do professor não pode ser ensinado, mas pode ser aprendido, refletindo sobre a sua prática em conjunto com o supervisor ou de um formador experiente, que desenvolva um ensino reflexivo.

A formação docente deve ser alvo de um estudo mais aprofundado, pois vários são os fatores que podem influenciar na formação do orientador educacional.

A formação do professor muito tem a dizer sobre a formação do OE, pois, diante da pesquisa, todos os OEs foram antes professores, dessa forma, trazem características marcantes da sua trajetória como docente, que vão influenciar diretamente a sua identidade de orientador educacional.

1.3- A Formação do Orientador Educacional

Na história da humanidade, quando se fala num conselheiro, um orientador, um aconselhador na educação da origem indígena, nota-se que sempre existiu o pajé, que era aquele que orientava os mais jovens no seu trabalho, nas suas tarefas⁵.

O orientador educacional é parte fundamental da ação educativa. Heloisa Lück (2009, p. 01) fala sobre a importância de gestores que objetivem resultados positivos junto aos alunos:

A escola é uma organização que sempre precisou mostrar resultados - o aprendizado dos alunos. Porém nem sempre eles são positivos. Para evitar desperdício de esforços e fazer com que os objetivos sejam

⁵ GRINSPUN, M. **Origem e Evolução Histórica da Orientação Educacional**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xkl-IYg2Cvc#action=share>. Acessado em: 10 fev 2019.

atingidos ano após ano, sabe-se que é necessária a presença de gestores que atuem como líderes, capazes de implementar ações direcionadas para esse foco.

Muitas foram as etapas de atuação do orientador, a princípio vocacional-profissional, até ela se tornar educacional. Grinspum (????) cita que Platão já fazia este trabalho de escolher os que seriam liderados e os que liderariam, profissionalmente falando. O movimento da psicanálise, o movimento psicopedagógico, o movimento psicometrista, as mudanças do movimento de saúde mental e o movimento em prol de uma escola democrática onde todos deveriam fazer parte, são marcos da orientação e tomaram-se responsáveis por essa mudança na orientação escolar⁶.(GRINSPUN, ????)

A Orientação educacional estava profundamente ligada à orientação vocacional, profissional. Em 1575, Juan Duarte cria uma escola para os Engenheiros, onde eram determinadas as pessoas que seguiriam diferentes profissões⁷.

Com a Revolução Industrial e a Primeira Guerra Mundial, houve uma necessidade de se rever a profissão e seus profissionais, de colocação das pessoas nos postos certos, isso em 1908/1909, pois nesse ano o professor Frank Parsons criou um escritório que ajudava na escolha profissional, orientando seus alunos em profissões de acordo com suas necessidades. Esse é o início da orientação educacional⁸.

Conforme Pimenta (2002, p. 19):

É no avanço do capitalismo, com a industrialização, com o desenvolvimento tecnológico e científico do final do século XIX, que a orientação profissional terá a sua origem e institucionalização. A multiplicidade de profissões e a importância de adaptação a elas, combinadas com o pressuposto das diferenças individuais naturais entre os homens e a igualdade de direitos propalada socialmente, colocam as bases da orientação profissional.

⁶ Idem 5

⁷ Ibidem 5 e 6

⁸ GRISPUN, M. **Origem e Evolução Histórica da Orientação Educacional**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xkl-IYg2Cvc#action=share>. Acessado em: 10 fev 2019.

A OE é uma função que passou por transformações, mas tem muita importância nas unidades escolares.

A Orientação Educacional (OE) é um processo organizado e permanente que existe na escola. Ela busca a formação integral dos educandos (este processo é apreciado em todos seus aspectos, tido como capaz de aperfeiçoamento e realização), através de conhecimentos científicos e métodos técnicos. A Orientação Educacional é um sistema em que se dá através da relação de ajuda entre Orientador, aluno e demais segmentos da escola; resultado de uma relação entre pessoas, realizada de maneira organizada que acaba por despertar no educando oportunidades para amadurecer, fazer escolhas, se auto conhecer e assumir responsabilidades. (MARTINS, 1984, p. 97)

Cabe dizer que o Brasil foi o primeiro país do mundo que colocou a presença dos OEs nas escolas de forma obrigatória⁹, mesmo que em certa época, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a educação deveria cuidar dos processos formativos desenvolvidos na vida familiar, nas escolas, no trabalho e na sociedade como um todo, isso em seu Art. 1º:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Infelizmente, ao mesmo tempo em que a LDB inovava, explicando que a educação deveria ver o aluno em sua totalidade, como um ser emocional e social, retira do texto a obrigatoriedade da Orientação Educacional nas escolas, assim, os coordenadores pedagógicos começam a assumir um papel duplo, de coordenação e orientação¹⁰. (GRINSPUN, ????)

O Parecer CNE/CP nº 3, de 13 de dezembro de 2005, determinou as diretrizes curriculares nacionais para o curso de Pedagogia, que geraram dúvidas entre os

⁹ Idem 8.

¹⁰ GRISPUN, M. **Origem e Evolução Histórica da Orientação Educacional**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xkl-IYg2Cvc#action=share>. Acessado em: 10 fev 2019.

profissionais da área quanto à habilitação para a Orientação Educacional, visto que o Art. 4º estabelece:

O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. (BRASIL, 2006)

Retornando ao ponto em que o OE tem um trabalho mais efetivo se for pedagogo, para estar engajado na busca de uma aprendizagem significativa, ativa e consistente, que faça sentido a todos os estudantes e não apenas àqueles que têm alguma dificuldade de aprendizagem.

O pedagogo escolar é o profissional que atua na escola como responsável pela organização do trabalho pedagógico, ou seja, ele é o sujeito que tem a responsabilidade pelo processo de ensino-aprendizagem em sua totalidade. Para isso, exerce várias funções de modo a garantir a eficácia de seu trabalho, assim como assegurar que a escola cumpra com o seu papel social. Consideradas as diversas atribuições que assume, é comum que ele se sobrecarregue de trabalho e, muitas vezes, não dê conta de tudo o que tem a fazer. Nesse sentido, é importante que o profissional esteja preparado para exercer tais funções, tendo como pressupostos a intencionalidade, os objetivos e a organização para que o processo educativo se desenvolva alcançando bons resultados. O fato é que esse profissional realiza diversas atividades dentro do fazer pedagógico da escola e, às vezes, pode até perder de vista seus verdadeiros objetivos. Desse modo, ele deve tomar como eixo de seu trabalho a proposta pedagógica da instituição, pois é neste documento que se encontra a organização do trabalho pedagógico para cada escola – e é a partir dele que o pedagogo desenvolverá seu trabalho. (DOMINSCHKE e WALOSKI, 2013, p. 152-153)

O pedagogo pode exercer múltiplas funções, além de ter conhecimento prático e teórico de tudo o que envolve o ambiente escolar, podendo organizar o trabalho pedagógico, introduzir novas metodologias de ensino que sejam adequadas à clientela em que atende e objetivas resultados satisfatórios na educação.

As Leis de Diretrizes e Base da educação nacional, LDB nº 9394/96 já cita o pedagogo como o profissional apto a exercer as diversas funções existentes nas escolas, conforme o Título VI, relativo aos Profissionais da Educação, referindo-se a ele nos artigos 61 e 64:

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em

curso reconhecidos, são: II - trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional (BRASIL, 1996).

O estudante de Pedagogia tem a liberdade de escolher entre as habilitações que mais lhe agradam, para que possa atuar dentro das escolas e até mesmo nos ambientes não formais de educação como os hospitais, as ONGs, as empresas etc.

Libâneo (2009, p. 52) fala sobre o pedagogo e o define assim:

Pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação ativa de saberes e modos de ação, tendo em vista, objetivos de formação humana definidos em sua contextualização histórica.

O trabalho do OE está diretamente ligado ao trabalho do coordenador pedagógico. O fazer-junto deve fazer parte do dia a dia do orientador, pois sua função não deve ser isolada, solitária, apesar de, muitas vezes, senti-las assim nas respostas dadas. OEs e os demais membros da equipe gestora precisam estar em sintonia, harmonia para que o aluno e os demais membros da comunidade escolar sintam apoio e acolhimento em suas necessidades.

Almeida e Soares (2010, p. 51) explicam que:

Afirmamos que, mesmo não existindo mais as habilitações específicas no curso de pedagogia, as funções supervisora e orientadora se expressam ainda hoje nas ações que esse profissional realiza com os professores ou com os alunos no dia a dia escolar. Assim, se o processo de ensino aprendizagem é um todo indissociável, essas ações são indiscutivelmente inter-relacionadas.

Talvez aí esteja uma influência marcante na formação profissional do OE, a parceria com o coordenador, principalmente, mas também com os demais membros da equipe gestora da escola de atuação.

O OE precisa ter algumas competências no campo profissional e especificamente em educação, levando em consideração que o conceito tem sua origem no ambiente de trabalho, e não apenas na formação, sendo relevante entender a definição de Bunk (1994, p. 98) sobre competência profissional:

Possui competência profissional quem possui conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para exercer uma profissão, pode resolver os problemas profissionais de forma autônoma e flexível (competências formais) e é capaz de colaborar em seu ambiente profissional e na organização do trabalho (competências reais).

Analisando essa citação, entende-se que existem diferenças entre as competências formais, referentes às adquiridas através de algum tipo de treinamento, qualificando uma pessoa para o exercício de uma profissão.

Os OEs precisam ser profissionais que tenham competências específicas, que muitas vezes, não são adquiridas nos cursos de Pedagogia ou nas pós-graduações em Gestão escolar. É necessário que compreendam os ambientes escolares de cada comunidade. (BEMAK, 2000, BRYAN e HOLCOMB MCCOY, 2004).

Assim, os OEs precisam ser mediadores, sendo capazes de intervir nos sistemas sociais em nome dos alunos, para negociar a eliminação de possíveis barreiras ao sucesso acadêmico. Como mediadores, os OEs são agentes de mudança sistêmica, que devem trabalhar para impactar os sistemas sociais de forma a beneficiar os estudantes com quem eles trabalham. (BAILEY, GETCH e CHEN-HAYES, 2003)

Também é necessário que sejam colaboradores, ajudando os demais parceiros de trabalho (coordenadores pedagógicos, diretores) para promover o desenvolvimento dos estudantes (BEMAK, 2000, BRYAN e HOLCOMB MCCOY, 2004).

Devem colaborar com as famílias para ajudá-los a se empoderarem, sentindo-se participantes da comunidade em que estão inseridos, como uma força proativa no sucesso educacional de seus filhos. Esta colaboração deve basear-se em considerações importantes sobre a vida familiar, pois os OEs devem ser sensíveis às realidades econômicas e sociais das famílias e se reunirem para obter informações sobre questões como a competência linguística e os costumes culturais que podem afetar no andamento da escola. Além disso, os OEs devem colaborar com outros

agentes educacionais da comunidade para promover os interesses dos alunos. Para isso, eles devem ser capazes de formar parcerias nos setores empresarial, religioso e político das comunidades para promover a educação. Devem ser capazes de negociar estas parcerias para que os recursos da comunidade sejam canalizados na programação escolar, principalmente nas comunidades mais carentes. (BAILEY, GETCH e CHEN-HAYES, 2003)

Os professores também devem ser alvo da colaboração dos OEs, assim, devem criar estratégias para aumentar sua eficácia educacional, contemplando a necessidade de cada aluno e qual seria a melhor metodologia a ser utilizada para isso. (BAILEY, GETCH e CHEN-HAYES, 2003)

Os OEs devem ser líderes em suas escolas e dentro da comunidade em que a escola está inserida, com iniciativas educacionais que promovam o desenvolvimento dos alunos e dessa comunidade. (BEMAK, 2000).

É importante que atuem como líderes políticos, demonstrando ativismo social na comunidade em geral, buscando posições de liderança dentro de organizações de bairro e instituições que afetam a qualidade de vida dos alunos e de suas famílias. Eles devem poder influenciar diretamente as decisões políticas importantes da comunidade e as iniciativas relacionadas à qualidade a educação dos alunos e ao bem-estar de suas famílias. (BAILEY, GETCH e CHEN-HAYES, 2003)

Todo OE antes foi um professor, precisa cursar Pedagogia, mesmo tendo como formação inicial outra licenciatura. Pinto (2017) afirma que essa prática, exigida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs prejudica esses professores que pretendem seguir a carreira educacional como gestores.

Sendo pedagogos, os OEs, sejam licenciados em Pedagogia inicialmente ou como segunda graduação, possuem diversas identidades, pois conforme Pinto (2017):

Quando o pedagogo está lecionando, sua identidade é a docência, portanto, nesse espaço, ele é professor. Desse modo, ... a identidade profissional do pedagogo está na sua atuação em outros espaços educacionais – escolares ou não, mas para além da docência.

O Projeto Político Pedagógico da escola deve ser o norteador do trabalho do OE. É através dele que esse profissional fará a mediação entre a teoria e a prática educacional, onde se entende por teoria o próprio projeto já elaborado e impresso e a

prática educacional como o fazer pedagógico dentro e fora da sala de aula, elaborado em conjunto com o professor e os alunos. (SILVA, 2000)

Ele é a expressão de autonomia da escola, formulando e executando uma proposta de trabalho, pois pode ser considerado um documento juridicamente reconhecido, que vai nortear e encaminhar as atividades a serem desenvolvidas no espaço escolar, que tem como objetivo central reconhecer e resolver os problemas que atrapalham o processo ensino-aprendizagem. Ele está voltado, diretamente, para o que a escola tem de mais importante, que é o aluno e para tudo o que eles e toda a comunidade esperam da escola, ou seja, uma boa aprendizagem. (SILVA, 2000)

Silva (2000, p. 38) diz que:

O Projeto Político Pedagógico é um caminho traçado coletivamente, o qual se deseja enveredar para alcançar um determinado objetivo. Deste modo, ele deve existir antes de tudo porque define-se como ação que é anteriormente pensada, idealizada. É tudo aquilo que se quer em torno de perspectiva educacional: a melhoria da qualidade do ensino através de reestruturação da proposta curricular da escola, de ações efetivas que priorize a qualificação profissional do educador, do compromisso em oportunizar ao educando um ensino voltado para o exercício da cidadania, etc. É através de sua existência que a escola registra sua história, pois é conhecido como um conjunto de diretrizes e estratégias que expressam e orientam a prática político-pedagógica de uma escola.

Ele é um processo inacabado, no sentido de poder ser modificado quando necessário, contínuo, pois não é estático ou engessado, que vai se construindo no decorrer do percurso de cada instituição de ensino, acontecendo de forma coletiva, onde todos os personagens direta ou indiretamente, pais, professores, alunos, funcionários, corpo técnico-administrativo são responsáveis pelo seu sucesso, dessa forma, sua eficiência vai depender do compromisso dos envolvidos em torná-lo viável.

Thurler (2001, p. 110) define o Projeto Político Pedagógico dessa maneira:

É um instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito, quando, de que maneira, por quem para chegar a que resultados. Além disso, explicita uma filosofia e harmoniza as diretrizes da educação nacional com a realidade da escola, traduzindo sua autonomia e definindo seu compromisso com a clientela. É a valorização da identidade da escola e um chamamento à responsabilidade dos agentes com as racionalidades interna e externa. Esta ideia implica a necessidade de uma relação contratual, isto é, o projeto deve ser aceito por todos os envolvidos, daí a importância de que seja elaborado participativa e democraticamente.

O orientador educacional é um especialista da educação e precisa ter o seu trabalho valorizado e respeitado, pois nem sempre isso acontece. Quando ele trata com os professores da educação infantil e do ensino fundamental I, ainda existe um maior respeito a suas instruções e intervenções, mas quando lida com os professores especialistas, de ensino fundamental II e ensino médio existe certo desprezo por suas instruções, dir-se-ia, até certo preconceito, por parte desses professores, pelo simples fato de ele ser um pedagogo e não um especialista, pois os mesmos o veem como um generalista. (PIMENTA, 2002)

Pimenta (2002, p. 115) coloca perfeitamente como se dá esse preconceito:

Essa rejeição ao trabalho do orientador está assentada, entre outros, no fato de os orientadores educacionais serem portadores de um projeto idealisticamente formulado, que não considera a situação concreta da escola pública e não parte das condições materiais de trabalho dos professores e nem dos alunos. Apesar do esforço que realizam, os problemas permanecem. Neste projeto idealista, o orientador educacional incorporou a parcelarização do trabalho no interior da escola, opondo-se, por possuir funções legalmente definidas, a rever criticamente a especificidade da especialização. O que requer o exame da realidade histórica da escola que possibilite a identificação de quais são os problemas da escola hoje e para onde ela deve ser direcionada. Um projeto orientado numa direção comum, exige, sim, uma escola que inclua os benefícios da especialização crítica, sem incluir os males da parcelarização do conhecimento.

O pedagogo possui uma herança histórica como sendo o controlador do processo escolar, mas que foi modificada pela multitarefação de suas atribuições, tornou-se um “faz tudo”, e essa afirmação poderá ser também notada nas entrevistas com as OEs.

Por ser o “faz tudo” a organização do trabalho pedagógico, fica num segundo plano, sendo que este deveria ser o principal. Dessa forma, como é possível fazer e organizar um trabalho pedagógico que atenda às necessidades da escola? Como estabelecer uma rotina escolar se o pedagogo que tem um cargo de gestor, seja ele Coordenador, Diretor ou OE, está preocupado em atender as reclamações dos pais na porta da escola, ou mesmo, quem ficará com os alunos na falta do professor?

Durante as entrevistas com as OEs das escolas municipais, muitas foram as questões de ainda serem vistas como “faz tudo” da escola, pois estão preocupadas

com a falta ou o uso dos uniformes, com os atrasos dos alunos, como conter os que fogem da sala de aula, como minimizar as discussões entre docentes e discentes, como conter as agressões entre alunos, as agressões verbais entre alunos e professores e, a que mais toma tempo dos gestores em geral, como controlar a indisciplina de sala de aula. (CALVI e MACHADO, 2010)

Kuenzer (2002, p. 48) diz que: “a divisão do trabalho escolar tem origem na separação entre a propriedade dos meios de produção e força de trabalho, e não na divisão técnica do trabalho.”

A autora o trabalho pedagógico é fragmentado, tendo como base de seus estudos o taylorismo/fordismo, onde as tarefas dos trabalhadores que estão nas linhas de produção são muito bem definidos, sendo assim, a divisão do trabalho no capitalismo, não é causa, mas sim consequência da contradição que existe entre capital e trabalho. Kuenzer (2002, p. 49) afirma que: “a origem da fragmentação do trabalho não é a divisão técnica, mas sim a necessidade de valorização do capital, a partir da propriedade privada dos meios de produção.”

Na contemporaneidade, observa-se uma sociedade dependente do tempo, o que, talvez, não fosse tão observado por civilizações anteriores. Na antiguidade, o tempo era medido através da natureza, do trabalho desenvolvido, onde as tarefas diárias eram a medida de tempo necessária a ideal. Cada comunidade tinha uma medição de tempo, estando diretamente relacionada à atividade desenvolvida por ela, com horários pré e pós determinados de afazeres.

Assim como na escola, uma comunidade que desenvolve seu trabalho num determinado tempo e, muitas vezes, o tempo individual de cada pessoa não é respeitado, pois o sistema exige dela mais rapidez, na maioria das vezes.

O tempo escolar é um assunto muito discutido nos dias atuais, conforme Cavaliere (2016), pois ele pode ser responsável pelo progresso ou retrocesso de todos os envolvidos no espaço escolar. A autora diz que:

Registra-se na produção acadêmica sobre o tempo de escola – entendido aqui como as diversas dimensões da relação entre o tempo e a instituição escolar, seus objetivos, práticas e atores – reflexões que incluem o tempo no interior da escola, o tempo destinado à escola, o tempo referido à escola e muitas outras relações significativas envolvendo os dois termos, inclusive o tempo sem escola ou fora da escola. O que existe de comum nesse conjunto temático é a percepção de que a análise da dimensão tempo – num mundo em que o seu

controle estrito, propiciado pela escolarização da vida de crianças e jovens, é a espinha dorsal dos processos formativos que possibilitam o acesso ao conhecimento – se tornou essencial para a compreensão dos problemas, desigualdades e impasses criados ou reproduzidos pelas estruturas educacionais formais vigentes. Sendo assim, o universo de possibilidades abertas nesta seção temática, conforme já constava em sua chamada pública, é bastante amplo e o conjunto de artigos ora apresentados contempla uma parte importante dessas possibilidades. (CAVALIERE, 2016, p. 975)

Quem pode gerenciar mais este tempo é o Gestor escolar, que é um Pedagogo, e a equipe que a forma. A Gestão Escolar, formada por profissionais que podem gerir de maneira adequada este tempo, respeitando a individualidade de cada membro dessa comunidade e transformando tempo e trabalho em uma relação harmoniosa e saudável.

Muitas são as propostas de aumentar o tempo escolar, visando o assistencialismo, na maioria das vezes. Essas propostas são embrulhadas num pacote lindo, como se fosse um presente para os alunos e suas famílias, com a pretensão de fortalecer o papel social e cultural da escola. Esquecem-se que a escola, historicamente falando, é caracterizada por sua condição minimalista em relação ao tempo e à sua estrutura, sendo questionada por sua responsabilidade em difundir o saber e a formação da cidadania, lembrando que ela é vista como excludente e empobrecedora. (CAVALIERE, 2016)

A autora complementa afirmando que:

Assim, em associação com a proposta de ampliação do tempo que os alunos ficam sob a responsabilidade da escola, são desenvolvidos e difundidos conceitos como os de educação integral, educação integrada, comunidades educativas, cidades educadoras e outros que, de modo geral, associam novas responsabilidades, atividades, agentes e espaços à vida escolar e novas relações desta com a localidade e outras instituições sociais. (CAVALIERE, 2016, p. 976)

A escola precisa ter como preocupação principal a emancipação do indivíduo, para que ele seja capaz de programar o seu tempo escolar, tentando dominar o tempo do trabalho, pois o tempo escolar também é um tempo de trabalho. Isso demanda mudanças na sociedade, na forma de ver a escola seu tempo e o trabalho realizado dentro e fora dela.

Não é só o tempo dos alunos e a divisão do trabalho escolar que precisam ser estudados, mas faz-se necessário rever essa fragmentação do trabalho pedagógico, pois não é uma questão técnica, não está se falando de substituição de trabalhadores numa linha de produção, como no toyotismo, que as troca por células de produção, onde a especialização é substituída pela multitarefa.

Na escola, os especialistas que compõem a Gestão escolar, não podem assumir esse papel de profissionais multitarefa. Kuenzer (2002, p. 54), explica que: “a superação, portanto, da fragmentação do trabalho pedagógico só será possível se superada for a contradição entre propriedade dos meios de produção e força de trabalho.”

Mészáros (2007) afirmou que o homem não consegue dominar o tempo e seu fardo é o de controlar a vida dos indivíduos, não importando as consequências dessa dominação.

Indivíduo nenhum e nenhuma forma concebível de sociedade hoje ou no futuro podem evitar as determinações objetivas e o correspondente fardo do tempo histórico, bem como a responsabilidade que necessariamente emerge de ambos. Em termos gerais, talvez a maior acusação contra nossa ordem social dada é que ela degrada o fardo inescapável do tempo histórico significativo – o tempo de vida tanto dos indivíduos como da humanidade – à tirania do imperativo do tempo reificado do capital, sem levar em conta as consequências. (MÉSZÁROS, 2007, p. 33)

O capital só se interessa pelo “tempo de trabalho explorável”, tornando-se inimigo da história, mesmo que esse tempo seja utilizado para o benefício da humanidade com a inserção das tecnologias e do desenvolvimento da ciência.

Nas escolas, existe o rigor aplicado aos alunos, que, na realidade, era uma maneira de disciplinar o menino para o trabalho. O espaço escolar existe num contexto histórico, social, físico e pode ser disseminador de escravidão, onde seus trabalhadores perdem o domínio desse tempo e trabalham além do necessário, mas desejado pelo capitalismo. O gestor escolar, através de seus membros deve ser o responsável pela administração coerente do tempo – escolar e de trabalho – para que a comunidade escolar possa dividir esse tempo de forma humana. Talvez a formação continuada dos professores possa ser uma forma de gerir o tempo e o trabalho docente de forma mais adequada.

Thompson (1998) diz que: "... pela divisão de trabalho, supervisão do trabalho, multas, sinos e relógios, incentivos em dinheiro, pregações e ensino, supressão das feiras e dos esportes – formaram-se novos hábitos de trabalho, impôs-se uma nova disciplina de tempo." (THOMPSON, 1998, p.297)

Tem-se no gestor escolar uma responsabilidade enorme na condução de todos os processos desenvolvidos na escola, inclusive os de tempo e de trabalho, seja ele escolar ou laboral. Muitos gestores afirmam gostar de praticar uma gestão compartilhada, mas o que realmente conseguem é somente mascarar as mesmas práticas convencionais, valorizando ao extremo as atividades burocráticas e administrativas, esquecendo-se do capital humano, transformando o professor e ele mesmo em um multitarefeiro, assim como os demais envolvidos na gestão escolar.

Mészáros escreve que dentre os princípios necessários à ordem social alternativa, a "participação democrática" da força de trabalho é preconizada pela empresa capitalista e a "progressiva transferência do poder de decisão aos produtores associados" na tomada de decisão, em todos os níveis de controle político, cultural e econômico da mesma forma. (MÉSZÁROS, 2007. p. 229)

Existem gestores, porém, que buscam a mudança desse modelo já condenado de gestão e veem nos relacionamentos interpessoais um caminho novo em relação a seu grupo, já que o tempo não seria desperdiçado se houvesse interação social e se fosse possível derrubar as barreiras entre o trabalho e a vida. Mas essa relação interpessoal também faz dele um multitarefeiro, pois não consegue dividir o seu tempo de trabalho de forma adequada.

É essencial que as formas de divisão de trabalho sejam revistas dentro da escola e no trabalho dos gestores. O trabalho pedagógico deve ser discutido e devem ser buscadas formas e estratégias próprias de cada escola, estabelecendo limites e novas dimensões, nunca pensando na organização do trabalho em um único profissional da educação, mas na reflexão de qual ação é importante para esse trabalho.

É inegável a sua colaboração para a educação e a aprendizagem significativa dos educandos, mas é necessário que se reflita sobre qual realmente é seu papel dentro das escolas, onde deve e pode atuar com propriedade e qual a maneira de colaborar efetivamente com a educação local.

Dessa forma, o OE precisa estar preparado para todo tipo de aluno, de professor, de pais, de gestores parceiros, deve respeitar as diferenças, estimular o trabalho colaborativo dentro da escola, com atividades que possibilitem a interação entre todos, deve ser o papel do professor frente a uma sala de aula, pois como continua Sabatella (2005, p. 82): “É impossível pensar em integração se não houver um profundo respeito às diferenças e uma enorme vontade de estudar e aprender.”

Aprender pode ser uma tarefa difícil quando se tem cursos de Pedagogia que não preparam, efetivamente os docentes e os gestores, por isso Franco (2017, p. 121) afirma que é necessário discutir e redefinir qual é o lugar da formação em gestão no curso de Pedagogia, articulando a formação do gestor com o fazer docente, primando pela qualidade na educação.

Assim, o OE precisa rever a sua prática, para que não haja afetividade excessiva, nem uma realidade brutalizada, um meio termo é o ideal, para que essa prática seja real e ideal.

Assim, conhecer a realidade do dia a dia dos OEs das escolas municipais de Santos e como se dá sua formação pode ajudar de forma efetiva na conceitualização do trabalho do Orientador Educacional, pois uma mudança na didática e na relação existente entre professores e alunos é necessária nos dias atuais, pois ainda existe muita discriminação e preconceito nessa relação, por causa da desvalorização do profissional da educação, como já exposto e com a reflexão de sua prática, o OE pode ser um bom mediador entre a dupla professor-aluno, além de colaborar sobremaneira com a gestão escolar e os demais membros da comunidade escolar.

Como já foi citado, todo OE foi professor. Isso é uma determinante e demonstra a formação desse profissional traz, em sua trajetória, vestígios da sua formação como professor.

Entende-se que o OE tem sua importância na escola, teve reconhecimento do decorrer dos anos, sofreu mudanças de postura, ação e até mesmo formação, pois ele iniciou sua trajetória na história nacional como um enfoque psicológico que ajudava aos alunos a escolherem uma profissão e hoje, é o pedagogo que ajuda o aluno emocionalmente abalado, organiza seus estudos, preocupa-se com fatores sociais e econômicos, com a vizinhança, se ela traz perigos aos estudantes e suas famílias.

Até antes da Revolução Industrial, a escola era responsável por formar cidadãos a partir da transmissão de conhecimentos. A escola do século XXI, no entanto, tem um papel muito mais abrangente: formar cidadãos que precisam conhecer conteúdos, além de fazer críticas e fundamentá-las, saber agir de forma ética, criar, organizar e expor as suas ideias. Assim, o orientador educacional irá desenvolver um trabalho junto aos estudantes que lhes permita:

- a) Criticar e fundamentar as críticas;
 - b) Fazer escolhas e assumir responsabilidades por elas;
 - c) Participar de grupos de trabalho e de ações em que se comprometam com o social;
 - d) Construir a sua identidade pessoal e social;
 - e) Trabalhar os valores culturais;
 - f) Desenvolver interesse pelo conhecimento e formas de estudo efetivas.
- (NEWELL, 2012)

Em decorrência da necessidade de resolução rápida de problemas que o orientador educacional se depara em seu cotidiano, facilmente os profissionais da escola confundem o orientador com um profissional multitarefas. Essa tem sido uma das principais queixas de atuação desses profissionais, conforme será abordado em capítulos posteriores quando se analisa os dados de pesquisa.

Essa é outra característica desse profissional, as multitarefas, pois ele não deixa interiormente de ser um professor, mas não sendo professor, precisa incentivar os professores de sua unidade escolar a entenderem as necessidades de cada estudante, respeitando-os.

Esse OE, na maioria das vezes também é pai e mãe, mais uma tarefa, mas precisa ajudar as famílias de seus alunos a buscarem o melhor para seus filhos, não permitindo que sejam maltratados, subjugados, abusados e passem por extrema necessidade.

O OE, conforme Lück (2009), atua, muitas vezes, em tarefas sem sentido pedagógico, pois “tapar os buracos” ou servir de “quebra-galho”, às vezes, é

necessário em qualquer tipo de trabalho, mas não deve ser a regra. O fato de o orientador estar sempre atuando desta forma faz com que os outros profissionais, estudantes e até mesmo as famílias os vejam como responsáveis por essas tarefas.

Cabe ao OE ser o promotor de uma educação libertadora, trabalhando com a realidade da comunidade escolar, dentro do ambiente educativo, com uma adequação de tempo e trabalho, ter-se-á uma possibilidade uma educação de qualidade e significativa, proporcionando uma interação entre o homem e o ambiente, pois no trabalho o indivíduo encontra o seu lugar social, tornando-se pertencente a ele.

Para que o indivíduo seja um ser social o trabalho e o tempo precisam andar ajustados, em sincronia. Mészáros (2007) acredita que é necessário que as massas participem ativamente das decisões, mas complementa que essa participação só será significativa se os poderes de decisão forem transferidos aos participantes do processo decisório, ideia que pode valer também para o espaço escolar. Estes deverão superar as determinações conflitantes e autoritárias que foram herdadas historicamente.

Assim, garantir a participação precisa ser mais estimulado, mesmo que o tempo histórico interfira no tempo contemporâneo, para que as formas de autoritarismo a ele relacionadas possam ser reprimidas. Mészáros também comenta sobre a crise estrutural do capital, onde ele pede urgência na criação de um tempo histórico único, pois a humanidade pode não sobreviver a ele.

O gênero humano não pode arriscar-se a reincidir em uma ordem social cada vez mais destrutiva, como se tivéssemos à nossa disposição a infinidade do tempo antes que tenhamos de empreender uma ação corretiva. (MÉSZÁROS, 2007, p. 227)

Cabe ao OE mostrar a toda a comunidade escolar que ele não é um controlador do tempo ou de vocações como no passado, mas que se tornou um apoiador, incentivador de possibilidades, permitindo a todos os alunos novas conquistas e aos demais membros da equipe escolar uma visão mais ampla de seu trabalho. A escola precisa ter uma equipe de gestão, professores e demais funcionários preocupados com um objetivo comum a todos: formar um aluno crítico e consciente de suas capacidades, capaz de mudar a sua história e a das pessoas de sua comunidade através da educação.

O OE sozinho, não pode mudar a escola, seu tempo, o trabalho desenvolvido nela e a concepção que se tem da escola através dos tempos. Como comenta Sizer (1985) *apud* Carbonell (2002): “Uma escola não emerge como um prato pronto de comida que basta aquecer por quinze minutos, mas a partir do cozimento em fogo brando de um conjunto de ingredientes.” (SIZER, 1985 *apud* CARBONELL (2002), p. 78)

Caberá ao próprio orientador educacional ressignificar o seu papel e deixar claro que é um profissional com linhas de atuação definidas. Para Pascoal et al. (2008, p. 115), “(...) não se trata mais de “apagar o fogo”, como, historicamente, fazia o orientador educacional, chamado nas ocasiões em que havia problemas a serem solucionados ou para abafar os casos de indisciplina. ” O papel do orientador é muito mais abrangente e requer planejamento.

O OE precisa planejar sua ação para que ela tenha como prioridade a formação humana como base da formação do educador, pois ele é um ser humano em contínua formação. Seu trabalho deve expressar sua capacidade de compreender o que faz e por que o faz, além de ser capaz de reelaborar suas ações no meio em que está inserido. (FERREIRA, 2002)

Sendo um ser humano profissional, deve ser responsável e compromissado em buscar influenciar os demais ao seu redor a tornar o mundo mais humano. Assim, a formação do OE precisa dar a ela condições de vislumbrar as necessidades da realidade de seus alunos e professores.

Como bem explica Ferreira (2000) o ser humano é explorado e dominado, com os alunos, os professores e até mesmo os gestores das escolas não é diferente.

Vivemos num tempo em que vemos aumentadas as possibilidades de exploração e dominação dos seres humanos, em que um número cada vez maior de pessoas veem, cada vez mais, diminuídas suas possibilidades de desenvolvimento, de extensão das suas virtualidades especificamente humanas. Vivemos, também, no meio de uma época em que vemos aumentar à nossa volta o perímetro e o espaço da destituição, da exclusão e da privação, da exploração do outro e da terra, em que as possibilidades de gozo, de desfrute, de fruição dos prazeres e alegrias da vida e do mundo se veem imensamente ampliadas para uma reduzida parcela da humanidade, ao mesmo tempo em que se fecha definitiva e impiedosamente para a outra. É num tempo como esse que o sentimento e a necessidade de liberdade, paz, segurança, desenvolvimento humano, solidariedade e

harmonia social para todos os povos e nações, como um direito humano inalienável, nos desafia – educadores e educadoras - a pensar na contemporaneidade, as determinações que constituem o tecido social mundial em que vivemos, o papel essencial da educação e o compromisso das políticas públicas e da administração da educação. (FERREIRA, 2000, p. 214)

Superar o imediatismo é imprescindível para que o OE realize o seu trabalho de forma efetiva. Saber equilibrar as urgências com a prática planejada é um desafio, e ainda assim, dentro das urgências, o foco pedagógico do trabalho de OE não pode ser esquecido. (CARVALHO, 1979)

Nesse sentido, a solução para a sistematização das ações do orientador educacional é a elaboração de um planejamento de trabalho baseado em diagnóstico e constantemente avaliado, é o rever seu trabalho de tempos em tempos, olhar para dentro de si e entender o que é prioritário, o que é necessário, para ser um profissional eficiente e que atenda às necessidades da comunidade escolar. (CARVALHO, 1979)

CAPÍTULO 2 – O ORIENTADOR EDUCACIONAL: BREVE HISTÓRICO

A Orientação Educacional é uma função que pode ser vista como uma prática social ampla, a serviço da escola pública, principalmente quando se constrói uma prática ativa e repleta de desafios. (PASCHOAL, ALBUQUERQUE e HONORATO, 2008)

Esta função ainda é muito discutida, pois suas atribuições mudaram no decorrer dos tempos e da sociedade. Até meados dos anos de 1990 esta função deixou de existir em muitas escolas públicas, apesar de estar presente na escola particular. (PASCHOAL, ALBUQUERQUE e HONORATO, 2008)

O Orientador Educacional é a pessoa corresponsável pela construção e orientação de uma equipe escolar unida, engajada e, principalmente, convicta de suas funções diante da comunidade escolar, conhecedora da possibilidade operacional de suas obrigações e das prioridades a serem realizadas através da proposta de trabalho da Escola. Ele trabalha em parceria com a Coordenação Pedagógica. (FALCÃO FILHO, 1987)

Quando se fala em orientador educacional fala-se também daquele profissional da educação que tem como função garantir a qualidade do trabalho a ser desenvolvido na escola junto aos alunos. Ele deve ser aquele que busca sempre alcançar os melhores resultados, junto com a equipe pedagógica, buscando melhores e adequadas condições de aprendizagem e ensino.

Conforme Chiavenato (2005 p. 82): “... toda equipe deve ter um conjunto de participantes capazes de contribuir com habilidades e competências diferentes para o alcance dos objetivos.”

É do orientador educacional a função de orientar e gerenciar os resultados do desempenho escolar, no espaço de autonomia que precisa ser criado e administrado por ele, principalmente, verificando e orientando os alunos e professores, frente às ações que foram planejadas por eles. Na verdade, o orientador, no exercício específico de profissional da educação, que é articulador e mobilizador de todos os envolvidos com a gestão escolar, precisa criar atividades intencionais que sejam voltadas para a melhoria do fazer pedagógico dentro e fora da sala de aula. Isso se

torna notório, pois como atuo na área e no cargo de orientador, posso vivenciar essa prática. (PASCHOAL, ALBUQUERQUE e HONORATO, 2008)

A Orientação Educacional surgiu no início do século XX, no contexto informal, teve início em 1908 nos Estados Unidos e foi inspirada na Orientação Vocacional com as atividades relacionadas à Orientação Vocacional desenvolvidas por Frank Parson, considerado o pai da Orientação vocacional, profissional e de carreira. (ZYTOWSKI, 1972)

A Orientação Vocacional cuidava especificamente da escolha profissional dos estudantes, mas, aos poucos, a necessidade de aconselhamento em outras áreas foi se evidenciando e o orientador passou a atuar de forma mais ampla, aconselhando os estudantes em seu preparo para a vida como um todo.

2.1 – Funções do Orientador Educacional em diferentes momentos históricos

Muitos autores demonstram estar preocupados com a ação educativa praticada na escola e costumam criar possíveis projetos de intervenção junto aos alunos como: A recepção e o acolhimento dos novos alunos; A passagem do 5º para o 6º ano; A orientação dos estudos; A orientação sexual e a orientação profissional. (GIACAGLIA e PENTEADO, 2000)

Essas atividades são desenvolvidas com o propósito de aumentar o debate sobre as relações entre a educação e a escola e assim, colaborar para o entendimento dos desafios que a escola atual impõe a todos.

Grinspun (2011) discorre sobre a Orientação educacional, demonstrando como esse profissional atua: nas diversas questões do cotidiano escolar, no seu histórico e como a legislação rege esse trabalho.

A autora afirma que: “O orientador educacional anda junto à educação, na busca das finalidades de um projeto político-pedagógico formulado para a escola em favor de seus próprios alunos.” (GRINSPUN, 2011, p. 17). A autora diz que:

O precursor desse trabalho foi Frank Parsons, nos Estados Unidos, em 1908. Ele inaugurou o Centro de Orientação Juvenil e defendia a ideia de que a adaptação às ocupações depende do equilíbrio entre as características dos indivíduos e as exigências da função. A ênfase

dada à Orientação Vocacional tornou-se marcante em todos os países, fruto de movimentos em prol da Psicometria, da revolução industrial, da saúde mental e de uma pedagogia nova, centrada no aluno. (GRINSPUN, 2011, p. 21)

No início do século XX, o Orientador, até então denominado Educacional, surge no ambiente escolar, em 1912, com a preocupação da organização escolar, em Detroit, com Jessé Davis, como o responsável em aconselhar e orientar os jovens na escolha profissional, pois movimentos da época teriam incentivado esta prática no mundo inteiro. (GRISPUN, 2011)

No Brasil, a Orientação Educacional começa em 1924, no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, com a mesma função e preocupação: orientar os alunos em busca de uma profissão. (GRISPUN, 2011)

Para Grinspun (1983, p. 56):

A Orientação Educacional no Brasil teve início também no campo específico da Orientação Profissional. Os primeiros trabalhos começaram em 1924, no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, pelo Prof. Roberto Mange, engenheiro suíço, que foi contratado pelo governo brasileiro para lecionar na Escola Politécnica de São Paulo. Esses trabalhos, que contaram com a ajuda de Henri Pieron e de sua esposa, tinham como objetivo selecionar e orientar os alunos matriculados naquele Liceu.

Roberto Mange, fundador da Escola Profissional de Mecânica, anexa ao Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, usava novos métodos de ensino profissional que surgem após a I Guerra Mundial, incluindo o Serviço de Psicotécnica, serviço de seleção profissional. Em 1930, na Estrada de Ferro Sorocabana, o serviço de seleção, orientação e formação de estudantes-aprendizes é iniciado, sendo uma ação pioneira na Orientação Profissional. (GRINSPUN, 1983)

No ano de 1931 o Orientador tinha a função de fazer baterias de testes de aptidão e de desempenho na realização de tarefas, assim, a partir dessa metodologia, ele deveria selecionar e encaminhar para treinamento os alunos que quisessem entrar nos cursos universitários ou os que estavam à procura de trabalho. (NÉRICI, 2006). Conforme a autora (p. 57):

Em 1931, o Prof. Lourenço Filho cria o primeiro Serviço Público de Orientação Profissional no Brasil, em São Paulo. Este Serviço teve

prosseguimento no Instituto de Educação da Universidade de São Paulo, sob a direção da Profª Noemi Silveira Rudolfer.

Em 1933, o Código de Educação do estado de São Paulo procurou instituir cursos vocacionais com a finalidade de fazer Orientação Profissional com os que terminavam o ensino primário e ingressavam no ensino médio.

Lourenço Filho, em sua obra *Introdução ao Estudo da Escola Nova*, escrita em 1930, mostra estratégias para se propagar as novas bases educacionais, onde a biologia, a psicologia e a sociologia dão base aos princípios gerais da Escola Nova, observando-se a atividade, o interesse e a motivação, explicados pelo autor com a intenção de difundir essas novas práticas.

Foi um dos precursores do Serviço de Orientação Educacional nas escolas, inicialmente nas escolas técnicas e profissionalizantes. Nérici (2006) afirma que Lourenço Filho, quando foi diretor do Departamento de Educação do Estado de São Paulo criou o “Serviço de Orientação Profissional e Educacional”, em 1931, onde objetivava, guiar o aluno a escolher uma profissão, alcançando, assim, seu lugar social.

Em sua obra, buscava demonstrar ao professor como operacionalizar essa mudança na sala de aula, através dos conceitos do movimento da Escola Nova. Citou autores como Pestalozzi, Froebel, Montessori entre outros. Descreve exemplos práticos de escolas vistas como “Escolas Novas”.

Na apresentação da obra da 11ª edição lê-se:

Pelo fato de procurar deslocar problemas de ensino do âmbito fechado das escolas para o da análise social, ‘Introdução ao Estudo da Escola Nova’ veio a despertar, então, estudos críticos e debates acirrados, uns em apoio de suas conclusões, outros em franca oposição a elas. (LOURENÇO FILHO, 1974, p. 09)

Apesar de não ter sido criado para a atuação frente a crianças pequenas, o Orientador Educacional já existia nessa época, pois conforme Nascimento (2017, p. 09)

Foi Lourenço Filho (1897-1970), um dos precursores da educação brasileira, que, enquanto diretor do Departamento de Educação do Estado de São Paulo (1931), criou o Serviço de Orientação Profissional e Educacional, que veio a ser interrompido no ano seguinte, retomado na mesma época e extinto novamente em 1935,

por Fernando Azevedo. A Orientação Educacional na escola era utilizada para designar um serviço auxiliar dos processos educativos, de forma simplista e pouco acadêmica. Dados mostram que em 1938, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) criou uma subdivisão, a qual ficou responsável pela implantação da Orientação Educacional no Brasil.

“Os processos psicológicos dependem de processos biológicos muito complexos, é certo, ainda que por si mesmo, exijam estudo particularizado.” (LOURENO FILHO, 1974, p. 55). Dessa forma Lourenço Filho introduz a psicologia como técnica básica no capítulo III.

A educação, na escola tradicional, só acontecia após os sete anos, pois era considerada a idade da razão, mas os “novos conhecimentos” mostraram que a ação educativa deveria iniciar com o nascimento da criança. Salienta que:

Admitindo esse esquema geral, passou a psicologia a rever seus fundamentos, por efeito do estudo da infância. Foi, realmente, a partir daí que a psicologia deixou de ser um conjunto de doutrinas arbitrarias para tornar-se um ramo objetivo de estudos. (LOURENÇO FILHO, 1974, p. 59)

O autor cita Pestalozzi e Herbart lembrando que acreditavam que era “preciso psicologizar a educação”, apoiando o ensino no estudo do comportamento e da experiência do educando.

Com a ampliação da psicologia sua contribuição junto à educação, aumentou, renovando a escola. Surge a psicometria que observava os aspectos como atenção, memória, imaginação, extensão do vocabulário, dentre outros. Era feita uma combinação com os perfis psicológicos, que delimitavam a inteligência global e integral, a maturação, o teor emocional das respostas, por exemplo.

Ao se falar em aprendizagem, cabe ressaltar que o OE também é corresponsável pela aprendizagem dos alunos, pois juntamente com o coordenador pedagógico, cuida dos processos educacionais junto aos professores, observando os alunos, identificando suas dificuldades e proporcionando momentos de aprendizagem significativa, orientando os professores na sua prática.

Lourenço Filho também inova ao falar da personalidade, que também faz parte de sua obra, nas variáveis adicionais, onde descreve a personalidade; aborda como

se dá a formação e o desenvolvimento dela; relata sua dinâmica e as situações de conflito e modos de ajustamento; além de discorrer sobre o ajustamento normal e anormal, tratando sobre a neurose e a psicose. O autor salienta que:

(...) estudos objetivos sobre a personalidade têm permitido conclusões que tanto se impõem à reflexão pedagógica, quanto à formulação das bases técnicas da educação. Não se completam eles, no entanto, no domínio da psicologia ou, mais exatamente, da psicologia individual. Para o devido desenvolvimento reclamam mais completa análise dos fatos sociais e do processo da cultura. (LOURENÇO FILHO, 1974, p. 115)

Ao se falar em 1930, em uma escola ativa, Lourenço Filho nem imaginava que toda essa pesquisa iria estar tão atuante na contemporaneidade. As metodologias ativas entraram com força em nossas escolas, onde o aluno é protagonista de sua aprendizagem e cabe ao OE ter um olhar voltado ao educando, tendo como centro de suas responsabilidades formar cidadãos e fazer valer uma educação mais democrática, ajudando o aluno a ser atuante no meio social em que está inserido, desenvolvendo nele o senso crítico.

Grinspun (2011, p.109) ainda afirma que cabe ao OE:

Auxiliá-los através de uma prática pedagógica que estimule sua participação, desenvolvendo sua capacidade de criticar e fundamentar sua crítica, de optar e assumir a responsabilidade da execução e da avaliação do trabalho pedagógico. ...O orientador trabalha o aluno para o seu desenvolvimento pessoal, visando à participação dele na realidade social. (GRINSPUN, 2011, p. 109)

O OE pode ser o elo que une professor e alunos, observando as necessidades e propondo metodologias adequadas para uma aprendizagem efetiva. Nascimento (2017, p. 19) afirma que:

O orientador educacional tem um papel fundamental na vida do aluno, da família e até mesmo dos professores. É ele o responsável pela mediação entre todos os envolvidos no processo educacional. É um papel desafiador, que foi ganhando, com o passar dos anos, suma importância no âmbito escolar.

É o OE e o coordenador pedagógico, que juntos, precisam ajudar o professor a desenvolver projetos que sejam próximos à realidade dos alunos, dando-lhes a oportunidade de aprendizagem significativa, portanto:

O Orientador Educacional necessita acompanhar o processo de Ensino e aprendizagem na escola; assessorar/orientar os professores; criar debates e discussões acerca de metodologias adotadas ou avaliações realizadas, durante as reuniões pedagógicas; fortalecer os vínculos afetivos entre professores e alunos; concentrar forças, realizar reflexões e buscar soluções para superar as dificuldades encontradas. (PIANEZZER, 2013, p.88).

Estes princípios precisam ser respeitados ainda hoje, pois respeito à personalidade e liberdade, ao processo educativo e às características de cada indivíduo, observando-se o meio social em que está inserido devem ser princípios norteadores das escolas na atualidade, onde o OE precisa atuar com o compromisso de atender a essas necessidades.

A Orientação Educacional pode ser definida como sendo um processo sistemático e complexo de assistência profissional que inclui métodos e técnicas com aportes pedagógicos e psicopedagógicos, capazes de levar o educando a compreender suas características individuais e do seu contexto em direção ao seu desenvolvimento pessoal e social. (NASCIMENTO, 2017, p. 12-13)

Os OEs são essenciais para que no ambiente escolar o educando possa ter uma educação integral, como cita Lourenço Filho nesse último capítulo de sua obra, uma educação voltada para uma vida social e política plena, com aprendizagem efetiva e significativa.

Foram realizadas algumas tentativas de se implantar o serviço de Orientação Educacional no Brasil, mas, em 1934, Aracy Muniz Freire, inicia a tentativa de implantar esse serviço, tendo êxito em 1939, na Escola Amaro Cavalcanti, no Rio de Janeiro. (GRINSPUN, 1983)

Grinspun (1983, p. 58) afirmou que:

Em 1937, no antigo Instituto Profissional Masculino foi criado um Gabinete de Psicotécnica, destinado a orientar os alunos no primeiro ano, na escolha dos seus cursos profissionais secundários. Vários alunos foram, sistematicamente, examinados e orientados por um encaminhamento com caráter psicométrico. A direção deste Gabinete foi inicialmente de Roberto Mange, em 1937, tendo prosseguimento, com a direção do Prof. Oswaldo de Barros Santos, até 1942.

Por um longo tempo, as escolas brasileiras tinham um sistema empírico de orientação, sendo formadas por iniciativas isoladas, em poucas escolas e instituições

de educação profissionalizante. Grinspun (1983, p. 58) diz que: “Em 1938, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) criou uma subdivisão, em âmbito nacional, para implantar a Orientação Educacional. ”

Oficialmente, o nome Orientação Educacional aparece no Brasil através do Decreto-lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Industrial), tornando-se o marco da Orientação Educacional. A Orientação Educacional no ensino secundário surge no mesmo ano, com o Decreto-lei 4.244, de 9 de abril de 1942, e em seguida criam-se as mesmas leis para o ensino comercial, através do Decreto-lei 9.693, de 20 de agosto de 1946.

O decreto-lei Federal n. 4.244 de 9/4/1942 dizia que:

CAPÍTULO VI

DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Art. 80. Far-se-á, nos estabelecimentos de ensino secundário, a orientação educacional.

Art. 81. E' função da orientação educacional, mediante as necessárias observações, cooperar no sentido de que cada aluno se encaminhe convenientemente nos estudos e na escolha da sua profissão, ministrando-lhe esclarecimentos e conselhos, sempre em entendimento com a sua família.

Art. 82. Cabe ainda à orientação educacional cooperar com os professores no sentido da boa execução, por parte dos alunos, dos trabalhos escolares, buscar imprimir segurança e atividade aos trabalhos complementares e velar por que o estudo, a recreação e o descanso dos alunos decorram em condições da maior conveniência pedagógica.

Art. 83. São aplicáveis aos orientadores educacionais os preceitos do artigo 79 desta lei, relativos aos professores.

Conforme Pimenta (2002), o cargo de orientador educacional teve sua origem, orientando jovens profissionalmente nos EUA. No Brasil chega por volta da década de 1940, ajudando ao adolescente em suas escolhas profissionais.

Cabe ressaltar que a primeira vez que se fala no cargo de orientador nas escolas estaduais paulistas aconteceu através do Decreto n. 17.698, de 1947. (PIMENTA, 2002)

Conforme o Decreto n. 17.698, de 1947, na secção IV:

Da orientação educacional nos ginásios e colégios

Art. 432 - A orientação educacional a ser feita nos ginásios e colégios, de conformidade com o que prescrevem os artigos 80 a 83 do decreto-lei federal n.º 4.244, de 9-4-1942, (90) incumbirá a ocupantes de cargos da carreira de técnicos de educação (91).

A Prefeitura de Santos sempre respeitou a atuação do OE em suas escolas, pois documentos comprovam que os primeiros OEs já existiam nas escolas santistas em 1942, ano da Lei Orgânica do ensino industrial, que instituiu o trabalho do OE nas escolas técnicas e industriais, onde deveria trabalhar com a descoberta das qualidades morais do aluno, descobrindo suas aptidões naturais para que pudesse escolher uma profissão. Mas antes de discorrer sobre o OE do município de Santos é importante conhecer como os orientadores entraram no país.

O Decreto-Lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Industrial) determinava que:

CAPÍTULO XIII

DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Art. 50. Instituir-se-á, em cada escola industrial ou escola técnica, a orientação educacional, que busque, mediante a aplicação de processos pedagógicos adequados, e em face da personalidade de cada aluno, e de seus problemas, não só a necessária correção e encaminhamento, mas ainda a elevação das qualidades morais.

Art. 51. Incumbe também à orientação educacional, nas escolas industriais e escolas técnicas, promover, com o auxílio da direção escolar, a organização e o desenvolvimento, entre os alunos, de instituições escolares, tais como as cooperativas, as revistas e jornais, os clubes ou grêmios, criando, na vida dessas instituições, num regime de autonomia, as condições favoráveis à educação social dos escolares.

Art. 52. Cabe ainda à orientação educacional velar no sentido de que o estudo e o descanso dos alunos decorram em termos da maior conveniência pedagógica.

No Brasil, o Orientador era denominado, inicialmente de vocacional, sendo o ponto de partida da Orientação Educacional, surgindo no mesmo momento que o movimento pela educação do povo. Conforme Grinspun (2011, p. 23):

De um lado, tínhamos o “interesse do governo” em promover a escolarização de seu povo; do outro, intelectuais, no poder, assumindo as reformas educacionais em seus Estados. Começou a configurar-se um ambiente propício à Orientação: ela poderia tanto contribuir para a melhoria da educação de seu povo, quanto ter um lugar certo nas

reformas que começavam a surgir no país, uma vez que os modelos importados tinham grande receptividade entre nós.

Já em 1942 o Serviço de Orientação é reintegrado à escola e passa a ter a função de corrigir e encaminhar os alunos considerados problema, dessa forma, esse serviço passou a ter um papel de adaptador à sociedade, preparando o jovem aluno para a inclusão no mercado de trabalho. (NÉRICI, 2006)

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai, inicia um sistema de Orientação Profissional e Educacional no ano de 1945, com cursos vocacionais, procurando obedecer às leis em vigor. (GRINSPUN, 1983)

Logo em seguida, em 1946, o Ministério da Educação aprovou algumas instruções ligadas à Orientação Educacional no Colégio Pedro II, com um documento de 15 itens que incluíam: assistência ao aluno, à vida disciplinar no colégio, objetivos para "acentuar e elevar, na formação espiritual, o amor e a veneração pelos grandes feitos da história pátria, bem como pelos ideais e interesses da nação brasileira." (BRASIL, 1946 apud GRINSPUN, 1983, p.24)

Mesmo com falta de recursos humanos, outras escolas tentaram implantar o serviço de orientação Educacional e em 1947, no Rio de Janeiro, criou-se o Instituto de Seleção e de Orientação Profissional – Isop, administrado pela Fundação Getúlio Vargas, dirigido pelo psicólogo Emílio Mira y López, sendo importante auxílio nos serviços de orientação, proporcionando aos interessados cursos e padronizações de testes. (GRINSPUN, 1983)

GRINSPUN (1983, p. 60) expõe que:

O primeiro Manual de Trabalho dos Orientadores Educacionais foi publicado, em 1952, procurando conceituar as várias modalidades de Orientação, as funções do orientador e o regime técnico-administrativo dos cargos de orientador educacional.

A Orientação Educacional, como era tratada nos manuais, inspirava-se, em parte, na *Educational Guidance* (concepção norte-americana) e, em parte, no *Psychologie Scolaire*, concepção francesa. Não havia uma elaboração de conceitos concretos de uma Orientação Educacional mais adequada à realidade brasileira.

O Ministério da Educação e Cultura - MEC inicia em 1957 uma divulgação ampla do serviço de Orientação Educacional no ensino secundário, podendo ser atribuído a

esse evento o despertar da Orientação Educacional no país, mas o MEC identificou um grave problema, não haviam profissionais habilitados e capacitados para irem aos colégios desenvolver este trabalho com os alunos secundários, nem mesmo estrutura física e um clima favorável nas escolas, assim, o Brasil retrocede nessa prática dentro do sistema educacional. (GRINSPUN, 1983)

Nos anos de 1957, 1958 e 1960 foram anos de estímulo aos profissionais da educação para buscarem formação superior, com o advento de três simpósios nacionais que tratavam a Orientação Educacional de forma abrangente. Nesses simpósios a Orientação, era vista como um serviço de acompanhamento e aconselhamento voltado aos alunos tirando-lhes do caminho os obstáculos que prejudicassem seu trabalho educacional, advindos de diversas origens. A Orientação Educacional se tornaria o meio pelo qual a escola se seria mais flexível e sensível às diferenças individuais. (GRINSPUN, 1983)

Cabe aqui uma observação, pois ainda hoje os OE devem ser o responsável pela flexibilização da aprendizagem frente aos alunos com dificuldades de aprendizagem, deficiências físicas, intelectuais e emocionais, o que o torna um estranho dentro da escola, pois muitos professores ainda não possuem essa visão e acreditam que esse olhar é protetor e não realista, rotulando o OE como aquele que “passa a mão na cabeça dos alunos problemáticos.

Em 1958, o diretor do Ensino Secundário do MEC, expõe alguns motivos pelos quais a Orientação Educacional era essencial às escolas ao Ministro da Educação e Cultura, definindo-a como um serviço que integra a escola e tudo o que a envolve, sendo promotor com embasamento científico, das potencialidades o aluno, utilizando-se de técnicas adequadas escolhidas pelo OE. (GRINSPUN, 1983)

Promulga-se então a Portaria n 105, de 12 de março de 1958, do Ministério da Educação e Cultura - MEC, regulamentando o exercício da função de orientador educacional no ensino secundário e exigindo o seu registro na Divisão do Ensino Secundário. (GRINSPUN, 1983)

Em 1959 cria-se o Decreto 47.038 de 16 de outubro, que aprova o Regulamento do Ensino Industrial, e este, dedica um capítulo (Capítulo IV) à Orientação Educacional e Profissional. No artigo 80 expõe que o programa de Orientação Educacional e Profissional deve interessar a toda comunidade escolar, estabelecendo

atribuições muito extensas ao orientador, dificultando a delimitação e definição de suas atividades. (GRINSPUN, 1983)

Esse regulamento atrapalha o serviço de Orientação Educacional, pois o torna pouco preciso, onde a ideia central fica limitada ao auxílio para os problemas escolares, sendo o serviço de orientação escolar responsável pelo rendimento escolar dos alunos; pela orientação de um estudo dirigido; o diretor espiritual e guia na resolução dos problemas emocionais. (GRINSPUN, 1983)

Através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4024 de 1961 o Orientador pedagógico passa a fazer parte da ação educativa no ensino médio. A LDBEN 4024 cita a criação da orientação pedagógica e vocacional, em um trabalho de cooperação com a família, não se limitando a anunciar o papel do orientador, mas também tratando da sua formação, para que este profissional fosse preparado adequadamente e se tornasse capaz de cumprir o papel que era esperado, entendendo que ele era uma peça chave, um elemento fundamental e de grande importância dentro da escola, para que os fins propostos pela Lei fossem atingidos. (GRINSPUN, 1983)

Na primeira LDB o orientador já é visto como integrante do ensino médio, onde é estabelecida a sua formação e quem pode exercer a função. Com o passar do tempo, o orientador vai aumentando suas funções dentro das escolas e conforme Maia e Garcia (1990, p. 18):

Os orientadores educacionais, formados na década de 60, pretendiam atuar nas áreas de orientação escolar, psicológica, familiar, profissional, recreativa, saúde, contribuindo para a formação integral do aluno.

A Portaria 137, de 6 de junho de 1962, busca resolver a falta de pessoal habilitado para a função de OE, assim, cria a prova de suficiência. O Parecer 374, do mesmo ano criado pelo Conselho Federal de Educação, fixa o currículo mínimo do Curso de Orientação Educacional e em 1964, cria-se no Instituto de Educação do Rio de Janeiro o primeiro curso de orientadores educacionais para o ensino primário, com a primeira turma formada em 1966. Em 1965 a Portaria 159, de 14 de junho, fixava que o curso de Orientação Educacional teria a duração média anual de 810 horas. (GRINSPUN, 1983)

A Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968 remodela o ensino superior e determina que o especialista em Orientação deve ingressar em um curso superior em seu artigo 30. (GRINSPUN, 1983)

Com o advento da Lei nº 5564 de 1968 o orientador é confirmado como profissional que precisa ser formado por uma graduação, criando-se a função da orientação, com a definição do currículo do curso de formação, dessa maneira, a orientação pedagógica, que anteriormente estava limitada à seleção e orientação profissional, aumenta sua colaboração no desenvolvimento integral da educação. Na referida lei a orientação educacional se estabelece da seguinte forma:

Art. 1º A orientação educacional se destina a assistir ao educando, individualmente ou em grupo, no âmbito das escolas e sistemas escolares de nível médio e primário visando ao desenvolvimento integral e harmonioso de sua personalidade, ordenando e integrando os elementos que exercem influência em sua formação e preparando-o para o exercício das opções básicas.

Art. 2º A orientação educacional será atribuição exclusiva dos profissionais de que trata a presente Lei.

Art. 3º A formação de orientador educacional obedecerá ao disposto nos arts. 62, 63 e 64 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 e aos outros diplomas legais vigentes.

Art. 4º Os diplomas de orientador educacional serão registrados em órgão próprio do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 5º Constituem atribuições do orientador educacional além do aconselhamento dos alunos e outras que lhe são peculiares, lecionar as disciplinas das áreas da orientação educacional.

Art. 6º As disposições desta Lei serão regulamentadas pelo Poder Executivo, inclusive para definição do código de ética dos orientadores educacionais.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Em 1969 cria-se o Parecer 632, que discute o conteúdo específico da faculdade de educação e determina que o objetivo do orientador educacional é o de promover um melhor relacionamento dos jovens com a família, a escola e a comunidade e no Parecer 734, de 8 de outubro do mesmo ano, do Conselho Federal de Educação, responde à solicitação do presidente da Federação Nacional de Orientadores Educacionais (Fenoe), de que a formação de orientadores deveria ser feita, obrigatoriamente, em nível de pós-graduação. Este parecer, procurou esclarecer alguns aspectos do Parecer 252, de 1969, e exige três anos do exercício de

magistério, para esse ingresso no Curso de Orientação Educacional e a formação do orientador em nível de graduação e de pós-graduação. (GRINSPUN, 1983)

Na Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que foi revogada pela Lei 5692/1971, em seus artigos 62, 63 e 64 lê-se como deveria ser a formação do Orientador Educacional:

Art. 62. A formação do orientador de educação será feita em cursos especiais que atendam às condições do grau do tipo de ensino e do meio social a que se destinam.

Art. 63. Nas faculdades de filosofia será criado, para a formação de orientadores de educação do ensino médio, curso especial a que terão acesso os licenciados em pedagogia, filosofia, psicologia ou ciências sociais, bem como os diplomados em Educação Física pelas Escolas Superiores de Educação Física e os inspetores federais de ensino, todos com estágio mínimo de três anos no magistério.

Art. 64. Os orientadores de educação do ensino primário serão formados nos institutos de educação em curso especial a que terão acesso os diplomados em escolas normais de grau colegial e em institutos de educação, com estágio mínimo de três anos no magistério primário. (BRASIL, 1961)

No artigo 62 cita que a formação do orientador deveria ser realizada em cursos especiais, nas faculdades de filosofia (Artigo 63), mas só poderiam ter acesso a esse curso os licenciados em pedagogia, filosofia, psicologia, ciências sociais e educação física, desde que tenham ministrado aulas por três anos no mínimo.

Havia uma diferenciação entre os orientadores do ensino médio e do ensino primário, inclusive na exigência de formação para o cargo.

Grinspun (2011) afirma que foi através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 que o Orientador Educacional ganhou status de Orientador Educativo e Vocacional, passando a usar todos os elementos existentes na escola para desenvolver um trabalho que buscava encontrar aptidões individuais.

A década de 1970 é marcada pela falta de compromisso da escola e de sua equipe pedagógica, assim Grinspun (2003, p. 20) diz que:

Esse período tenta-se resgatar a importância da escolaridade para as estratégias de vida das camadas populares, chamando a atenção para a estrutura interna da escola como um dado significativo para o desempenho dos alunos. A Orientação estava dentro da escola e não se deu conta do seu papel.

Como os OEs não marcaram presença no ambiente escolar, por não demonstrarem sua importância frente aos alunos, a Orientação Educacional começa a ser questionada a partir de 1980, inicia-se uma discussão sobre os pressupostos teóricos e o OE se torna ativo nos movimentos da escola, pois participam das discussões sobre o currículo, os objetivos, os procedimentos, os critérios de avaliação e as metodologias de ensino. Os alunos tornam-se foco de sua atenção e a adequação dos processos de aprendizagem. (NÉRICI, 2006)

O orientador pedagógico não é mais o responsável pela função de cuidar e atender os alunos indisciplinados ou chamados “alunos-problema”, ou mesmo, o de psicólogo/pedagogo e facilitador de aprendizagem, passando a ter uma reconhecida autoridade técnica, um verdadeiro compromisso político com a escola e dentro dela com toda a equipe de Gestão. (NÉRICI, 2006)

A produção de material acadêmico na área da Orientação aumenta a cada dia, buscando uma postura mais crítica e questionadora e eles passam a adotar uma função política mais comprometida com as causas sociais. (GRINSPUN, 2011)

Segundo Lück (2009), o Orientador Educacional era visto como um profissional acessível apenas às classes sociais mais altas, suas funções eram vistas de forma simplista e limitada. Ele tinha pouco preparo técnico e sua ação era limitada a aconselhamentos. Visto como um “protetor” dos alunos que eram punidos pelos professores, este fato deixava o OE cair em descrédito. A Orientação Educacional havia ampliado suas funções, indo além da orientação vocacional, mas não conseguiu estabelecer um critério de atuação, passando a ser um “quebra-galho” da Direção escolar. (LÜCK, 2009)

Grinspun (2008) diz que existem várias correntes sobre a história da Orientação Educacional no Brasil e classificou como foi a atuação desse profissional na linha do tempo:

- Período Implementador: compreende o período de 1920 a 1941 – fase de sedimentação da Orientação Educacional no Brasil. Técnicas psicométricas,
- Período Institucional: de 1942 a 1960 – caracterizado pela exigência legal da Orientação Educacional nos estabelecimentos de ensino e nos cursos de formação de Orientadores Educacionais.

- Período Transformador: de 1961 a 1970 – a Lei nº 4.024/61 determinou as Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em que a Orientação Educacional é caracterizada como ação educativa, ressaltando a formação do/a orientador/a, transformando o OE com características brasileiras.
- Período Disciplinador: 1971 a 1980 – a Orientação Educacional tornou-se obrigatória nas escolas, incluindo o aconselhamento educacional. A Orientação cuida das relações interpessoais. Centrada no professor
- Período Questionador: de 1980 a 1990 – o Orientador Educacional discutia suas práticas, seus valores, a questão do aluno trabalhador/a, enfim, a sua realidade no meio social; a prática da orientação buscou seu espaço deixando de ter uma ação neutra.
- Período Orientador: a partir de 1990 – extinção da Federação Nacional dos Orientadores, e cria-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores da educação, para uma maior unificação dos profissionais da educação. Esse período foi assim denominado pelo fato dos/as Orientadores Educacionais acreditarem na possibilidade dos serviços de Orientação Educacional atuarem na formação do educando crítico e participativo.

Surge uma nova visão de orientação educacional, que Grinspun (2006, p. 13) explica assim:

A orientação, hoje, está mobilizada com outros fatores que não apenas e unicamente cuidar e ajudar os 'alunos com problemas'. Há, portanto, necessidade de nos inserirmos em uma nova abordagem de Orientação, voltada para a 'construção' de um cidadão que esteja mais comprometido com seu tempo e sua gente. Desloca-se, significativamente, o 'onde chegar', neste momento da Orientação Educacional, em termos do trabalho com os alunos. Pretende-se trabalhar com o aluno no desenvolvimento do seu processo de cidadania, trabalhando a subjetividade e a intersubjetividade, obtido através do diálogo nas relações estabelecidas.

Nos dias atuais a orientação tem um papel mediador, trabalhando perto dos outros educadores da escola, procurando estabelecer o resgate de uma educação de qualidade nas escolas, pois ela enfatiza o indivíduo, buscando inseri-lo no grupo, sem desprezar que este grupo é composto por pessoas que possuem pensamentos e

contextos sociais diversos, que buscam uma forma própria de pensar sobre as questões que estão à sua volta, para que possa chegar a objetivos bem-sucedidos. (GRINSPUN, 2011). Para a autora:

Essas novas mudanças começam a surgir no início da década de 1990, quando muitos acontecimentos permitem tal processo, passando a educação e a orientação a andarem juntas, sendo os orientadores (...) os coadjuvantes na prática docente. (GRINSPUN, 2011, p. 27)

E continua afirmando que:

Hoje o Orientador Educacional, não atua mais por ser uma profissão que deva existir pela “obrigação”, pois na Lei 9394/96 não há a obrigatoriedade da Orientação, mas por efetiva consciência profissional, o orientador tem espaço próprio junto aos demais protagonistas da escola para um trabalho pedagógico integrado, compreendendo criticamente as relações que se estabelecem no processo educacional. (GRINSPUN, 2011, p.28)

A Orientação tem a responsabilidade de identificar as dificuldades dos alunos, para procurar uma melhor forma de resolvê-las. Na sua sala, sua atuação é a de procurar entender os problemas psicológicos e emocionais como: o relacionamento entre pais e alunos que pode ser tratado na sua presença.

Apesar de essas atribuições estarem ligadas ao Orientador, nem sempre elas são iguais em todas as escolas, diferindo ou acrescentando-se novos trabalhos a serem desenvolvidos.

Grinspun (2011) acredita que a interdisciplinaridade é importante dentro da instituição escolar, para que o trabalho seja feito em conjunto, ligado um ao outro, onde todos os envolvidos poderiam obter os melhores processos e resultados. Assim, a Orientação precisa estar de acordo com esse novo tempo, pois a educação trata com o real e tudo o que o envolve. Continua afirmando que:

O principal papel da Orientação será ajudar o aluno na formação de uma cidadania crítica, e a escola, na organização e realização de seu projeto pedagógico. Isso significa ajudar nosso aluno ‘por inteiro’: com utopias, desejos e paixões. (...)a Orientação trabalha na escola em favor da cidadania, não criando um serviço de orientação para atender aos excluídos (...), mas para entendê-lo, através das relações que ocorrem (...) na instituição Escola. (GRINSPUN, 2011, p. 29)

Até mesmo no Planejamento escolar pode existir uma definição e as atribuições para o Orientador dentro das escolas, mas o que realmente é importante saber é que o Orientador tem o foco do seu trabalho relacionado aos alunos, aos familiares e aos professores.

CAPÍTULO 3 – O ORIENTADOR EDUCACIONAL EM SANTOS/SP

Santos é uma cidade localizada no litoral paulista e a 72 quilômetros da capital, São Paulo. A cidade se localiza no 6º lugar no ranking de qualidade de vida dos municípios brasileiros, conforme Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) aferido pela Organização das Nações Unidas (ONU) com base nos níveis de expectativa de vida, educação e PIB per capita, tendo como base o Censo de 2010. (CENSO, 2010)

Possui muitas atividades ligadas ao Porto, que é o maior da América Latina, com 13 quilômetros de extensão e por onde passa mais de um quarto de todas as

cargas que entram e saem do país. Ele é o responsável pela principal fonte de recursos do município, fazendo de Santos a cidade da Região Metropolitana da Baixada Santista mais importante economicamente e uma das mais ricas do país. (PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE SANTOS, 2019)

Os setores do Turismo, de Serviços e da Pesca em geral também impulsionam a lista de maiores atividades da economia santista, mas a exploração de grande e extensa camada do pré-sal de petróleo e gás na Bacia de Santos, que foi descoberta anunciada em 2006 pela Petrobras. (PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE SANTOS, 2019)

A Petrobras afirma que a produção de petróleo e gás natural na Bacia de Santos é uma realidade e que apenas no último mês de janeiro de 2019 registrando uma produção média diária de 1.303.205 bbl/d¹¹ de petróleo, o que representa atualmente cerca de 50% do total produzido no país. Além disso, as unidades que operam na Bacia de Santos hoje entregam ao mercado 63.338 Mm³/d¹² de gás natural. (ANP, 2019)

Outra fonte de economia forte em Santos é o lazer. Santos tem como principal atrativo os sete quilômetros de praia, acompanhados pelo maior jardim de orla do mundo - título concedido pelo Guinness Book, o livro dos records. (PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE SANTOS, 2019)

Além dos jardins e da praia, Santos tem como principais pontos turísticos e cartões-postais da cidade, o Centro Histórico. Estando localizado na região vizinha ao complexo portuário, o Centro é conservado parcialmente com calçamento de pedra, mas degradado pela pobreza dos moradores de rua que escolhem essas ruas como moradia. O passado da cidade foi marcado pela comercialização do café, que já figurou como principal produto de exportação do Brasil. (PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE SANTOS, 2019)

A cidade tem se destacado também no turismo de negócios e no ecoturismo, já que quase a totalidade de sua porção continental se mantém preservada, o que a

¹¹ bbl/d: barris (1m³ ≈ 6,28981 bbl) Barris por dia

¹² Mm³/d: Milhões de Metros cúbicos por dia

confere importância à preservação do Meio Ambiente como premissa da cidade. (PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE SANTOS, 2019)

Na educação, segundo os documentos fornecidos pela prefeitura, Santos se destaca como uma Cidade Educadora¹³, por ter como preocupação essencial a formação integral do sujeito.

Numa pesquisa inicial na Prefeitura de Santos/SP, localizamos um Regimento Escolar das Unidades Municipais de Educação, do ano de 2017 que determina a função do Orientador Educacional, conforme o artigo 17:

Art. 17 São atribuições específicas do Orientador Educacional:

I – analisar as causas do baixo rendimento dos alunos, considerando os fatores ambientais, familiares e pedagógicos, propondo encaminhamentos;

II – detectar e acompanhar os casos de alunos que necessitem de intervenção, encaminhando-os aos serviços competentes;

III – detectar continuamente a frequência irregular e as faltas consecutivas dos alunos;

IV - promover o processo de reintegração dos alunos infrequentes à Unidade Municipal de Educação, registrando-o nos sistemas de informatização e em ficha própria, encaminhando-a conforme legislação específica

V – convocar e cientificar os responsáveis pelos alunos, sempre que necessário, visando ao acompanhamento do processo educativo;

VI – manter atualizada e arquivada a documentação dos alunos atendidos pelo serviço de orientação educacional;

VII – promover e incentivar o desenvolvimento de atividades, visando à integração escola-família-comunidade;

VIII – participar da rede de atendimento complementar do município, com o intuito de encaminhar e acompanhar o atendimento aos alunos e divulgar os serviços disponíveis à comunidade;

IX – inserir os alunos oriundos de famílias de baixa renda em programas assistenciais ou instituições auxiliares;

X – participar, junto à direção, de reuniões com funcionários, visando a um melhor desempenho nas relações de trabalho;

XI - articular a integração família – escola;

XII - promover e incentivar ações de inclusão para alunos com deficiência;

¹³ Uma Cidade Educadora é aquela que, para além de suas funções tradicionais, reconhece, promove e exerce um papel educador na vida dos sujeitos, assumindo como desafio permanente a formação integral de seus habitantes. Na Cidade Educadora, as diferentes políticas, espaços, tempos e atores são compreendidos como agentes pedagógicos, capazes de apoiar o desenvolvimento de todo potencial humano. (CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS, Declaração de Barcelona, 1990, III Congresso Internacional, em Bolonha (Itália), 1994)

XIII - fomentar atividades que promovam a convivência saudável de alunos e educadores;

XIV - participar de encontros de formação promovidos pela Secretaria de Educação;

XV - atender às convocações e solicitações da Secretaria de Educação;

XVI – organizar a formação de grupos para o atendimento educacional especializado, em conjunto com o professor de educação especial, acompanhando a frequência e sensibilizando os responsáveis sobre a importância da participação do aluno nesse serviço;

XVII – organizar e manter atualizado o histórico de ocorrências nos sistemas de informatização;

XVIII - zelar pela manutenção de um espaço escolar ético e propício ao exercício da cidadania, pautado no diálogo, na escuta, na participação e na responsabilização;

XIX – executar tarefas delegadas pelo Diretor de Unidade de Ensino, no âmbito de sua atuação. (SANTOS, 2017)

Essas atribuições tornam-se tarefas de muita complexidade diante da carga de trabalho que as OEs precisam desenvolver durante o seu dia. Nesse Regimento também se pode notar a multitarefação a que o OE precisa desenvolver, pois ele cuidará dos alunos com alguma dificuldade de aprendizagem e os de inclusão, encaminhando-os aos demais setores de saúde para avaliação e acompanhamento, além de manter contato com suas famílias orientando-as de como proceder e quais órgãos procurar para o diagnóstico e acompanhamento.

Outra questão abordada nesse documento é a reintegração de alunos faltosos à escola, o que nos remete à fase histórica do OE quando ele tinha um caráter vocacional e disciplinador, além disso cuida do histórico de ocorrências disciplinares. (GRINSPUN, 1983)

O trabalho diário do Orientador Educacional deve ser voltado às oportunidades de se exercer a responsabilidade social, o compromisso com as pessoas e a sensibilidade com quem mais precisa. Sejam elas os educadores, os estudantes ou os pais. Precisam pensar nesses procedimentos que envolvem a sua rotina como sendo oportunidades de uma ação cidadã. Mas como desenvolver essas questões se as demandas burocráticas são superiores a elas?

Segundo Giacaglia e Penteado (2000, p. 04), o decreto nº 72.846 de 26.09.1973 que regulamenta a lei nº 5564 de 21.12.1968, traz em seus artigos 8º e

9º a definição mais específica, na abrangência nacional, dos encargos do Orientador Educacional, sendo eles:

Artigo 8º. – São atribuições privativas do Orientador Educacional:

a) Planejar e coordenar a implementação e funcionamento do Serviço de Orientação Educacional em nível de:

1 – Escola

2- Comunidade.

b) Planejar e coordenar a implantação e funcionamento do Serviço de Orientação Educacional dos órgãos do Serviço Público Federal, Estadual, Municipal e Autárquico; das sociedades de Economia Mista, Empresas Estatais, Paraestatais e Privadas.

c) Coordenar a orientação vocacional do educando, incorporando-a no processo educativo global.

d) Coordenar o processo de sondagem de interesses, aptidões e habilidades do educando.

e) Coordenar o processo de informação educacional e profissional com vistas à orientação vocacional.

f) Sistematizar o processo de acompanhamento dos alunos, encaminhando a outros especialistas aqueles que exigirem assistência especial.

g) Coordenar o acompanhamento pós-escolar.

h) Ministras disciplinas de Teoria e Prática da Orientação Educacional, satisfeitas as exigências da legislação específica do ensino.

i) Supervisionar estágios na área da Orientação Educacional.

j) Emitir pareceres sobre matérias concernentes à Orientação Educacional.

Artigo 9º-Compete, ainda, ao Orientador Educacional as seguintes atribuições:

a) Participar no processo de identificação das características básicas da comunidade;

b) Participar no processo de caracterização da clientela escola;

c) Participar no processo de elaboração do currículo pleno da escola;

d) Participar na composição, caracterização e acompanhamento de turmas e grupos;

e) Participar do processo de avaliação e recuperação dos alunos;

f) Participar no processo de encaminhamento dos alunos estagiários;

g) Participar no processo de integração escola – família - comunidade;

h) Realizar estudos e pesquisas na área da Orientação Educacional.

Cabe aqui uma breve comparação das especificações feitas em 1973 para o cargo de OE e o que a Prefeitura de Santos determina para os mesmos, pois são determinações muito parecidas, com um enfoque maior para a Orientação Vocacional.

A aprendizagem depende de uma série de fatores e o OE precisa dar conta delas, direcionando o trabalho a ser realizado na sala de atendimento educacional especializado, orientando os professores e a família. No que diz respeito à família, é necessário que esta tenha uma estrutura favorável em casa, assim como na escola, sendo necessário haver professores preparados, infraestrutura, método de ensino e material didático adequados. No que tange ao estudante, este deve, também, estar apto a participar de seu processo de aprendizagem: ter condições físicas e psicológicas para aprender, ter participação adequada em aula, ser organizado quanto à distribuição de tempo para as tarefas escolares, estar adaptado à escola, cumprir com os compromissos escolares, ter assiduidade. O OE irá atuar neste processo, orientando o estudante que, sozinho, ainda não consegue se adequar a alguns desses requisitos. As OEs das escolas municipais de Santos fazem um trabalho específico, individualmente ou em grupo de:

- Ensinar o estudante a distribuir o seu tempo para o estudo;
- Orientar quanto a formas de estudo que se adequem ao estilo de cada estudante, lembrando que não existem regras ou fórmulas para tal;
- Identificar, junto ao estudante, o tipo de erro que ele apresenta, para que possa levantar possibilidades e fazer os encaminhamentos adequados;
- Orientar quanto ao local de estudo; e
- Orientar quanto à organização da agenda escolar e organização do material escolar.

A escolha da profissão é um momento importante na vida do indivíduo e requer responsabilidade e maturidade. Escolher uma carreira em meio a tantas possibilidades é tarefa difícil. O mercado de trabalho apresenta muitas e cada vez mais possibilidades e o estudante, além de ficar em dúvida quanto à gama de opções, confunde-se também diante da interferência da família, dos amigos e da mídia. Essa era a função primeira dos OEs, mas ainda hoje, não deixaram de fazer isso.

A escolha profissional não pode, no entanto, se restringir ao conhecimento de todas as opções. Antes disso, o jovem deve se conhecer e identificar o que mais se adequa ao seu perfil. Fazer esta e outras escolhas deve ser processual. A escola (especialmente o orientador educacional) pode e deve auxiliar o estudante desde cedo a conhecer as profissões, identificar os seus interesses e aptidões para que, ao chegar ao final do ensino médio, esteja mais preparado para escolher a profissão certa (BOCK, 1995).

No município de Santos, as escolas administradas pela prefeitura não têm ensino médio, foco da orientação vocacional, mas a escola da OE1 tem até o nono ano e ela inicia um trabalho de Orientação Vocacional com esses alunos, promovendo meios para que escolham um curso técnico nas escolas federais da cidade.

Nosso trabalho envolve muitas coisas. Aqui na escola faço um trabalho com os alunos dos nonos anos, pois é importante que pensem numa profissão, façam um curso técnico, pois são as escolas de maior qualidade. (OE1)

O trabalho junto ao diretor, coordenador e assistente de direção também são atribuições do OE. Esses vínculos precisam ser estreitos, pois essa colaboração mútua é essencial para os programas de melhoria na escola.

O município de Santos tem 81 OEs, um por escola e todos eles estão cadastrados como professores, pois antes de serem OEs foram professores e prestam um concurso interno para assumirem o cargo. A formação exigida é ensino superior em pedagogia ou, se possuir outra licenciatura, deve ter a complementação pedagógica. A jornada de trabalho é de oito horas diárias.

Muito se pode discutir quanto ao cadastro desses orientadores educacionais na função de professores, pois sabe-se que ao se cadastrar um servidor público com uma função comissionada, simultaneamente se efetiva a pessoa no cargo, dessa forma, nomeia-se professores que estejam com mais de 5 anos na função docente para as possíveis vagas ligadas à gestão das escolas municipais, mas o servidor ainda é um professor, com um salário diferenciado, e na necessidade de terminar ou diminuir os cargos de gestão, ele retorna à sala de aula, sem nenhum comprometimento legal da prefeitura.

A Prefeitura de Santos sempre cumpriu com o que dispunha a lei, pois existem depoimentos de pessoas que trabalharam nas escolas da Prefeitura de Santos que permitem supor que o OE existia desde a década de 1940, pois o diretor exercia o papel de orientador vocacional.

Em 1967, promulga-se a lei municipal 3468 de 23 de outubro de 1967, estipulando 40 horas semanais de trabalho aos profissionais que eram responsáveis pela direção, chefia ou assessoramento, ou seja, jornada integral e exclusiva, como é exercido o cargo de OE hoje.

LEI MUNICIPAL Nº 3468, DE 23 DE OUTUBRO DE 1967

Estabelece regime de tempo integral e dedicação exclusiva para os ocupantes de cargo ou função de direção, chefia ou assessoramento, na Prefeitura Municipal de Santos, e dá outras providências.

Silvio Fernandes Lopes, **Prefeito Municipal de Santos**, faço saber que a Câmara Municipal decretou, em sessão realizada a 19 de outubro de 1967 e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei nº 3468:

Art. 1º Aos servidores da Prefeitura Municipal de Santos, ocupantes de cargo ou função que envolva a responsabilidade de direção, chefia ou assessoramento, excluídos os que exerçam, atividades de natureza técnica, fica instituído um regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

§ 1º O regime de tempo integral e dedicação exclusiva será aplicado por iniciativa e no interesse da administração.

§ 2º O regime de tempo integral e dedicação exclusiva, acima estipulado, obriga o servidor nele enquadrado ao mínimo de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho efetivo, sem prejuízo de ficar o funcionário à disposição do órgão em que estiver sendo exercido, sempre que as necessidades de serviço assim o exigirem. (SANTOS, 1967)

Os cargos de assessoramento eram atribuídos aos coordenadores pedagógicos e aos orientadores educacionais ou vocacionais, na época.

Buscando em documentos, encontrou-se uma lei municipal de dezembro de 1980 com a seguinte informação:

LEI MUNICIPAL Nº 4388, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1980

Cria novos níveis de vencimentos para o Magistério Municipal, reclassifica cargos de provimento efetivo e dá outras providências.

Dr. Paulo Gomes Barbosa, **Prefeito Municipal de Santos**, faço saber que a Câmara Municipal aprovou na sessão realizada em 2 de

dezembro de 1980 e eu sanciono e promulgo na seguinte lei nº 4.388:

Art. 1º Ficam criados, a partir de 1º de janeiro de 1981, no Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Santos, os níveis de

vencimento atribuídos aos Especialistas de Educação do Quadro do Magistério Municipal, conforme a seguinte especificação:

Nível	Valor
NME-15	Cr\$ 37.270,00
NME-16	Cr\$ 44.200,00
NME-17	Cr\$ 47.200,00

Art. 2º Ficam reclassificados os níveis criados no artigo 1º os seguintes cargos:

Cargo	Nível
Coordenador Pedagógico	NME-16
Orientador Educacional	NME-16... (SANTOS, 1980)

Se em 1980 já houve um acerto nos salários, o que só comprova que o OE já atuava nas escolas municipais bem antes.

Outra lei dizia que prorrogava por mais um ano a validade de acesso ao cargo de OE nas escolas municipais. Outra prova da existência mais remota do OE:

LEI MUNICIPAL Nº 4419, DE 26 DE JUNHO DE 1981

Prorrogada por um ano o prazo de validade dos concursos de acesso para os cargos de Orientador Educacional e de Assistente de Diretor.

Dr. Paulo Gomes Barbosa, Prefeito Municipal de Santos, faço saber que a Câmara Municipal aprovou na sessão realizada em 22 de junho de 1981 e eu sanciono e promulgo na seguinte Lei nº 4419:

Art. 1º Fica prorrogado por um ano o prazo de validade dos Concursos de Acesso para os cargos de Orientador Educacional e de

Assistente de Diretor homologados em 14 de maio de 1980 e publicada em 16 de maio de 1980, a partir dos seus respectivos términos. (SANTOS, 1981)

Santos é uma das poucas cidades brasileiras que obedeceu às leis federais que exigiam a presença de um Orientador Educacional nas unidades de ensino. Essa prática se tornou uma política pública que é mantida até os dias atuais, conforme veremos no trabalho.

3.1- Orientador Educacional em Santos-SP: uma política pública

A educação, a saúde, o emprego, dentre outras necessidades básicas, tem um papel essencial para o desenvolvimento contínuo dos indivíduos e das sociedades, e no município de Santos não é diferente, pois mesmo não sendo uma receita milagrosa, nem mesmo um passe de mágica para tornar a todos os cidadãos capazes de alcançarem seus ideais de vida, ela pode significar um caminho de um desenvolvimento humano mais real e harmonioso, como um meio de contribuição para a redução das incompreensões, da pobreza, da exclusão social, da opressão e das guerras, que acontecem também no Brasil, mesmo que seja considerado um país de paz.

Investigaremos alguns autores para pensar analisar como se dá a política pública que permite o trabalho do OE em Santos, mas, faz-se necessário entender o que são Políticas Públicas. Para isso destacamos o texto de Marques (2013, p. 24):

Antes de tudo é necessário localizar o que são políticas públicas. Embora haja várias definições, parto aqui da ideia de que se trata do conjunto de ações implementadas pelo Estado e pelas autoridades governamentais em um sentido amplo. Trata-se do estudo do “Estado em ação”, na feliz formulação de Jobert e Muller (1987), e, portanto, estudar políticas é analisar por que e como o Estado age como age dadas as condições que o cercam.

As Políticas Públicas devem e precisam ser tratadas com mais seriedade e preocupação, pois através delas a população pode ser ou não beneficiada. Precisam ser estudadas, pesquisadas e melhoradas (muito). Marques (2013, p. 24) complementa: “[...] as políticas públicas envolvem a consideração de ao menos dois tipos de causalidade - uma sobre as causas do problema a ser objeto da política e outro sobre o efeito pretendido da política sobre tal problema.”

Parada (2006, p. 68) afirmou que:

Com as políticas públicas se pode:

- estreitar discussões políticas;
- diferenciar problemas e soluções de forma específica;

- esclarecer as diferenças;
- vincular os temas a soluções mais amplas ou sequenciais;
- considerar esforços conjuntos; e
- participar de maneiras específicas.

O cidadão deve lutar para que os vereadores, deputados e senadores eleitos por ele o representem com a criação de políticas públicas que sejam favoráveis à sua comunidade, mas o que se vê é uma representatividade regional fraca, com a criação de políticas públicas que podem ter prazo de validade, pois se o governo que assume o poder não for do mesmo partido, dificilmente a política pública criada será mantida ou conservada.

Para Villanueva (2006, p. 44) o conceito de política pública seria uma “construção dos dados da experiência a partir de perspectivas teóricas e também valorativas.”

Foi a partir da década de 1990, que se observou no Brasil uma grande mudança na forma de pensar dos indivíduos que exerciam os poderes políticos ou as relações com o Estado, principalmente no que tange a administração pública, pois com essa mudança de paradigmas, o governo também transformou a forma de planejar e executar suas ações.

Conforme Esping-Andersen (1991 p. 85 – 86) o mercado, para os economistas liberais, com base em Adam Smith, “[...] era o meio superior para a abolição das classes, da desigualdade e do privilégio.” Por essa razão, os economistas liberais advogavam o mínimo de intervenção do Estado.

Esping-Andersen (1991, p.86) disse que uns buscavam apoiar esse posicionamento, dando ênfase no elemento *laissez-faire*, (deixar que as coisas acontecessem espontaneamente), portanto, a rejeição a “qualquer forma de proteção social [pelo Estado] além dos vínculos monetários”; outros defendiam pequenas doses de regulamentação política.

O social precisa ter um lugar específico na organização política de uma cidade como Santos, para que os trabalhadores e os moradores dessa cidade possam ocupar um lugar nessa sociedade.

Castel (1998, p. 31) afirmou que:

O hiato entre a organização política e o sistema econômico permite assinalar, pela primeira vez com clareza, o lugar do “social”: desdobrar-se nesse entre-dois, restaurar ou estabelecer laços que não obedecem nem a uma lógica estritamente econômica nem a uma jurisdição estritamente política. “O social” consiste em sistemas de regulações não mercantis, instituídas para tentar preencher esse espaço. Em tal contexto, a questão social torna-se a questão do lugar que as franjas mais dessocializadas dos trabalhadores podem ocupar na sociedade industrial. A resposta para ela será o conjunto dos dispositivos montados para promover sua integração.

Para Castel (1998, p. 35) o Estado, até meados do século XX, é um Estado social, pois acreditava na intersecção entre o mercado e o trabalho. Assim:

Estamos sem dúvida, diante de uma bifurcação: aceitar uma sociedade inteiramente submetida às exigências da economia ou construir uma figura do Estado social a altura dos novos desafios. A aceitação da primeira parte da alternativa não pode ser excluída. Mas poderia custar o desmoronamento da sociedade salarial, isto é, desta montagem inédita de trabalho e de proteções que teve tanta dificuldade para se impor.

Esping-Andersen (1991, p. 86) disse que todos concordavam com o “máximo de mercados livres e o mínimo de interferência estatal.” Essa postura radical era fruto de um contexto em que o “Estado preservava privilégios absolutistas, protecionismo mercantilista e corrupção por toda parte [...] reprimia tanto seus ideais de liberdade quanto de iniciativa”. (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 86). Os liberais temiam a democracia por acreditarem que ela “Usurparia ou destruiria o mercado”, bem como ameaçaria o direito de propriedade.

A comunidade precisa ser tratada de forma justa, onde a promoção da igualdade seja feita de forma integral.

Marshall (1967, p. 62) acreditava que:

Há uma espécie de igualdade humana básica associada com o conceito de participação integral na comunidade (...) o qual não é inconsistente com as desigualdades que diferenciam os vários níveis econômicos na sociedade.

E complementa, afirmando que: “A tendência moderna em direção da igualdade social é, acredito, a mais recente fase de uma evolução da cidadania que vem ocorrendo continuamente nestes últimos 250 anos.” (MARSHALL, 1967, p. 63)

A economia política marxista, conforme Esping-Andersen (1991) entendia que o mercado tinha como efeitos atomizantes e não garantia a igualdade, como defendiam os liberais. Nesse sentido, Dobb (1946) ensinava que “... a acumulação de capital despoja o povo da propriedade, [e] o resultado final [seria] divisões de classe cada vez mais profundas.” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 88)

Enquanto os liberais temiam que a democracia produzisse o socialismo, os socialistas não lhe davam crédito; contemporaneamente chegaram a comparar as reformas sociais no contexto de uma ordem capitalista a um dique cheio de vazamentos. (ESPING-ANDERSEN, 1991)

Consideravam que as reformas sociais da democracia parlamentar eram contraproducentes, tendiam a deixar brechas, necessidades não atendidas, podendo esvaziar-se, e não resolver o problema das desigualdades causadas pelo capitalismo. (ESPING-ANDERSEN, 1991)

Sobre o modelo Social-Democrata, Esping-Andersen (1991) observa que: “Os trabalhadores precisam de recursos sociais, saúde e educação para participar efetivamente como cidadãos socialistas”; e, “A política social não é só emancipadora, é também uma pré-condição da eficiência econômica.” (MYRDAL e MYRDAL, 1936 apud ESPING-ANDERSEN, 1990, p. 89)

Mas o que é ter cidadania? Marshall explica: “A cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status.” (MARSHALL, 1967, p. 76). Ainda, sobre a cidadania, Marshall (1967, p. 84) disse que:

A cidadania exige um elo de natureza diferente, um sentimento direto de participação numa comunidade baseado numa lealdade a uma civilização que é um patrimônio comum. Compreende a lealdade de homens livres, imbuídos de direitos e protegidos por uma lei comum.

Seria, então, o modelo socialdemocrata que Esping-Andersen (1991, p. 90) comenta, a solução?

O modelo socialdemocrata é, então, o pai de uma das principais hipóteses do debate contemporâneo sobre o *welfare state*: a mobilização de classe no sistema parlamentar é um meio para a realização dos ideais socialistas de igualdade, justiça, liberdade e solidariedade.

A mobilização de classes, em nosso país, ainda não existe de forma maciça, com a participação de todas as classes, pois até mesmo o direito de cada setor ainda não pode ser visto como igualitário, dessa forma, como promover essa igualdade? Para Marshall (1967, p.101) a igualdade viria através do direito do cidadão:

O direito do cidadão nesse processo de seleção e mobilidade é o direito à igualdade de oportunidade. Seu objetivo é eliminar o privilégio hereditário. Basicamente é o direito de todos de mostrar e desenvolver diferenças ou desigualdades; o direito igual de ser reconhecido como desigual.

Quando se existe uma gama de oportunidades, tendo como meta a igualdade de oportunidades o privilégio é eliminado e as desigualdades podem ser amenizadas, mesmo que existam dois aspectos a serem observados: o da cidadania e o econômico. Marshall (1967, p. 109) complementa:

Há limitações inerentes ao movimento em favor da igualdade. Mas o movimento possui um duplo aspecto. Opera, em parte, através da cidadania e, em parte, através do sistema econômico. Em ambos os casos, o objetivo consiste em remover desigualdades que não podem ser consideradas como legítimas, mas o padrão de legitimidade é diferente. No primeiro, é o padrão de justiça social; neste último, é a justiça social combinada com a necessidade econômica. É possível, portanto, que as desigualdades permitidas pelos dois aspectos do movimento não coincidam. Distinções de classe podem sobreviver que não possuam nenhuma função econômica apropriada, e diferenças econômicas que não correspondam a distinções de classe aceitas.

Porém, há outra forma de entender em que a igualdade não pode ser promovida enquanto o Estado gastar mais do que arrecadar, lembrando que o que arrecada, através de impostos e quem mais paga é a classe trabalhadora. No entanto, conforme Brettas (2012, p. 99) o mesmo imposto alimenta um circuito da dívida: “O aumento dos impostos sempre recai sobre os bens de subsistência... recai para a classe trabalhadora o ônus de alimentar esse processo de endividamento, na medida

em que se define uma estrutura tributária pautada na tributação indireta.”

A igualdade com base na distribuição dos fundos públicos fica ameaçada. O que seriam os fundos públicos? Brettas (2012, p. 109) explica:

Os recursos dos fundos públicos consistem em um montante arrecadado mediante o pagamento de impostos e contribuições. Essa apropriação por parte do Estado é, de forma direta ou indireta, fruto do processo de produção de mercadorias, e vem, portanto, do trabalho despendido dessa produção. Tal apropriação se dá basicamente de duas formas: uma parcela vem da mais-valia produzida e recai sobre os donos do capital; a outra consiste em parte do trabalho necessário, parcela do salário pago, pelos trabalhadores na forma de impostos, sobretudo indiretos. Quando falamos em tributação regressiva, essa última parcela tende a ser maior do que a primeira.

A autora mostra como o endividamento do Estado privilegia o deslocamento do fundo público para o setor financeiro:

[...] essa nova configuração do Estado consiste, de maneira geral, na adoção de medidas que caminha, na direção de favorecimento do capital portador de juros e expressam as dificuldades que os trabalhadores têm sem canalizar para si os recursos do fundo público. [...] a ação do Estado contribui para direcionar recursos para o grande capital em detrimento do investimento em políticas sociais e ações que poderiam contribuir efetivamente para atender aos interesses dos trabalhadores. (BRETTAS, 2012, p. 119).

Mesmo existindo uma opinião acordada sobre os indicadores de continuidade de políticas públicas, ou em aspectos importantes da política econômica, diversos outros elementos apontam para mudança quanto ao papel do Estado no cuidado com a educação. Faz-se importante uma análise bastante crítica da atual política que está voltada para os diversos setores da sociedade, procurando visualizar uma utopia, esperando que ela vá além da visão simplesmente ideológica, o que é um grande fator de construção do conhecimento e da ação política e social, mesmo que insuficiente para que se possa entender o concreto em sua totalidade.

Apesar dos diversos programas de promoção do Bem-Estar social à população de baixa renda, muito ainda necessita ser feito. Muitos estudantes ainda estão fora das escolas, das universidades, muitas famílias ainda estão sem uma moradia digna, muitos trabalhadores necessitam de um emprego, onde o salário seja suficiente para

manterem suas famílias com dignidade.

Buscando por informações sobre a desigualdade social que existe em Santos, observou-se que a vulnerabilidade social do município vem melhorando, mas ainda afeta diretamente a população e o trabalho das OEs, pois são elas que lidam diretamente com essa desigualdade.

A Tabela 1 mostra a vulnerabilidade social que existe no município de Santos com relação à mortalidade infantil e aos adultos, conforme as especificidades abaixo citadas:

Tabela 1 - Vulnerabilidade Social - Município - Santos – SP

Crianças e Jovens	1991	2000	2010
Mortalidade infantil	19,29	16,88	13,70
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	-	60,25	36,00
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	8,05	2,06	1,78
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	-	4,31	4,07
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	1,39	2,65	1,99
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	-	4,02	3,04
Família			
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	6,87	7,25	6,92
% de vulneráveis e dependentes de idosos	1,24	0,60	0,76
% de crianças extremamente pobres	1,34	2,27	1,55
Trabalho e Renda			
% de vulneráveis à pobreza	14,58	10,68	8,08
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	27,20	18,24
Condição de Moradia			
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	95,27	97,34	98,42

Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2018)

Observa-se que a mortalidade infantil vem diminuindo no município no geral, mas o trabalho e a renda de pessoas vulneráveis à pobreza aumentaram nos últimos 20 anos. O mesmo acontece com as pessoas de 18 anos ou mais sem o ensino fundamental completo e em ocupação informal, o que demonstra que os políticos não estão buscando formas de atendimento à essa camada da população.

A educação no município de Santos, foco de atuação dos OEs estudados nesta pesquisa, não consegue atingir toda a população, pois se observa na tabela 2 que de

2000 até 2010 cresceu o número de analfabetos negros no município, além de que nos níveis de ensino fundamental, incompleto, mas alfabetizado o índice de negros é quase 50% maior que o de brancos e os que possuem o nível superior completo é três vezes menor entre os negros, demonstrando uma desigualdade acentuada.

Tabela 2 - Crianças e Jovens - Educação - Município - Santos - SP

	N/2000	B/2000	N/2010	B/2010
Taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais	-	-	4,66	1,40
Fundamental incompleto e analfabeto	-	-	5,35	1,55
Fundamental incompleto e alfabetizado	-	-	34,98	19,98
Fundamental completo e médio incompleto	-	-	18,09	12,86
Médio completo e superior incompleto	-	-	31,08	32,01
Superior completo	-	-	10,50	33,60

Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2018)

Na tabela 3, a renda da população santista é analisada e o que se observa é que os negros, mais uma vez, estão em desvantagem com relação aos brancos, pois ganham menos e são em maior número de pobres, talvez, por isso as escolas públicas de Santos tenham tantos problemas sociais, onde as OEs precisam cuidar de uma

demanda grande de crianças que passam necessidade extrema, moram em habitações precárias e sofrem maus tratos.

Tabela 3 – Renda - Renda, Pobreza e Desigualdade - Município - Santos – SP

	N/2000	B/2000	N/2010	B/2010
Renda per capita	-	-	875,04	2.003,22
Rendimento médio dos ocupados - 18 anos ou mais	-	-	1.287,2 7	2.609,10
% de extremamente pobres	-	-	1,18	0,38
% de pobres	-	-	4,80	1,46
Índice de Gini	-	-	0,48	0,54

Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2018)

Outra análise importante sobre a desigualdade santista está na ocupação das vagas de trabalho pela população. É preocupante observar que os jovens negros trabalham cada vez mais cedo que os brancos, fazendo-os se afastar da escola, por isso, não conseguindo concluir o ensino médio e o superior.

Tabela 4 – Trabalho - Ocupação da população de 18 anos ou mais - Município - Santos – SP

	N/2000	B/2000	N/2010	B/2010
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	-	-	71,13	61,73
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	-	-	9,02	6,80
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	-	-	72,06	76,18
Nível educacional dos ocupados				
% dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais	-	-	69,63	88,82
% dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais	-	-	50,06	78,08
Rendimento médio				
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m. - 18 anos ou mais	-	-	10,31	6,24
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m. - 18 anos ou mais	-	-	63,76	37,19
% dos ocupados com rendimento de até 5 s.m. - 18 anos ou mais	-	-	91,24	71,23

Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2018)

As mulheres também estão em desvantagem em comparação com os homens, pois a renda per capita das mulheres é de R\$ 1.625,27, enquanto que dos homens é de R\$ 1.774,54. O rendimento médio dos ocupados é muito desigual entre homens e mulheres, onde elas chegam a ganhar R\$ 1.100,00 a menos que eles, pois os homens ganham R\$ 2.725,15, enquanto as mulheres R\$ 1.689,32.

Ao se analisar a evolução do índice GINI¹⁴ entre o período de 2000 à 2010 o Brasil e o estado de São Paulo entraram em uma trajetória descendente, demonstrando que as políticas públicas de redistribuição de renda estavam atingindo seus objetivos no intuito de reduzir as desigualdades sociais, mas em Santos tem sido bem diferente (Figura 1).

Desde os anos 1990 os governos têm avançado na contramão dessa história e Santos se tornou cada vez mais desigual e elitista, o que se reflete nas escolas públicas da cidade.

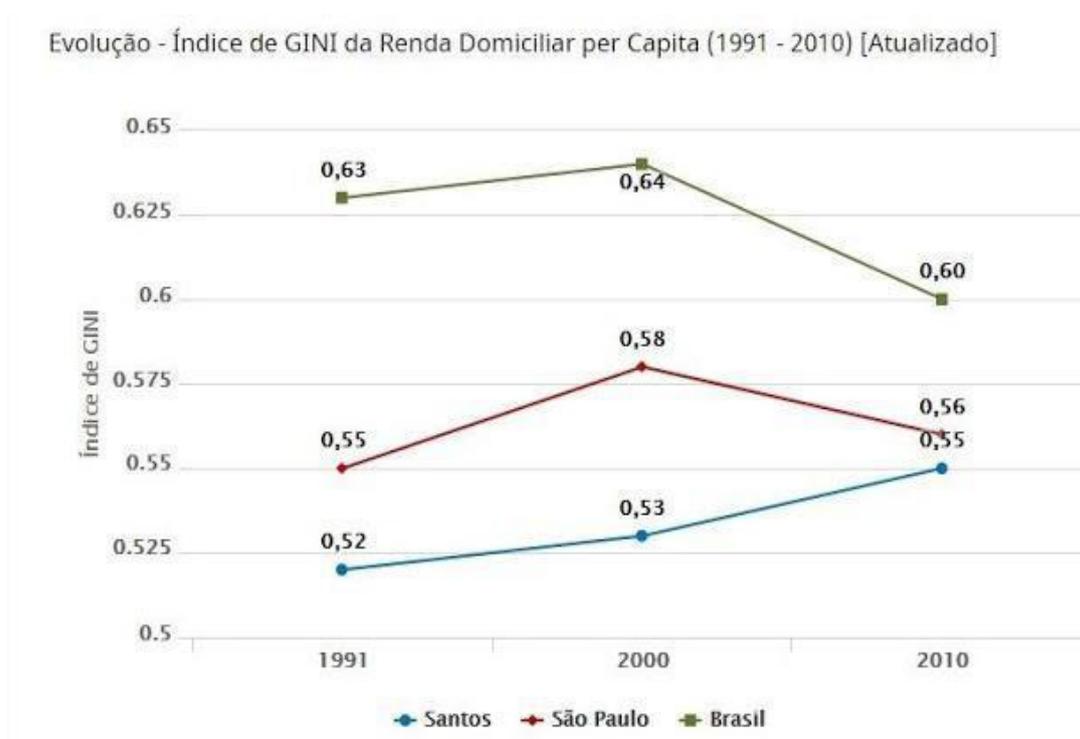
O custo de vida para morar em Santos é cada vez mais alto, e muitas pessoas precisam viver nos bairros mais afastados, da periferia, ou mesmo mudam de cidade

¹⁴ O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. (Ipea, 2018)

como São Vicente e Praia Grande, que ainda conseguem ter um custo de moradia mais barato.

Essa desigualdade também foi vista nos indicadores acima citados, analisando-se a cor e o sexo dos habitantes santistas. As desigualdades sociais em Santos se refletem nas desigualdades entre os bairros, pois um morador do bairro do Boqueirão, por exemplo, tem uma expectativa de vida de 81 anos, enquanto que um morador do Dique da Vila Gilda vive em média até os 65 anos de idade. (MOREIRA, 2017).

Figura 1 – Índice GINI de Renda Domiciliar per Capta (Brasil-São Paulo-Santos)



Fonte: [http://www.datapedia.info/public/\(2017\)](http://www.datapedia.info/public/(2017))

Da mesma forma a cidade de Santos, que já passou por diversos governos, mas apesar das mazelas e falta de consideração com a população manteve o OE nas escolas municipais, que lida com essa desigualdade latente, demonstrada através da análise dos dados (Capítulo 4).

A cidade possui a seguinte quantidade de escolas:

- Educação Infantil: 19 Zona Leste, 22 Zona Noroeste, 06 nos Morros, 03 na Área Continental;

- Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano: 17 na Zona Leste, 10 na Zona Noroeste, 05 nos Morros, 03 na Área Continental;
- Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano: 08 na Zona Leste, 04 na Zona Noroeste, 02 nos Morros, 02 na Área Continental;
- EJA (Escola de Jovens e Adultos) Ciclo I: 06 na Zona Leste, 02 na Zona Noroeste, 01 nos Morros, 00 na Área Continental;
- EJA (Escola de Jovens e Adultos) Ciclo II: 06 na Zona Leste, 02 na Zona Noroeste, 01 nos Morros, 00 na Área Continental;
- EJA (Escola de Jovens e Adultos) Digital: 09 na Zona Leste, 04 na Zona Noroeste, 02 nos Morros, 02 na Área Continental;
- Escola de Educação Especial: 01 na Zona Leste. ¹⁵

Algumas delas têm mais de um nível, perfazendo um total de 81 escolas municipais denominadas UME (Unidade Municipal de Educação).

Faz-se necessário conhecer um pouco da cidade. Santos é a maior cidade do litoral sul de São Paulo

Figura 2 – Região Metropolitana da Baixada Santista

¹⁵ Disponível em <http://www.santos.sp.gov.br/?q=institucional/unidades-municipais-de-educacao>



Fonte: Wordpress (2019)

O litoral sul de São Paulo é uma região que se estende desde a cidade de Guarujá até a divisa com o estado do Paraná, passando por São Vicente, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe e Ilha Comprida.

Santos é dividida em 4 macrozonas, sendo elas: Macrozona Noroeste; Macrozona Morros; Macrozona Leste e Macrozona Centro. Existe também a área continental.

Essas Macrozonas podem ser mais bem visualizadas nas Figuras 3 e 4:

Figura 3 – Macrozonas de Santos



Fonte: Wordpress (2019)

Figura 4 – Bairros de Santos



Fonte: Wordpress (2019)

Oficialmente são os seguintes os bairros da parte insular agrupados geograficamente:

1. **Orla marítima:** Aparecida, Boqueirão, Embaré, Gonzaga, José Menino, Pompéia e Ponta da Praia;

2. **Área central e portuária:** Campos Grande, Centro, Encruzilhada, Estuário, Jabaquara, Macuco, Marapé, Paquetá, Porto Alemoa, Macuco, Paquetá, Ponta da Praia, Saboó, Valongo, Vila Belmiro, Vila Mathias, Vila Nova e Vila Rica.
3. **Morros:** Monte Serrat, Cachoeira, Santa Teresinha, São Bento, Penha.
4. **Zona noroeste:** Alemoa, Areia Branca, Bom Retiro, Caneleira, Jardim Castelo, Chico de Paula, Outeirinho, Jardim Piratininga, Rádio Clube, Saboó, Santa Maria, São Jorge, São Manuel e Vila Progresso.
5. **Parte continental:** são identificados os povoados: Quilombo, Sítio das Neves, Guarapará, Barnabé, Ilha Diana, Monte Cabrão, Trindade, Cabuçu, Iriri, Caruara (na divisa com Bertiooga, que tem 3.500 habitantes e dispõe do CEP próprio 11200-990), além das mencionadas áreas de preservação ambiental da Serra do mar. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS, 2019)

A zona Central é caracterizada por um grande número de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços, além do acervo de bens de interesse cultural, a ocupação é de baixa densidade. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS, 2019)

A zona Noroeste é dividida em três partes pela Prefeitura de Santos, onde as características de cada zona são bem próximas. As três são áreas residenciais, com vias de trânsito rápido, sendo uma delas com atividades portuárias, a segunda tem loteamentos de baixa e média densidade e a terceira é de baixa densidade, com vias comerciais bem definidas. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS, 2019)

A zona dos Morros é caracterizada por ocupação residencial consolidada por ocupações residenciais precárias, condomínios e loteamentos residenciais de baixa densidade com legislação mais restritiva e outra área com ocupação residencial e comercial. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS, 2019)

CAPÍTULO 4 - ANÁLISE DOS DADOS

Deponho a xícara de chá e me dirijo ao meu espírito. Cabe a ele encontrar a verdade. Mas de que modo? Incerteza grave todas as vezes em que o espírito se sente ultrapassado por si mesmo; quando ele, o pesquisador, é ao mesmo tempo a região obscura que deve

pesquisar e onde toda a sua bagagem não lhe servirá para nada. ”
(PROUST, 1992, p. 56)

As entrevistas realizadas trouxeram subsídios para criar as categorias que embasam o trabalho de pesquisa. Analisar os dados é essencial na pesquisa qualitativa, pois através deles, é possível conhecer o objeto de pesquisa mais a fundo.

Teixeira (2003, p. 16) diz que:

A pesquisa qualitativa apresenta as seguintes características essenciais: tem o ambiente natural como fonte direta de dados; o pesquisador como instrumento fundamental de coleta de dados; utilização de procedimentos descritivos da realidade estudada; busca do significado das situações para as pessoas e os efeitos sobre as suas vidas; preocupação com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto, e privilégio ao enfoque indutivo na análise dos dados.

Dessa forma, analisar os dados levará o leitor a compreender como se dá o trabalho do OE na cidade de Santos, como é sua atuação dentro das escolas municipais e sua função frente à equipe gestora da unidade em que se encontra.

Como citado anteriormente, as entrevistas foram orientadas por temas, conforme segue abaixo:

- Sua trajetória profissional até assumir o cargo efetivo de Orientador Educacional;
- A formação do entrevistado exigida no município de Santos;
- O trabalho do Orientador Educacional nas escolas municipais de Santos;
- A relação entre todos os envolvidos na Gestão Escolar e com os discentes, nos seus diferentes níveis;

Foram entrevistadas 6 orientadoras educacionais das escolas municipais de Santos-SP, sendo 1 que atua no ensino fundamental 1 e 2; 1 que atua numa creche, 1 na educação infantil e 3 no ensino fundamental 1. No quadro 1 tem-se a síntese com os dados das OEs entrevistadas:

Quadro 1 – Síntese dos dados sobre as Orientadoras Educacionais Entrevistadas

	Sexo	Anos de Atuação na SME	Nível em que atuava como professora	Graduação	Tempo como OE	Nível de Atuação como OE
OE 1	Feminino	23 anos	Ensino Fundamental II e Médio	Letras e Pedagogia	3 anos	Ensino Fundamental 1 e 2
OE 2	Feminino	29 anos	Ensino Fundamental I	Pedagogia	13 anos	Ensino Fundamental 1
OE 3	Feminino	27 anos	Ensino Fundamental I	Pedagogia	5 anos	Ensino Fundamental 1
OE 4	Feminino	20 anos	Ensino Fundamental I	Pedagogia	7 anos	Creche
OE 5	Feminino	18 anos	Ensino Fundamental I	Pedagogia	4 anos	Ensino Fundamental 1
OE 6	Feminino	17 anos	Ensino Fundamental I	Educação Física e Pedagogia	4 anos	Educação Infantil

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

A pesquisa junto aos Orientadores Educacionais da cidade já foi iniciada, com o total de 7 entrevistas, sendo 6 orientadoras e a capacitadora das orientadoras do município.

Para se ter um maior conhecimento das escolas onde as OEs entrevistadas atuam, foi realizada uma pesquisa nos PPPs dessas escolas, onde informam a quantidade de alunos que atendem, o perfil da comunidade em que está inserida e um pouco da sua história e criação. Os mapas foram retirados da internet e do site da Prefeitura de Santos.

As escolas das OEs entrevistadas têm as seguintes características:

A U.M.E. - Unidade Municipal de Ensino onde atua a OE1 conta com aproximadamente 950 alunos, distribuídos em 26 classes de 1º ao 9º anos e 1 Sala para Atendimento de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (SANEE). Possui uma das primeiras bibliotecas capacitadas para trabalhar de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais e um grupo de professores e especialistas em Educação comprometidos com a tarefa profissional. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA, 2018 – OE1)

A U.M.E conta ainda com uma Associação de Pais e Mestres - APM e um Conselho de Escola - CE atuantes e bem estruturados, cumprindo exemplarmente suas relevantes funções. Conta também com o Grêmio Estudantil. Foi construída e doada, à Prefeitura Municipal de Santos, como Grupo Escolar. Esta escola participa do Programa Justiça Restaurativa. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA, 2018 – OE1)

Data de inauguração: 11/08/1928

Zoneamento: 1

Atendimento: Ensino Fundamental - 1º ao 9º ano

Bairro: Aparecida - Santos (SP) (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTOS, 2019)

O bairro da **Aparecida** é o segundo bairro mais populoso do município com 36.440 habitantes (IBGE 2010). Seu nome é uma alusão à igreja de Nossa Senhora Aparecida, situada na praça de mesmo nome, junto à Avenida Afonso Pena.

Localizado na Zona Leste da cidade, entre os bairros do Embaré e Ponta da Praia, e também entre os canais 5 e 6, abriga diversos edifícios e conjuntos habitacionais para todas as classes sociais. Entre esses conjuntos, destaca-se o conjunto habitacional Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, conhecido por BNH (Banco Nacional de Habitação) da Aparecida entre os maiores de toda a América Latina, na área onde nos anos de 1920, existia um hipódromo. Além deste, existe também o Conjunto Habitacional Martins Fontes, popularmente conhecido como Jaú, e o conjunto habitacional IAPI.

Oferece diversas opções de comércio e lazer, com um grande shopping center, praia, cinemas, feiras, teatro, escolas técnicas e universidade. Há, também o SESC Aparecida, um grande complexo de lazer e educação. Seu teatro é classificado por muitos grandes atores, como um dos melhores do país, com acústica excelente. Na figura 6 tem-se o mapa do bairro da Aparecida. (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTOS, 2019)

Figura 5 – Mapa do Bairro da Aparecida



A UME onde atua a OE2 foi entregue pela Prefeitura no dia 06/02/2009 com a apresentação da 'Banda Labirinto' e a participação de alunos, pais, professores e funcionários. Houve também homenagem ao patrono da nova escola com uma exposição. A expropriação do imóvel de 8 mil metros quadrados onde funcionava uma escola privada, no Morro da Nova Cintra, aconteceu no final de dezembro de 2008. O fato permitiu que a prefeitura preparasse o prédio para receber a unidade escolar. (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTOS, 2019)

Projetada para promover a melhoria da qualidade do ensino a escola conta com salas de aula, espaço para informática, artes, biblioteca, laboratório, salão multiuso, pátio e quadra esportiva cobertos, playground, além de espaços de lazer. A acessibilidade para pessoas com deficiência está presente nas rampas, sanitários e vestiários adaptados. Isso além das salas aparelhadas para atender especificamente alunos com necessidades especiais. (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTOS, 2019)

As crianças atendidas na escola fazem parte do Morro da Nova Cintra, Vila Progresso, Vila Vitória, São Bento, Santa Maria, Pacheco, Jabaquara e Vila Pantanal. Muitos vivem em situação de vulnerabilidade social, em decorrência das ocupações irregulares, destacando-se o Morro Santa Maria, onde as condições de saneamento básico são precárias para cerca de 70% desta população.

A escola possui projetos no contra turno: Badminton, Escola Total, Ginástica Artística, Xadrez, Basquete, Pra ver a Banda Tocar, Novo Mais Educação, Mais Alfabetização e Projeto Flauta Doce.

Dos 650 alunos, 99 frequentam a Jornada Ampliada que acontece no CAIS Milton Teixeira, distante 5Km da escola, sendo transportados de ônibus escolar.

A Associação de Pais e Mestres é uma importante ferramenta de Gestão Democrática, onde a comunidade participa na administração escolar. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA, 2018 - OE2)

Data de inauguração: 06/02/2009

Atendimento: Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano

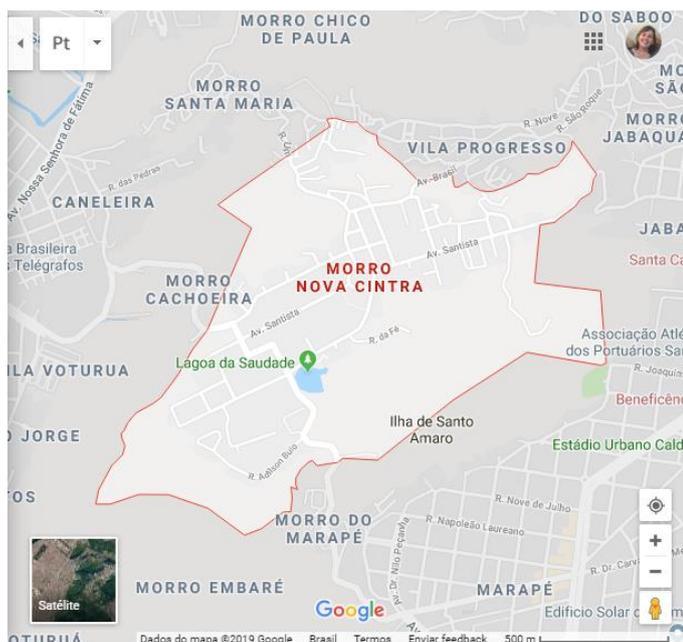
Quantidade de Alunos: 650

Bairro: Morro Nova Cintra - Santos (SP) (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTOS, 2019)

Morro da Nova Cintra é um bairro situado na região dos morros. O bairro, que teria recebido seu nome em homenagem à cidade de Sintra, em Portugal devido à semelhança topográfica entre os dois locais, tem uma população de cerca de 7000 pessoas, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Conta com uma atração turística, a Lagoa da Saudade, para onde a prefeitura local trouxe uma grande população de carpas e construiu *decks* para a população. (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTOS, 2019)

A ocupação do morro remonta ao início da colonização portuguesa, quando da passagem de Martim Afonso de Sousa pela região. João dos Passos, um dos integrantes da esquadra lusa, teria se interessado então por criar um núcleo agrícola no planalto existente no topo do morro, que, com uma lagoa e uma cachoeira, oferecia condições extremamente propícias para o plantio. Mudanças de cana-de-açúcar foram trazidas da ilha da Madeira, e o próprio Martim Afonso de Sousa teria organizado a construção de um engenho d'água no local, com uma capela dedicada a São Jorge - o Engenho dos Erasmos, cujas ruínas ainda existem até hoje, a oeste do morro. Abaixo, tem-se o mapa do Morro da Nova Cintra. (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTOS, 2019)

Figura 6 – Mapa do Morro da Nova Cintra



A OE3 trabalha em uma UME que antes foi uma Sociedade de Instrução Popular, e teve seu patrimônio e seu mobiliário doados ao município em 01 de agosto de 1914, quando iniciou suas atividades em outro lugar. Em 2006, através do decreto municipal, passou a chamar-se UME, com atendimento a alunos do 1º ao 5º ano. Foi absorvida pela Prefeitura Municipal de Santos, sob a condição de que todas as suas professoras e suas funcionárias revertissem para o quadro municipal. Participa do Projeto Parceiros do Saber. (PPP da escola onde atua a OE3)

Data de inauguração: 01/08/1914

Zoneamento: 2

Atendimento: Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano

Número de alunos: 411

Bairro: Estuário - Santos (SP) (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTOS, 2019)

O **Estuário** é um bairro residencial do município de Santos, localizado entre o estuário de Santos, as avenidas Afonso Pena e Almirante Tamandaré. O Bairro Estuário surgiu do retalhamento do Macuco em 1968, quando se definiu o novo abairramento, e têm seus limites dados pelas avenidas Siqueira Campos, Portuária, Almirante Tamandaré e Afonso Pena. É um dos maiores bairros de Santos. Na figura

8 observa-se o mapa de localização do bairro do Estuário. (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTOS, 2019)

Figura 7 – Mapa do Bairro do Estuário



No bairro do Valongo tem duas UMEs com orientadoras entrevistadas.

A OE4 atua numa UME que devido a necessidade em atender as crianças da comunidade do Marapé, fez-se uma parceria com a Paróquia São Judas Tadeu, em nome do Padre Francisco Leite e a Prefeitura Municipal de Santos. (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTOS, 2019)

No terreno doado à paróquia, foi erguido o prédio com a colaboração da comunidade e alguns empresários. O nome da unidade foi definido por meio de uma eleição entre a própria comunidade. No dia 17 de setembro de 2005, foi realizada uma missa na Paróquia São Judas Tadeu, celebrada pelo Padre Francisco Leite e autoridades presentes para inauguração da creche. As atividades iniciaram-se no dia 19 de setembro de 2005. (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTOS, 2019)

Data de inauguração: 06/09/2005

Zoneamento: 8

Atendimento: Educação Infantil

Quantidade de alunos: 144

Bairro: Valongo – Santos (SP) (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTOS, 2019)

A UME onde atua a OE6 foi inaugurada em 24 de fevereiro de 1954. A comunidade escolar, na sua maioria, é composta por alunos que residem próximos, nos morros da Penha, São Bento, Pacheco e Saboó, e uma parte do alunado em outras regiões mais distantes. Os alunos residem com suas famílias, pais, alguns com suas mães e/ou demais familiares (tios/avós). As famílias, em sua maioria, estão em regime patriarcal, onde as mães são as responsáveis pelo sustento familiar; alguns moram com os avós, dividindo a mesma residência. (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTOS, 2019)

O corpo discente é composto de 144 alunos, sendo duas classes de Maternal II, duas classes de Jardim e duas classes de Pré, crianças de 2, 3 a 5 anos e 11 meses em período integral. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA, 2018 - OE6)

O corpo docente é composto por profissionais efetivos, que já estão na unidade há bastante tempo, e também por professores adjuntos, em virtude da aposentadoria de alguns deles nos últimos anos, assim como substituições em outras funções e Unidades. A escola encontra-se, atualmente, com o quadro de professores completo. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA, 2018 - OE6)

Data de inauguração: 24/02/1954

Zoneamento: 7

Atendimento: Educação Infantil - Maternal I e II, Jardim e Pré-Escola

Quantidade de alunos: 144

Bairro: Valongo – Santos (SP)

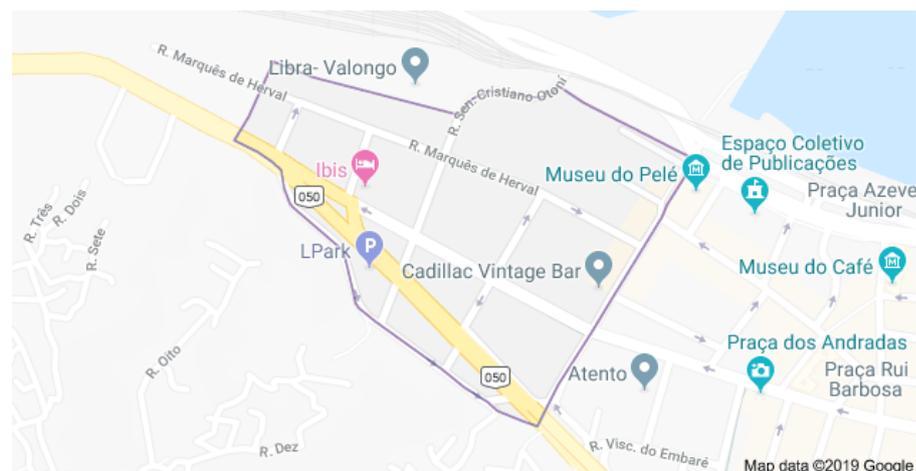
O **Valongo** é um bairro da área central do município de Santos, onde se localiza a famosa estação inicial da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí (hoje da Secretaria de Cultura do Município), o Armazém n.º 2 (hoje abandonado) além de um movimentado terminal de contêineres. (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTOS, 2019)

Se antes o bairro era um dos mais imponentes e aristocráticos da cidade baseados na economia do café, o Valongo tem sido uma das regiões mais degradadas da cidade de Santos, abrigando inúmeras oficinas para caminhões, ferros-velhos, cortiços, além de casarões, armazéns e estabelecimentos antigos abandonados ou em situação precária. Outro fator que provoca a degeneração do

bairro é o intenso tráfego de caminhões, provenientes da Via Anchieta, principal acesso à cidade e ao porto. (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTOS, 2019)

Por volta de 2010, após conseguir recuperar e revitalizar o Centro de Santos, a Prefeitura Municipal anunciou maiores investimentos também para uma completa recuperação do bairro do Valongo, dentro de seu projeto *Alegria Centro*. Em 2014, iniciou o funcionamento da Unidade de Operação, Exploração e Produção de Petróleo na Bacia de Santos pela Petrobrás, nas proximidades entre a Estação do Trem e do Santuário do Valongo, bem como serviços prestados em complexo comercial e hoteleiro que contribuem para a revitalização da área. Na figura 8 está o mapa do bairro do Valongo. (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTOS, 2019)

Figura 8 – Mapa do Bairro do Valongo



A UME onde atua a OE5 foi inaugurada no dia 24 de setembro de 1996, pelo Prefeito Dr. Davi Capistrano, e está localizada no bairro de Santa Maria, Zona Noroeste de Santos. O nome foi escolhido pelo corpo docente da escola em homenagem a um colega de trabalho estimado por todos. (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTOS, 2019)

Anteriormente esteve vinculada a uma escola estadual. Teve, porém, as classes de primeira à quarta séries municipalizadas e o espaço físico dividido. Provisoriamente foi chamada de Escola Municipal de Primeiro Grau durante o período de transição e adaptação. (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTOS, 2019)

Data de inauguração: 06/02/2009

Zoneamento: 14

Atendimento: Ensino Fundamental - 1º ao 5 ano

Quantidade de Alunos:

Bairro: Santa Maria - Santos (SP)

Santa Maria é um bairro localizado na zona noroeste da cidade de Santos. Surgiu na década de 1940 em meio a um antigo e grande manguezal, onde encontrase resquícios até hoje às margens do Rio São Jorge. Um dos maiores pontos de referência é o Jardim Botânico Chico Mendes, mais conhecido como Horto de Santos. A Biquinha também é um lugar muito frequentado por muitas pessoas. (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTOS, 2019)

No lugar onde os animais eram sacrificados, denominado Matadouro, e com a concessão de área ao redor pela prefeitura, surge um centro educacional, assistencial e esportivo do SESI. O projeto, do arquiteto Lázaro Aurélio, inclui museu, serviço odontológico, escola, creche, campo de futebol, futebol de areia, piscinas, inclusive para prática de salto à distância, salto em altura e de vara, quadras poliesportivas e local para lançamento de dardo e martelo. Na figura 9 visualiza-se o bairro de Santa Maria. (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTOS, 2019)

Figura 9 – Mapa do Bairro de Santa Maria



Observou-se que todas as entrevistadas são do sexo feminino e antes de serem Orientadoras Educacionais foram professoras, pois essa é uma condição obrigatória para se fazer parte do processo seletivo municipal para orientador, diretor, assistente de direção e coordenador pedagógico no município de Santos.

Das 6 orientadoras entrevistadas, apenas uma atuou na rede particular, ou seja, a maioria só trabalhou na rede pública e a capacitadora também é funcionária da rede municipal de Santos, tendo atuado na rede particular também.

Todas têm formação em pedagogia e algumas têm outras graduações: uma é formada em letras e outra em Educação Física. Sobre a formação inicial, foi perguntado à formadora das OEs se elas deveriam ser pedagogas ou psicólogas e a resposta foi que deveriam ser pedagogas.

Apenas duas, das sete entrevistadas estão longe da aposentadoria, pois, as demais já estão na profissão docente há mais de 20 anos, iniciando essa jornada ainda bem jovens.

Das seis entrevistadas, duas pretendem prestar concurso para assistente de direção ou direção, pois entendem que a possibilidade de um salário melhor ainda é uma possibilidade mais vantajosa, financeiramente, ao chegar a essa função, para que assim possam se aposentar com mais tranquilidade. Das que consideram entrar na aposentadoria como orientadoras, uma pretende atuar na rede particular como gestora, ao finalizar sua atuação na rede municipal.

Abaixo a apresentação das primeiras análises apresentadas a partir dos temas que orientaram as entrevistas.

TEMA 1 – Trajetória profissional

Todas as entrevistadas, primeiramente, foram professoras nas escolas municipais de Santos, pois não existe outra maneira de trabalhar no cargo de OE sem ter sido antes professora na rede.

Após alguns anos como professora, a servidora pode prestar um concurso interno para os cargos de gestão: coordenador pedagógico, assistente de direção e orientador educacional.

Conforme a Lei complementar N.º 752 de 30 de março de 2012, que dispõe sobre o estatuto e plano de cargos, carreira e vencimentos dos profissionais do magistério público municipal de Santos:

SEÇÃO IV

Da Formação dos Profissionais do Magistério

Art. 6º A formação dos profissionais do magistério para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal, obedecendo-se ao seguinte:

IX - especialista de educação I – orientador educacional: portador de diploma de pedagogia, com habilitação em orientação educacional ou equivalente, ou em nível de pós-graduação, garantida nesta formação a base nacional comum, e com, no mínimo, 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo de professor de educação básica I ou professor de educação básica II, no magistério público municipal de Santos. (SANTOS, 2012)

Dessa forma, todas as entrevistadas foram, inicialmente, professoras, conforme descrito no parágrafo anterior e prestaram um concurso interno para assumir o cargo de OE.

Iniciei como professora de inglês e português, depois surgiu uma vaga como assistente de direção e estava aguardando uma vaga de diretora, mas a de orientadora surgiu antes e resolvi me candidatar. (OE 1)

Iniciei como professora substituta concursada, depois passei para o cargo de professora efetiva e trabalhei em diversas escolas de educação infantil e ensino fundamental. Trabalhei também em uma creche, foi um lugar especial. Há 13 anos fiz a prova para o cargo de Orientadora, passei, trabalhei inicialmente, numa escola de educação infantil e há 11 anos atuo na mesma escola, essa que estou agora. (OE2)

Se eu for te contar eu entrei no tempo do Justo, eu entrei em 87... Porque naquela época a gente substituía, mas você só ganhava se substituísse, entendeu? (OE 3)

Me formei no magistério e antes de entrar na faculdade já comecei como professora substituta. Depois prestei concurso, passei e fui trabalhar como professora de educação infantil por 3 anos. Surgiu uma vaga mais próximo da minha casa e trabalhei como professora de fundamental 1 mais um tempo, até fazer a prova para Orientadora Educacional e passar. Essa é a minha segunda escola como orientadora, estou aqui há dois anos. (OE4)

Com 18 anos eu terminei o ensino médio no Acácio, uma escola que formava professores em nível médio e me candidatei ao cargo de professora substituta, fiz concurso, assumi como professora alguns anos depois. Há 4 anos surgiu a vaga de OE e eu resolvi fazer a prova. Passei e estou aqui. (OE5)

Eu comecei na rede como professora de Educação Física, (inteligível) e atuei durante 10 anos em educação infantil. Eu sempre gostei de educação infantil, não tinha perfil para fundamental. Depois fiquei 3 anos na Seduc, trabalhando com a seção de projetos que envolviam

atividades física também. E lá ajudava a cuidar das escolas, dos projetos, orientar os professores. Aí eu voltei e resolvi fazer a orientação, substituir... eu falei “eu vou sair da Seduc e vou substituir orientação para ver como é, para ver se eu gosto, se eu tenho perfil”. Aí substituí um ano, aí abriu concurso para equipe, aí a princípio na Seduc eu mexia com planilhas, com horas de professores, “eu vou prestar para assistente de direção”. Aí tentei os três cargos, coordenação e assistente. (OE 6)

Ser professor não é tarefa fácil e acredita-se que talvez nunca o seja, pois por algum tempo era desejável que o professor fosse alguém inspirador, cheio de virtudes, uma pessoa que merecia o respeito de todos, mas nos dias atuais é necessário que ele transmita e ensine conhecimentos técnicos e não técnicos, sendo capaz de modificar os comportamentos e as atitudes dos alunos.

Muitos alunos vêm de famílias com sérios problemas sociais, além de alguns desses alunos sofrerem com a violência doméstica, a falta de recursos materiais e, até mesmo, a falta de uma moradia digna.

O OE deve estar preparado emocionalmente para receber esses alunos, acolhê-los e tentar assegurar a este aluno uma aprendizagem significativa, proporcionando na escola um lugar de abrigo, empatia e carinho.

Conhecer o aluno e suas famílias torna-se então essencial. Lucion, Silva e Berti (2016, p. 01) afirmam que: “A Orientação Educacional ocupa-se do ser humano em todos os seus níveis, numa determinada época da vida e num determinado meio, devendo responder aos objetivos atuais da educação em relação à formação de um aluno consciente de seu papel no mundo.”

O Homem além de racional é um ser emocional, ligado ao mundo que o cerca através de sensações e sentimentos. Por isso o olhar atento, a escuta sensível na educação se faz necessária, tendo o aspecto afetivo uma profunda influência sobre o desenvolvimento intelectual, podendo acelerar ou diminuir o ritmo de desenvolvimento do ser em construção. O carinho e o afeto do professor produzem um ambiente de segurança e respeito, imprescindível para o estabelecimento de um vínculo positivo do aluno com sua aprendizagem.

As OEs sentem essa necessidade e motivam seus professores a transmitirem seus conhecimentos de forma mais humana, entendendo que a afetividade precisa

fazer parte desse universo.

Todos os casos de inclusão caem na minha mesa, sou eu quem cuido. Ainda preciso me preocupar com os alunos do Bolsa Família, pois eles precisam ter 85% de frequência para receber esse benefício. Preciso ir atrás desses alunos, mas hoje temos o apoio do Projeto Colibri, que é um projeto que vai na casa dos alunos que estão faltando, para saber o motivo e trazê-los de volta à escola.

Existem muitos casos de pais desempregados, sem nada para comer em casa. Semana passada mesmo, uma mãe que tem três filhos aqui na escola estava sem comida em casa, sem energia elétrica, e eu faço parte do grupo de WhatsApp dos professores e rapidamente coloquei no grupo a necessidade dessa família e para minha alegria, na sexta-feira a minha sala estava cheia de mantimentos, não parava de chegar e eu mandei uma mensagem para essa mãe vir à escola e trazer seu carrinho, pois conseguimos mantimentos para ela. Quatro filhos, desempregada. Tem muita gente em situação difícil. E aqui na escola isso acontece muito. (OE 1)

Eu acho que a afetividade deve ser o foco do Orientador educacional, é um cargo bem complexo, mas maravilhoso. Me preocupo muito com meus alunos e quando era professora já me preocupava, tanto que adotei a filha de uma aluna que ficou grávida e não tinha como cuidar da criança. (OE2)

... e o acolhimento, porque assim o OE ele é diferenciado, porque para ser OE não é qualquer um, não dá para ser qualquer um. Primeiro você tem que ser acolhedor, você tem que ouvir. E não são todos que conseguem fazer isso. [...] E o lidar com as famílias. Hoje eu vejo aqui na minha turma a gente tem muitos problemas, muitos... principalmente em relação a drogas e o nosso bairro infelizmente, não é que é envolvido, mas nós temos no nosso entorno e saber lidar com as famílias novas, porque hoje a gente tem casais totalmente diferenciados né, mãe mulher com mulher, homem com homem e é todo esse mundo lá fora aqui dentro né... [...] E tratá-los com muito amor, é amor mesmo quando eles vêm aqui e não sabe o que vão fazer, de você pelo menos dá um Norte para eles, por que o OE acaba dando um Norte. [...] Ajudando a ver até a busca da saúde, porque a gente tem um OS em Santos que é o programa de saúde das escolas. Então, assim o OE é alma... (OE 3)

O OE nas escolas municipais de Santos tem a difícil tarefa de acolher o aluno advindo das diversas famílias da comunidade, comunidades carentes de saúde, moradia e emprego, para a mínima condição de sobrevivência. Muitas crianças vêm para a escola na busca de alimentação, carinho e apoio.

A Educação é um desafio para a construção de seres humanos, e tem por finalidade a preparação do educando para a cidadania. É o que afirma a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96, Art. 2º), tendo o professor como peça fundamental neste processo, conduzindo-o de maneira a atender o sujeito

disposto ao aprendizado. Entretanto, a forma como estão sendo conduzidas as relações interpessoais no âmbito educacional, tem produzido seres de autoestima baixa, sem consciência de suas potencialidades. Por isso entende-se que é preciso que se reconsiderem algumas posturas adotadas pelos professores. Muitas das dificuldades apresentadas pelo educando podem ser sanadas ou minimizadas pelo educador, que se empenha para ajudar a aumentar e melhorar o potencial motor, cognitivo e afetivo do aluno.

Assim, cabe ao OE estar atento às essas necessidades, fazendo a ponte entre professor-aluno, promovendo uma relação saudável e de respeito entre os alunos, os professores e as famílias.

Lembrando, que essa é apenas uma das múltiplas tarefas que o OE desempenha nas escolas municipais de Santos. Preocupam-se com o bem-estar dos alunos e suas famílias, fazem a integração entre família, escola e comunidade, observam a melhor maneira de um aluno aprender, auxiliando o professor nessa tarefa, buscam profissionais de saúde para atenderem alunos com dificuldades de aprendizagem ou mesmo alguma doença, auxiliam as famílias em dificuldade, orientando-as na educação de seus filhos e até mesmo, buscando ajuda material e financeira para as mesmas.

Faz-se necessário estar atento e entender as mudanças no sistema educacional para que haja uma maior aproximação entre alunos e professores, uma vez que o sistema educacional na atualidade apresenta constantes desafios para o OE. Muitas vezes, precisa-se usar estratégias de reconstrução e transição de conhecimento, que nem sempre são bem aceitos pelos professores e demais profissionais ligados à educação, dessa forma, o OE busca constantemente alternativas para resolução de problemas e conflitos, de disciplina, de enquadramento de alunos com dificuldades de aprendizagem e momentâneas.

Conceição (2010, p. 69) nos informa que:

A contextualização dos conhecimentos escolares possibilita ao jovem o acesso à compreensão desse campo, podendo orientar-lhe a ação, dentro dos parâmetros pactuados historicamente, com base na percepção prática de que a realidade brasileira necessária de cidadãos e não de expectadores.

O OE precisa estar preocupado com o desenvolvimento integral e harmonioso

dos alunos, professores, funcionários e até mesmo, das famílias e da comunidade, usando de estratégias de planejamento, inspeção, supervisão e orientação voltados para a formação do educando, porém não esquecendo que olhar o aluno como participante do processo de construção educacional. Sem a promoção dessa necessidade o OE não terá subsídios para melhorar o processo de ensino e aprendizagem do educando e nem poderá promover ações com práticas educacionais efetivas e contextualizadas a seus professores e alunos.

As políticas educacionais atuais têm se articulado com as demais políticas públicas em que, conforme o Sistema Nacional de Educação: "... propõe serviços de apoio e orientação aos estudantes – com o fortalecimento de políticas intersetoriais de saúde, assistência e outros, para que, de forma articulada, assegurem à comunidade escolar, direitos e serviços da rede de proteção" (Documento final da Conferência Nacional de Educação – CONAE, 2010, p.26).

A intersectorialidade, que faz parte da atuação do OE, pode ser entendida como uma estratégia de implementação da educação e ainda precisa ser muito debatida no Brasil por ser desafiadora e complexa. Seria necessária uma análise histórica e um alinhamento com as tendências pedagógicas que moldaram os modelos de ensino atuais ao longo desse caminho.

Nota-se que existem limites nas formas tradicionais de se operacionalizar as políticas públicas e que elas estão ausentes na integralidade e na intersectorialidade que deveria existir na atenção e no conjunto dos direitos sociais à população e, especialmente, aos alunos. A questão social ultrapassa o espaço escolar, assim, é necessária a promoção do debate para a construção de estratégias e enfrentamento às questões sociais.

A intersectorialidade se apresenta como uma questão ampla, que necessita de uma série de mudanças, buscando-se um objeto que seja comum a todas as políticas e uma institucionalidade nova (Pereira, 2012). Dessa forma, a intersectorialidade torna-se a viabilidade dos direitos, quando ultrapassa os limites do que é específico de cada política, tentando alcançar um modelo de educação completo, mais aberto a estudantes e profissionais da educação, promovendo uma maior articulação de ações, práticas e saberes, enfrentando as desigualdades e assegurando os direitos dos cidadãos.

Cabe ao OE promover essa discussão e conscientização na promoção da saúde e da educação de forma integral ao educando.

TEMA 2 – Formação

Quando se pensa na formação pedagógica em nível universitário, na contemporaneidade, entende-se que essa formação vai além, de simplesmente ir para uma sala de aula e ensinar um determinado conteúdo, pois conforme Freire (2006): *“Ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para a sua produção ou sua construção.”* (FREIRE, 2006, p.25)

Dessa forma, o conhecimento é um produto de interação entre o sujeito e o objeto, além do que, o processo de conhecer é essencialmente ativo. A educação do ensino superior deve provocar mudanças, criticidade e construção e não ser reduzida a uma simples reprodutora de conteúdo. Mesmo acontecendo no ensino superior, a formação do professor, nos dias atuais, está sujeita ao que Demo (2004) chamou de velharia decadente, pois a grande maioria dos professores apenas dão aulas copiadas, além de as repassarem como cópias, que são recebidas pelo aluno como cópia da cópia.

A formação das OEs entrevistadas também passou por mudanças, pois para se tornarem Orientadoras educacionais precisaram, antes, ser professoras.

Conforme o exposto, o OE precisa ser formado em pedagogia, com habilitação em orientação educacional, ou ter pós-graduação que seja equivalente.

Conforme a pesquisa bibliográfica realizada sobre a história da orientação educacional, este profissional sofreu diversas mudanças com relação às exigências para sua atuação, onde, inicialmente, ele era um profissional da educação com um curso específico, mais tarde era um psicólogo, hoje, a grande maioria deles é pedagogo.

Na prefeitura de Santos poucos são os OEs que possuem outra graduação, pelo menos por uma estimativa de pesquisa, são aquelas que já atuaram como professoras no fundamental II.

Dentre as entrevistadas, a formadora das OEs é graduada em letras:

Fiz letras, pois amava inglês e havia feito um curso de inglês no CCBU, por isso resolvi fazer letras. (OE 1)

... depois eu fiz a pedagogia. Com gestão...eu tenho até a supervisão... (OE 6)

A formadora das OEs da prefeitura de Santos acredita que a formação adequada para uma OE seja a pedagogia, pois o pedagogo tem uma maior noção do trabalho coletivo, tão necessário nas escolas:

Pedagogo. Com toda certeza porque o psicólogo depende da formação a linha é totalmente outra, a maior parte das nossas graduações é clínica, é bem individual a questão da escola é totalmente coletiva é um outro saber. Se você fizer pedagogia e psicologia, ok. Mas eu percebo, talvez o psicólogo conseguindo fazer administração de conflitos num outro nível, mas sem a visão coletiva que o pedagogo necessariamente tem construída na formação dele. (FORMADORA)

Quanto as OES, observou-se que todas possuem a habilitação exigida por lei para exercer a função e três delas possuem outra licenciatura, por atuarem nos níveis de ensino fundamental II, médio e educação infantil como professora de educação física.

Essa análise embasa o que foi pesquisado sobre a formação das OEs, pois mesmo três delas tendo estudado outras graduações, tem-se o ponto em comum de todas terem cursado o curso de pedagogia, que é uma exigência legal - LDB nº 9394/96 - para os cargos de administração, coordenação, orientação e supervisão.

Os outros especialistas em geral, pode ter a visão humana deles, mas não foram preparados. A maior parte das graduações nas diversas áreas do conhecimento não passam por profundidade de saber pedagógico, nem fazer planejamento, nem avaliação, nem consegue processos pedagógicos. Ele é muito bom em física, química, matemática, isso é uma exceção. Exceção dos profissionais que hoje estão percebendo que precisam do saber pedagógico, embora isso seja muito falado a maior parte da graduação não arrumou isso a gente tem um famoso três-em-um ainda né. Isso é um problema. (FORMADORA)

Vale ressaltar, que conforme a fundamentação teórica estudada para essa pesquisa, a formação inicial das OEs, seja ela em Pedagogia ou outra Licenciatura

não prepara efetivamente esse profissional para sua atuação nessa função. Suas diferentes atribuições, as demandas que precisa dar conta e cuidar, as multitarefas a serem realizadas exigem delas uma formação em serviço mais sistêmica e pontual.

A formadora das OEs das escolas municipais de Santos entende que essa formação é necessária e importante, baseada em sua fala com relação ao início das formações:

Quando eu cheguei nesse grupo, para começar a formação, eles não tinham um processo de formação, então primeira coisa que eu percebi foi que eles não tinham um lugar que eles pudessem falar do dia a dia deles, eles não tinham alguém que eles achassem que escutava o dia a dia deles e vamos pensar isso aqui juntos... E eles não tinham essa coisa de pertencer, pertencer a um grupo, eu acho que foi a primeira coisa que eu pensei, criar um grupo. Especificamente, eles são desse grupo, eles são todos orientadores, eles podem trocar práticas pedagógicas entre eles, eles podem trazer problemas e buscar soluções e embora não seja orientadora, foi essa a construção que eu fiz com eles, nós já estamos fazendo isso há uns 4 anos, e logo ao final do primeiro ano, uma coisa que eu percebi foi que ao final do primeiro ano, eles já se viam como um grupo, no cotidiano e no principal assim, eles têm um grupo no WhatsApp, é... de começarem a conversar, perceber que tinham os mesmos problemas, podiam ter as mesmas soluções, e como são pessoas que fazem parte das decisões, parte da realidade do aluno, conhecimentos prévios, eu levei isso para a formação dos orientadores, eu não sei o que eu vou dar para vocês, vocês tem que me dizer o que vocês precisam. Nós fizemos essa construção no primeiro momento, “vocês dizem para mim quais são as demandas, a gente vai organizar a formação a partir das demandas de vocês”, como é na escola, como é a relação com a equipe...

Eles não tinham nenhum tipo de formação em serviço, portanto, sentiam-se fora do contexto. Não se sentiam parte da Gestão escolar e nem eram professoras, assim, estavam sem apoio, sem ajuda, sem parceiros de trabalho. Ao receberem uma formação por parte de alguém que as ouvia e promovia estudos baseados em suas necessidades do dia a dia, entenderam que faziam parte de um grupo de profissionais que tinham múltiplas tarefas dentro da escola, mas que podiam trocar experiências e práticas bem-sucedidas para o aprimoramento da função.

Quando se fala em formação em serviço, as OEs recebem apenas uma formação de oito encontros anuais, onde são discutidos assuntos gerais, relacionados à sua atuação e seu trabalho nas escolas.

Como já se discutiu nesse trabalho, antes de serem OEs elas foram professoras e quando exerciam esta função a formação que recebiam já era insuficiente diante da demanda de alunos com particularidades, dificuldades de aprendizagem e necessidades especiais. A formação para receber e saber lidar com esses alunos é feita apenas pelas OEs e os coordenadores pedagógicos, mas em reuniões semanais de uma hora, que também servem para assuntos de ordem geral da escola.

Eu e a coordenadora que pensamos nas reuniões de HTPC, que são semanais e servem para passar os informes da secretaria de educação, elaborar as festas e quando sobre tempo trazemos algumas pessoas de fora para tratar de algum assunto que elas estejam com dificuldade. (OE4)

Com o coordenador pensamos nas reuniões para as professoras, pois elas ganham para participar. Sempre trazemos algum texto para leitura e reflexão, textos sobre inclusão, didática, para ajuda-las. E claro, passamos as informações da secretaria de educação. (OE6)

Com uma formação deficitária e sem seriedade como podem assumir um cargo de OE, onde serão responsáveis por esses alunos que, quando eram professoras, não sabiam lidar?

A formação em serviço do OE é essencial para ajudar nas demandas escolares, principalmente naquelas em que necessitam da colaboração de outros setores da prefeitura, conforme a fala da formadora:

O trabalho hoje com os orientadores tem uma parceria com a antiga SEAS Secretaria de Assistência Social, que hoje é a SEDS Secretaria de Desenvolvimento Social. Eu comecei essa parceria, porque algumas psicólogas queriam conversar com os orientadores, por conta dos conflitos que aconteciam na escola nos vários níveis, nas várias faixas etárias, inclusive com meninos que cumprem medidas socioeducativas. E assim, essas psicólogas de outra secretária chegaram na minha formação. E aí eu entendi que com as psicólogas era muito mais fácil, porque elas davam conta tecnicamente de algumas áreas que eu não dava né. Fiz uma proposta para duas delas, “olha, que tal a gente fazer isso aqui junto, muito melhor”. Elas toparam e no segundo ano de formação, a gente fez praticamente metade da formação pautada justiça restaurativa, e entender a disciplina justiça restaurativa, entender intermediação de conflitos. Então, eu ia pra reunião com duas psicólogas de outra secretária e aí a gente começou a trabalhar inclusive casos práticos que acontecia nas escolas “como é que a gente faz esse processo de mediação de conflitos sendo o orientador”.

Essa intersectorialidade pode ser importantíssima às OEs, pois elas buscam nesses outros departamentos mecanismos de ajuda a seus alunos e suas famílias, além de novos conhecimentos a serem usados dentro das escolas, na promoção de benefícios e bem-estar social aos educandos e suas famílias.

TEMA 3 – O trabalho do OE

O trabalho do OE é grande, complexo e árduo, pois o que o Regimento escolar das escolas municipais de Santos determina, de forma tão ampla, não chega perto do que realmente elas conseguem fazer, como sugerem os depoimentos.

Conforme os relatos é um trabalho cercado de emoção e envolvimento pessoal. Das seis entrevistadas, uma delas teve um envolvimento emocional tão grande que adotou o filho de uma aluna adolescente que não tinha condições de cuidar da criança, como se lê no depoimento da OE2 citado abaixo:

Fiquei afastada 15 dias e depois eu voltei. Aos poucos eu consegui me blindar e superar, pois é muito difícil. No ano retrasado, em dezembro, uma mãe veio conversar comigo sobre o filho. Ela estava com câncer, temos muitos casos de câncer nas famílias, e ela pediu para que eu cuidasse do filho dela. Isso era em dezembro e em janeiro ela fez a passagem. Eu me senti responsável pelo menino e ele continua sendo nosso aluno. Sempre converso com ele, vejo como ele está pegando no pé... olha, estuda, não vai repetir de ano de novo, você é inteligente... me sinto assim com muitos alunos, as necessidades são muitas das famílias. Encaminho pais para cursos de qualificação profissional, para arrumar um emprego, os alunos mais velhos para o programa Jovem Aprendiz. Muitos moram em outras cidades e dão um endereço falso, só para estudar em Santos, pois acham que é melhor, aí quando começam a faltar, não conseguimos encontrar, o conselho tutelar também não consegue, é um problema. (OE 1)

Tive uma aluna que ficou grávida, ela era bem desmiolada, então adotei a bebê dela, hoje com 17 anos, minha preciosidade. Ela sabe que é filha adotiva, conhece a mãe, que ainda hoje oriento para que ande no caminho correto, muito difícil, mas vamos tentando. (OE2)

Da afetividade e o acolhimento, porque assim o OE ele é diferenciado, porque para ser OE não é qualquer um, não dá para ser qualquer um. Primeiro você tem que ser acolhedor, você tem que ouvir. E não são todos que conseguem fazer isso.

E o lidar com as famílias. Hoje eu vejo aqui na minha turma a gente tem muitos problemas, muitos.... Principalmente em relação a drogas e o nosso bairro infelizmente, não é que é envolvido, mas nós temos no nosso entorno e saber lidar com as famílias novas, porque hoje a gente tem casais totalmente diferenciados né, mãe mulher com

mulher, homem com homem e é todo esse mundo lá fora aqui dentro né...

E tratá-los com muito amor, é amor mesmo quando eles vêm aqui e não sabe o que vão fazer, de você pelo menos dá um Norte para eles, por que o OE acaba dando um Norte.

Ajudando a ver até a busca da saúde, porque a gente tem um OS em Santos que é o programa de saúde das escolas. Então a gente tem uma articuladora onde eu vou geralmente pedir socorro, que você que as vezes tem criança que precisa de um laudo e a gente não sabe o que faz aí articuladora dá uma força para nós, dos encaminhamentos. (OE 3)

Fico sempre de olho nos bebês e nas suas famílias. Outro dia veio uma mãe aqui faminta, dei alimento à ela, mas ela estava muito agitada, achei que tinha algo estranho com ela. Quando ela se acalmou chamei-a na minha sala para conversarmos e perguntei se ela precisava de alguma ajuda e para minha surpresa ela disse: Eu preciso largar as drogas. Fiquei assustada, mas me contive e procurei ajuda para ela. Hoje ela está bem melhor. (OE4)

É muito importante termos afetividade no nosso dia a dia. Me preocupo demais com os alunos, fico de olho mesmo e se precisar chamo o Conselho tutelar para cuidar dos casos de maus tratos. Ligo para as casas dos alunos que estão faltando. (OE5)

A formadora das OEs da prefeitura de Santos também as vê muito envolvidas emocionalmente com o trabalho nas escolas e procura criar nelas uma consciência de se ter qualidade de vida no trabalho, não assumindo para elas funções que não são suas e não ultrapassando o limite do que realmente gosta de fazer:

Eu conversei muito com uma outra que chorava toda reunião, “assim não dá pra você continuar”. “Pra ajudar os outros, a gente tem que estar bem, pega licença, acha o teu equilíbrio” aí falei com ela na semana passada, essa que eu falei pra ela entrar de licença, e ela estava sorridente eu falei “nossa, que ótimo, você está super bem” “eu segui seu conselho, eu fiquei de licença, orientação não é pra mim, eu não consigo”. (FORMADORA)

Nota-se nessa fala da formadora que ela não assume, efetivamente, seu papel de formadora, pois deveria incluir o questionamento, o debate sobre a função e suas dificuldades. Ela atua para a adaptação das OEs às condições como elas se apresentam sem reflexões, discussões ou redirecionamentos. O que também não fica explícito em sua fala são suas próprias angústias diante dessa situação, pois ela se preocupa com o choro da OE, pede que se afaste para se cuidar, mas

não cita como vê essa profissional na sua prática, preocupa-se apenas em ela ficar bem para poder ajudar aos outros, no caso, os alunos, assim, a preocupação efetiva é com uma profissional que não estará apta para desenvolver sua função, trazendo prejuízo para a Prefeitura de Santos.

Elas nem mesmo podem frequentar as reuniões de formação todos os meses, pois por causa da greve que participaram no ano passado, existe uma defasagem de profissionais atuando nas escolas, e mesmo a formadora participando da greve com elas, não tem força para solicitar a presença de todas as OEs nas reuniões de formação.

Hoje nós temos uma situação específica, a gente teve uma greve... elas eram convocadas, depois da greve para não complicar um pouco mais as relações de poder que já estavam complicadas. Não comigo, mas a estrutura delas com a Secretaria da Educação, eu fiz greve junto com elas. Isso é um grande diferencial está na rua com a greve, eu falei “sou professora como vocês, tenho histórico, vou ficar na rua com vocês” acho que esse foi um diferencial “está junto com a gente na luta” a gente passou a não convocar e convidar. E o convite nem sempre elas podem vir, porque elas têm o cotidiano, os professores também em função da greve pioraram muito, tem muita continência de professor, eles precisam ir pras escolas suprir professor e elas igualmente. Então, as vezes elas dão valor a formação, mas não conseguem vir. Elas são convidadas e eu procuro na organização da reunião, desde a hora que a gente constrói o que vai ser trabalhado no ano, até a forma de avaliação, fazer junto com elas. Nunca começo o ano com pauta totalmente fechada, porque eu não acredito nisso. Ela tem que me dizer o que elas querem estudar, e eu mantenho sempre numa flexibilidade bem grande. Com uma proposta construímos, se no meio tiver que desconstruir, não tem nenhum problema.

Ela poderia refletir com as OEs sobre outras possibilidades nesta e em outras situações. Solicitar à Secretaria Municipal de Educação uma formação anterior à ocupação do cargo de OE nas escolas, para que elas estivessem mais bem preparadas e inteiradas do que efetivamente irão fazer dentro das instituições. Outra reivindicação da formadora poderia ser um apoio psicológico às OEs, que se envolvem com tantos problemas sociais, físicos e familiares dos alunos, chegando a um envolvimento preocupante e perigoso, pois acabam adotando os filhos não desejados das alunas, ajudam financeiramente as famílias, promovem “vaquinhas” solidárias, buscam por emprego e capacitação profissional aos pais, dentre outros já citados nos depoimentos.

Outra necessidade que as OEs têm e a formadora não explicitou preocupação é com a carga horária que as mesmas desenvolvem, 8 horas, onde são modificados os horários a cada dia, para que elas possam atuar em todos os horários das unidades. Isso poderia ser resolvido com mais OEs em cada escola, podendo até mesmo, serem divididas em uma OE para cada turno escolar, minimizando essa troca diária de horários e o stress de atender a todos os alunos da unidade escolar.

Em sua fala a formadora demonstrou ter facilidade em conseguir ajuda de outras secretarias, pois uma delas ajudou em uma de suas formações, com essa facilidade, ela poderia ajudar as OEs na busca de profissionais específicos para seus alunos com alguma dificuldade de aprendizagem ou portadores de síndromes, pois os alunos de inclusão precisam desse atendimento com rapidez e constância, além de serem necessários à escola para a procura de uma melhor metodologia de ensino a esses alunos. A formadora poderia ser essa ponte entre elas, a prefeitura e as demais secretarias, buscando a criação de um setor intersecretorial ligado à educação, onde num mesmo lugar, diversos profissionais, ligados a outras secretarias poderiam atender aos alunos de forma mais rápida e eficaz.

Eu acho que as dificuldades são totalmente interligadas. Eu acho que a gente, hoje tem uma falta de estrutura geral nas escolas, desde a infra mais básica até o salário das pessoas, porque é tudo conectado. E isso mexe com a esperança das pessoas, e a hora que mexe com a esperança e motivação tudo desanda. Se eu fosse, não serei nunca, mas se eu fosse secretária de Educação, eu começava a arrumar o que é essencial nas escolas, o tangível para alcançar o intangível. Mexia no salário das pessoas, com certeza, faria as pessoas trabalharem menos para poder se dedicar mais. E aí construía níveis elevados de "isso vai dar certo". Mas eu nunca vou ser secretária da Educação.

A melhoria nas condições de trabalho, um salário mais justo, que também é uma necessidade das OEs é citado pela formadora, o que corrobora com a observação feita acima que é importante se rever o horário de trabalho das OEs, seus salários, sua formação antes de assumir o cargo, sua formação em serviço para que elas possam efetivamente desempenhar suas funções com eficiência e tranquilidade.

Na Prefeitura de Santos não é diferente, conforme exposto no capítulo 3, pois o OE precisa dar conta dos alunos e suas demandas, sendo elas sociais, emocionais,

intelectuais, físicas e psicológicas, além de cuidar também dos funcionários da escola em que atua. Ele trabalha ora ligado ao coordenador pedagógico, ora ligado ao assistente de direção, além de ser membro da equipe gestora da escola.

Seu trabalho no dia a dia é recheado de múltiplas tarefas, conforme a fala das OEs:

Então, acho que de tudo um pouco. Agora que você tá me vendo no processo do bolsa família que assim você tem que ver todas as faltas dos dois meses. Então eu estou no processo, que assim eu estou vendo o junho e julho e tem que fazer toda aquela contabilidade, porcentagem. Tem aluno que acaba dando uma fugida aqui, aí o que que eu faço, primeiro eu vou atrás do caso pra não prejudicar o aluno, pra conversar. Então, Bolsa Família, conversar com aluno, orientar, ver minhas inclusões, assistir as minhas inclusões, fazer um trabalho com a professora do AE que é a sala de recursos, que eu estou sempre junto da minha inclusão, não tem como deixar e junto num movimento escolar. Então, geralmente eu faço parte do recreio, todo dia eu estou na porta da escola participando da acolhida, o término, a saída quando eu estou aqui na saída eu faço questão que os pais me veem, quando tem algum problema já me pegam ali, isso é muito importante porque não deixa o problema crescer. É o lema da nossa equipe “não deixe o problema crescer”. Porque às vezes o que é muito pequenininho você resolve ali mesmo, não fica tomando aquela proporção sabe. Então, a gente evita isso.(OE1)

Ai, são muitas tarefas para serem feitas, muita burocracia, cuidado dos alunos com Bolsa Família, preciso fazer o relatório da frequência, encaminho as dificuldades de aprendizagem para os psicólogos, fonoaudiólogos, psiquiatras, neurologistas da rede, o que dá muito trabalho, pois eles nunca têm vaga. Oriento as professoras como lidar com esses alunos de inclusão, falo com os pais e estou sempre na porta, acho que os pais sentem mais segurança. (OE2)

Estou sempre junto do professor, não me distancio nunca deles. É relatório para fazer eu tenho três relatórios para fazer que compete ao OE. É a (inteligível) web que às vezes me deixa maluca, porque às vezes o aluno começa a faltar aí você informa o Conselho Tutelar e o cara volta. Então, isso deixa a gente um pouco desorientada, mas já peguei a manha, faltou eu vou ligando “mãe que está acontecendo” “não, tá doente” aí eu já acalmo a professora e fica mais tranquilo. (OE3)

O programa de saúde na escola é uma parte que envolve OE a gente está sempre junto nas formações. Eu tenho agora dia 3 uma formação que eles vão falar sobre a importância da vacina formação, então essa formação é junto aos pais. Trimestre passado eu fiz reunião, várias reuniões com os pais de primeiro ano, pra gente falar sobre essa parte... Como é que vou dizer pra você “deixe seu filho crescer” porque o que acontece, o professor do primeiro ano começa impor algumas condições que vem da educação infantil, mas assim aquela parte mais tranquila do pedagógico aí chega aqui “mas a professora é muito brava” “olha, não é isso... é isso”. Então, a gente fez reuniões para

fazer com que os pais percebam que seus filhos precisam crescer, “deixe seu filho crescer”. (OE5)

Estas multitarefas foram citadas no capítulo 1, quando se trata da formação do OE. A divisão do trabalho, observando o que realmente é mais importante deve ser feita.

O tempo do trabalho começa na escola. É nela que a criança vai aprender a organizar seu tempo, fazendo a divisão das atividades de lazer e de trabalho, sem esquecer que na escola existem trabalhadores que também são dominados pelo tempo desenvolvido em trabalho, que muitas vezes, ultrapassa os muros escolares, uma vez que o professor leva trabalho para casa, fazendo o que Thompson (1998) chamava de tempo do trabalho ligado à vida, com a intenção de direcionar a vida do trabalhador.

O OE precisa saber adequar suas tarefas ao seu tempo de trabalho, não fazendo aquilo que é superficial e sem importância. O empregador manipula seus funcionários, no caso a Prefeitura de Santos, que não fixa um lugar para o OE trabalhar, mudando sua sede conforme a necessidade das escolas.

Essa mudança é tanta que das seis entrevistadas três já mudaram de escolas, pois ao retornar nas escolas para pesquisar os PPPs, fui informada que as OEs já haviam mudado de escolas por não serem efetivas nos cargos.

Todas as nossas equipes precisavam passar por os cursos de gestão de pessoas. Muitas escolas a gente tem a equipe, tem que aceitar a equipe, por que estão fazendo a gestão do negócio. Daria cursos de formação específicos, contínuos de gestão de pessoas, de mediação de conflitos, em muitas escolas.

Tem que construir essa articulação das equipes que está desarticulada. A visão que as pessoas têm hoje ela tá um pouco equivocada, porque a gente divide o administrativo e o pedagógico a gente pode até dar uma certa divisão, mas eles estão sempre interligados. O administrativo é pedagógico, pedagógico tem uma função administrativa. Eu não consigo conceber essa divisão, essa divisão está superada essa divisão ela é “taylorista” ela é um modelo de massa. A gente tem que superar essa visão, isso passa pela formação agente forma os alunos de outra de outra maneira, dizendo outra coisa todo mundo tem que entender da roda toda. A geração tem que ir mudando, tem pessoa aqui que não tem outro jeito, tem que ir embora, porque não vai mudar.

Equipes de gestão desunidas, conforme relatos anteriores das OEs trazem um trabalho mais solitário dessa profissional. A formadora também traz uma questão importante a ser analisada, que é a formação dessa equipe gestora, principalmente quando ela separa o administrativo do pedagógico. A OE participa das duas, pois cuida do pedagógico junto aos professores, mas também do administrativo, pois se preocupa com a capacitação dos funcionários da escola, juntamente com o assistente de direção. Mais um ponto de conflitos constantes e preocupação num dia em que as horas trabalhadas não dão conta das diversas tarefas a serem cumpridas.

As famílias também são manipuladas com relação ao tempo, pois o trabalho é o mais importante que tudo e a escola precisa cuidar de seus filhos pelo maior tempo possível, pois o trabalhador é controlado o tempo todo, sendo cuidado até mesmo dos dias em que estava de folga. (THOMPSON, 1998)

O trabalho que o OE desenvolve nas escolas está diretamente ligado a esse tempo escolar e o tempo que as famílias precisam para manterem seus filhos em segurança enquanto trabalham. É a OE quem vai tentar minimizar as carências deixadas pelas famílias junto aos alunos, buscando criar um ambiente mais acolhedor e satisfatório de aprendizagem e atenção.

Cabe ao OE buscar um melhor manejo do seu tempo em trabalho, refletindo sobre esse tempo de forma efetiva, buscando parcerias com os demais membros da equipe gestora para que essa prática não seja solitária, mas colaborativa. O OE acaba manipulando esse tempo das famílias ao se envolver com os problemas particulares de cada uma delas, sem pensar no seu tempo de lazer, pois conforme depoimentos acima citados, elas se preocupam com os alunos até mesmo nos finais de semana, pois os que sofrem maus tratos ficam desamparados nesses períodos.

Temos um aluno aqui que apanhava violentamente da mãe. Ele só tinha 7 anos e vinha todo marcado. Ligava para o Conselho Tutelar, eles iam na casa dele e a mãe dizia que ela era doente, por isso batia sem querer. Eles não faziam nada. Tive que ficar, uma vez, o final de semana inteiro ligando para a Conselheira Tutelar, pois a irmã do aluno me ligou avisando que ele estava apanhando. Não sosseguei enquanto eles não retirassem o menino da casa dele e o abrigasse. Hoje ele vive no abrigo, feliz, e sua irmã fugiu para o abrigo, pois ela começou a apanhar com a ausência dele. (OE4)

A preocupação com o desperdício do tempo que começou nas fábricas que começavam a produzir em grande escala, demonstra que o tempo e o trabalho estavam ligados pelo elo do desperdício desse tempo, o que poderia gerar prejuízo. Quando se tinha o Sistema de Trabalho em Domicílio (*Putting-out system*), isso não era visto dessa maneira. A ligação da dominação com a religião faz com que muitos considerem isso uma artimanha diabólica pela sociedade industrial em formação. Criou-se um mecanismo de sincronizar o tempo com as tarefas diárias para que a produtividade dos funcionários continuasse a mesma ou aumentasse. Diziam que o Juízo Final não aceitava a ociosidade de todos os trabalhadores. (THOMPSON, 1998)

Seria esse trabalho um desperdício de tempo? Com certeza não, mas a função dominou a vida dessa OE, que trabalhou até mesmo em seu dia de folga para resolver uma questão familiar de um aluno. Os OEs não dominam seu tempo de trabalho, uma vez que não dominam nem mesmo, seus afazeres, seu horário de entrada e saída e as parcerias necessárias ao seu trabalho.

Talvez a parceria com o coordenador pedagógico seja a parceria mais tranquila e harmoniosa que existe entre os membros da equipe gestora, conforme relatos das entrevistadas:

A parceria é tranquila. Combinamos muitas coisas e sempre estamos conversando.

Todas as vezes que tenho um problema ou dificuldade converso com ela, mas o meu trabalho é diferente, pois eu trabalho com o pedagógico e com o comportamental, além das inclusões, onde também oriento as mediadoras e ajudo os professores orientando sobre como deve ser o trabalho com essas crianças, mas sem dúvida, nosso trabalho é integrado e precisa ser assim. (OE 1)

É que eu estou sempre muito junto da coordenadora, porque a coordenadora vai tratar com o professor, eu aí que eu falo né a OE vai tratar pais, alunos e professor.

Então, ela até fala para mim “eu não queria o seu papel” porque ela se direciona geralmente só para o professor. E eu não, eu vou me direcionar ao professor, ao aluno, aos pais.

A coordenadora, geralmente a gente senta juntas né. Então, são coisas que vão acontecer, são programações, por exemplo tem uma aqui que é da semana do dia dos Pais, que já deu um problema total, porque um grupo queria, e o outro grupo não queria, só que assim aí a gente fechou em fazer alguma coisa de não deixar passar em branco “porque a maioria aqui não tem pai não” só que tem a minoria que tem, então temos que ver essa minoria. E isso é muito preocupante e os

homens estão mais participantes hoje em dia, eles estão mais dentro da escola. Então assim, o porquê não fazer pelo menos lá uma animação, por que não fazer pelo menos uma música.

Então, tudo isso é resolvido nessas reuniões, quando a gente consegue, a gente sempre passa textos, coisas que estão acontecendo para que elas fiquem atentas. Então, a gente procura... é que assim tem sido muito atribulado, mas quando dá a gente sempre passa alguma coisa de estudo também. (OE 3)

Então, também tenho dito pra elas, que elas tem que equilibrar essa função de gestão e estou pedindo, na verdade para focar, em prioridades na formação, porque não dá também para você querer fazer tudo, se você já está com muito problema. Na minha cabeça o foco mesmo é a relação professor-aluno e os alunos. Têm que estar claro, porque se isso também não tiver bom, você não consegue construir com os outros né. E o assistente de direção tem que cuidar funcionários senão acaba ficando tudo na orientadora e o assistente de direção não vai cuidar da parte pedagógica.

Chamar a equipe “vamos entender aqui...”. fazer junto, tudo bem. Mas senão sempre fica um peso maior da mão delas. (FORMADORA)

O trabalho das OEs das escolas da prefeitura de Santos é desgastante, pois no dia a dia elas assumem papéis e tarefas que não são suas, mas são solicitadas a elas pela equipe gestora, os pais, os alunos, os professores e até mesmo os funcionários das escolas:

Elas não conseguem por causa do dia a dia. Toda formação começa com a leitura do regimento, toda vez que eu converso com elas, todo ano eu coloco lá de volta, é isso aqui que a gente tem que fazer... se a gente não concorda, a gente tem que mudar. Elas conhecem bem aquilo, mas eu acho que os desafios do dia a dia são imensos né. Ali inclusive está explícito que elas compõem a equipe pedagógica com o coordenador. (FORMADORA)

O trabalho das OEs, como já se falou acima, desgastante e burocrático. Cuida dos alunos, suas necessidades, a melhor maneira de adaptá-lo à escola, com metodologias de ensino que sejam adequadas às suas necessidades, orientam os pais quanto ao comportamento de seus filhos, quais os melhores profissionais para atendê-los, no caso das dificuldades de aprendizagem e inclusões, buscam por esses profissionais, até marcando horários para a família, cuidam para que os professores sejam preparados para receber os alunos de inclusão com material e estudos individualizados e ainda cuidam da indisciplina, da formação e integração dos funcionários e toma decisões junto à equipe gestora.

Muitas vezes o professor procura o Orientador Educacional para reclamar do aluno, não com o intuito de buscar ajuda e identificar possíveis problemas, mas sim de exigir que o orientador aplique uma sanção ao estudante “indisciplinado”, ou esperando que o OE resolva sozinho o problema. Muitos alunos indisciplinados precisam de atenção, estão passando por violência fora da escola e é o OE quem vai acolhê-lo, buscando, até mesmo ajuda e proteção à esta criança.

Prevenir a indisciplina de fato é uma das atribuições do OE, mas uma vez instalada na sala de aula, é importante que o orientador atue quando o professor não consegue resolver a situação. O que não se pode esquecer é que o professor é autoridade em sala de aula e a ajuda do orientador deve ser solicitada apenas quando necessária (quando sozinho o professor não consegue resolver o problema); essa ajuda, é bom lembrar ainda, deve ter sentido pedagógico, ou seja, a função do orientador não é a de controlar ou punir.

Batalloso (2011) afirma que todos os profissionais da educação sabem, por experiência própria, que por trás de um estudante inadaptado, ou de uma conduta rebelde contrária às normas de convivência social, ou na base de qualquer atraso escolar, encontra-se quase sempre uma família desestruturada ou com insuficientes meios para satisfazer suas necessidades vitais. A droga, o desemprego, a pobreza, a marginalidade, o desafeto, a violência, a superproteção, são problemas que sempre escapam do nosso controle, contudo, são fortemente determinantes do desenvolvimento pessoal dos estudantes. Ter esse olhar atento e cuidadoso é também uma função do OE.

Pensar na relação professor-aluno e escola-professor faz repensar a relação aluno-professor-escola que a com mudanças de metodologia eficazes pode levar o aluno a uma aprendizagem efetiva e ainda mostrar seus diferenciais, num mercado tão competitivo, revelando as verdadeiras competências e habilidades que devem existir nos professores e nos demais profissionais da educação. As OEs possuem esse olhar e tentam transmiti-lo aos professores de suas unidades escolares.

Dessa forma também, sabe-se que, por trás de um professor autoritário, de um psicopedagogo sabe-tudo, de um professor burocrata, de orientador legalista, de um professor isolado ou de um orientador individualista, esconde-se uma pessoa sem esperança suficiente e, sobretudo, sem suficiente autoestima profissional para contagiar e transmitir a paixão por crescer e por aprender e, o que é pior: pode se

esconder também uma pessoa que sofre de estresse ou de ansiedade, como consequência do esforço pessoal e psicológico tão grandioso que é o ofício cada vez mais exige. (BATALLOSO, 2011)

É claro que o trabalho do OE vai além do que está descrito na lei municipal e nas demais leis que regem a educação nacional, mas é necessária uma maior reflexão sobre a prática dos OEs, para que eles possam definir sua identidade profissional e não fiquem apenas “apagando incêndios”, como se refere a formadora.

TEMA 4 – Equipe Gestora e o OE

O grande desafio atualmente dos gestores é redirecionar sua forma de administrar seus alunos e professores, transferindo sua ação centralizadora à participativa. Paro (2006), Lück (2006), Demo (2002), Souza (2001), Piletti (1999) e Ferreira (1998). Exercer a capacidade de estabelecer relações interpessoais de parcerias significativas junto aos professores e aos outros envolvidos no processo educativo. No entanto é só através da mudança que os avanços se solidificam, deixando para trás práticas educativas que não condizem com a função primordial: a de educar.

A relação entre o gestor e todos os envolvidos na gestão escolar deve ser marcada por um círculo de confiança, de compromisso, de participação, de diálogo, de democracia, de aconselhamento e de orientação entre outros, mas o que se observa é que na prática do dia a dia, existe um clima de desconfiança, insegurança, descontentamento e omissão, que cruzam todas as relações estabelecidas dentro e fora do universo escolar.

Conforme depoimento das OEs isso fica claro:

Bom, participo de decisões em grupo, pois temos reuniões uma vez por semana, onde decidimos se faremos uma festa específica, uma exposição, por exemplo, depois de conversar com os professores se querem fazer a exposição do folclore, a equipe gestora decide se haverá a festa e quando a faremos. (OE 1)

Somos uma equipe. Dividimos as decisões, um cobre e apoia o outro, até mesmo quando erramos temos o apoio uns dos outros. (OE2)

Sim, **eu acho**. Como já te disse, eu acho que de todas eu atinjo mais né. A gente sempre acha né. Mas não sei, **eu acho** que eu

participo bem, tanto na coordenação, como com a diretora, como assistente, secretaria, professores, com as crianças. Eu acho que eu atuo, eu acho que eu consigo fazer meu papel. Claro que dificuldades a gente tem e problemas sempre encontra pelo caminho.

Mas eu acredito que dentro do contexto com a equipe gestora, elas acham que eu atuo direitinho também. (OE6)

A função do gestor na contemporaneidade, ainda é uma função de controle e fiscalização, mas para que ele consiga um tipo de atuação que faça a diferença, é necessário que se façam mudanças posturais, onde ele entenda que a sua participação no processo de aprendizagem é importante, tanto quanto na administração. O trabalho pedagógico abrange diversas dimensões, como: a filosófica, a sociológica, a psicológica e a política do contexto escolar, assim o trabalho do coordenador, do diretor, do assistente de direção e do orientador na escola pública deve ser:

- De substituir uma hierarquia de autoridade, por uma de competências, de ajuda técnica e de animação de equipes;
- De criação de espaços de negociação por causa dos objetivos do trabalho, da qualidade, da organização e das condições de trabalho, onde as decisões são mistas;
- De dividir as tarefas e as funções, mantendo a coerência entre a escolha dos objetivos, dos métodos, da organização, da execução e do controle. (PARO, 2000, p.37)

A hierarquia de autoridade citada por Paro (2000) é vista em muitas escolas e nas do município de Santos não é diferente. Conforme os depoimentos, ainda existem gestores que não dividem as decisões com sua equipe e muito menos com os demais membros da comunidade escolar.

Liderar, organizar e delegar devem ser palavras presentes no dia a dia do Gestor escolar e sua equipe, onde ele deverá indicar os caminhos a serem seguidos, sendo sensível às necessidades apresentadas pela comunidade escolar, sem esquecer que desenvolver capacidades e talentos é de suma importância. Ser um facilitador é outro adjetivo destinado ao gestor escolar, porque ele deve facilitar o trabalho pedagógico da equipe, para que ela se sinta segura e amparada por uma pessoa que os apoia. As OEs entrevistadas só conseguem esse apoio quando a

equipe está junta a mais tempo, o que nem sempre é possível, pois elas não têm escolas fixas até serem efetivadas no cargo, o que demora muito e pode até nem acontecer.

Criar espaços de negociação são essenciais para o bom trabalho do OE. Espaços abertos para a negociação com os alunos, que precisam ter a liberdade de escolha, tornando-se protagonistas, participando efetivamente de sua aprendizagem dentro e fora da sala de aula. Espaços de negociação com os professores e demais funcionários, pois cada um na sua função podem colaborar para uma maior participação nas decisões que são importantes a todos.

Em decorrência da necessidade de resolução rápida de problemas que o orientador educacional se depara em seu cotidiano, facilmente os profissionais da escola confundem o orientador com um profissional multitarefas.

Dividir as tarefas entre a equipe gestora é importante e pode diminuir esse rótulo que o OE recebe, pois, conforme as entrevistas, realmente elas se sentem e narram essa prática de multitarefas da educação, apagando incêndios constantemente, sem uma ajuda efetiva dos demais membros da equipe gestora e da comunidade escolar.

Segundo GIACAGLIA e PENTEADO (2003, p. 22):

À medida que o Orientador Educacional trabalha em determinada escola, por maior número de anos, sua atuação irá se tornando cada vez mais precisa, valiosa e facilitada, por ter adquirido uma visão mais ampla e profunda dos principais problemas e dificuldades da mesma. Ele terá ainda, desenvolvido maior conhecimento da comunidade, dos alunos, dos pais, dos professores e dos demais funcionários bem como de suas características e anseios. Respeitados os aspectos éticos, esse conhecimento será muito valioso para subsidiar as discussões que terão lugar não só por ocasião do planejamento escolar, como também durante cada ano letivo e nos anos subsequentes e, quando necessário, na tomada de decisões de determinados alunos.

O OE das escolas municipais de Santos também entende que quanto mais tempo a equipe gestora permanece na mesma escola, melhor é o trabalho e mais liberdade de atuação elas têm.

Até mesmo a formadora das OEs acredita nisso:

Isso a gente não consegue fazer hoje, mas uma coisa que ajudaria muito é... as equipes não podem mudar tanto de escola, quanto mudam hoje. As equipes que funcionam melhor, são as equipes que estão num lugar há muito tempo criam pertencimento e vínculo com a comunidade. Então, hoje eu oriento dentro do possível para cada uma, não ficar mudando de escola toda hora, porque até você chegar, até construir relacionamento, até você conseguir falar com as pessoas, conhecer a situação dos alunos, aí você vai para outra escola. Então, evita isso fica na mesma escola se der, constrói a relação ali com aquela comunidade, dentro e fora. Isso facilita demais do trabalho, demais, demais, faz o trabalho andar muito. Começaria por aí menos troca de cadeiras. (FORMADORA)

A diretora não é muito de dividir as responsabilidades ela não delega.

Com a assistente de direção tenho reuniões semanais, pois eu também sou responsável de cuidar dos funcionários, o orientador também é responsável em resolver os conflitos com os funcionários, os problemas, e fazemos uma reunião semanal com todos os funcionários para resolver os problemas que aparecem e orientar no trabalho da escola. Às vezes o pessoal da cozinha briga e eu vou lá apaziguar, tentar resolver, fazer com que elas voltem a conversar, resolvam o problema e quando não tem mais jeito eu levo o caso para a diretora, colocando a pessoa à disposição, para que seja transferida para outra escola. (OE 1)

Aqui fazemos tudo em união, também já são muitos anos juntos: eu o coordenador, a diretora e a assistente de direção, tanto que em dezembro de 2019 pretendemos nos aposentar juntos, eu a diretora e o coordenador, nossa, fico emocionada só de pensar. Mas tomamos todas as decisões em conjunto, somos uma equipe mesmo. (OE2)

Eu acho que sou... Eu acho que eu agrego bastante, porque aí eu tenho que trazer todos os fatos, porque aí minha diretora fala "Rose, fulano e fulano" e eu "assim, então...". Porque o que eu faço é acabar, não é justificando, mas é informando o porquê de determinadas situações. E aí todo mundo fica "coitado" e todo mundo acaba parece que tendo numa outra visão, e isso acho que é extremamente importante. E eu estou sempre junto da minha equipe. Então, a gente sempre resolve as coisas juntos e eu acho que isso é fundamental. (OE 3)

Bom, vou falar baixo, não somos muito unidas não. A diretora fica lá na sala dela, não divide muito as decisões, trabalho mesmo com a coordenadora. (OE4)

Nota-se que quando a equipe gestora está junta há mais tempo as decisões são partilhadas com mais facilidade. Existe muita troca de escolas na Prefeitura de Santos, dessa forma é inviável que uma equipe gestora se torne unida, pois como algumas OEs não são fixas em suas sedes, elas podem mudar a qualquer momento, o que prejudica essa união.

Fazer parte da equipe de Gestão escolar é uma das funções do OE, assim, é importante conhecer como se dá essa gestão e qual a sua importância dentro das escolas. Fazendo leituras sobre o tempo e o trabalho em autores como Gagnebin (1998), Mészáros (2007) e Thompson (1998) considera-se necessário discorrer sobre o tempo e o trabalho na Gestão Escolar, pois é assunto que complementa o tema principal, que é o Orientador Educacional.

Thompson (1998) escreve sobre o tempo e o trabalho, relacionando-os, investigando o significado de tempo para o homem na sociedade ocidental. Seu foco principal seria o período da Revolução Industrial Inglesa, século XVIII, época em que as mudanças políticas, sociais e econômicas estavam em evidência. Esses fatos históricos influenciaram de forma direta toda uma concepção de mundo preexistente nos mais diversos grupos sociais.

Muitas culturas, nos mais diferentes espaços, foram submetidas a resultados frequentes e cada vez mais assustadores de pesquisas pró-desenvolvimentistas realizadas na Europa, que estava ambicionando o progresso técnico, pois a geração de lucros e a afirmação da mais-valia como um sinal marcante da posteridade.

Assim como na escola, uma comunidade que desenvolve seu trabalho num determinado tempo e, muitas vezes, o tempo individual de cada pessoa não é respeitada, pois o sistema exige dela mais rapidez, na maioria das vezes.

Na Gestão Escolar, os profissionais podem gerir de maneira adequada este tempo, respeitando a individualidade de cada membro dessa comunidade e transformando tempo e trabalho em uma relação harmoniosa e saudável.

O termo gestão está ligado à palavra supervisão muitas vezes simboliza domínio, no caso desse artigo, da educação, segundo a perspectiva de Vieira (1993). A resistência quanto à sua aceitação, seria porque se encontra associado a conceitos, utilizados em outros contextos empresariais, como chefia, dirigismo, imposição e autoritarismo.

A tradição de gestão pedagógica, segundo Vieira (1993, p. 60) é: "...de natureza prescritiva e confere ao supervisor o papel dominante na tomada de decisões sobre quem faz o quê, para quê, como, onde e quando."

Vieira (1993), diz que não é dado conhecimento ao professor, do domínio da gestão, restando-lhe a passividade e o total desconhecimento sobre o seu próprio

papel ou o enquadramento conceitual das práticas que deverá seguir, o que se acredita ser ruim. Deve existir uma reflexão conjunta, entre o gestor e o professor sobre formas de concepção, organização e gestão do processo de gestão.

A partir deste princípio, a figura do gestor escolar nasce como aquela pessoa que irá espalhar ideias para que aconteça a transformação, será aquele que vai articular essas ideias junto à comunidade escolar. Trata-se daquele que vai:

Repensar a escola como um espaço democrático de troca e produção de conhecimento que é o grande desafio que os profissionais da educação, especificamente o Gestor Escolar, deverão enfrentar neste novo contexto educacional, pois o Gestor Escolar é o maior articulador deste processo e possui um papel fundamental na organização do processo de democratização escolar. (ALONSO, 1988, p. 11)

O OE é um gestor. Um gestor que tenta administrar seu tempo, para dar conta de todas as demandas que o dia a dia exige. A necessidade de orientar os diferentes profissionais do processo educativo e a rejeição que este sofre por parte destes, é outro conflito que o OE vive. O OE das escolas de Santos está entre o dilema do que o sistema lhe impõe e aquilo que na realidade a escola e a comunidade escolar precisa.

Faz-se necessária uma transformação na sociedade, na escola pública e na prática dos educadores brasileiros. É necessário um resgate da qualidade das relações humanas com a natureza, do mundo do trabalho com as condições sociais, para que assim se possa buscar e realizar um ensino com qualidade, que se aproxime da realidade dos alunos e da necessidade do país.

CONCLUSÃO

Ao se analisar as entrevistas e o material bibliográfico pesquisado para conhecer a formação do OE, nota-se que a trajetória profissional dos OEs das escolas municipais de Santos, anda de acordo com o que foi explanado, inicialmente eram professoras e depois se tornaram orientadoras educacionais.

Passaram pela pedagogia, conforme discutido e estudado no capítulo 1, onde Pinto (2017), Furlan (s/d) e Pimenta et al (2017) demonstram que os cursos de Pedagogia passaram por algumas mudanças, mas ainda não estão adequados para formar professores e gestores, sendo necessário uma maior adequação de conteúdos e disciplinas para que essa formação seja mais completa.

A discussão sobre novas propostas e mudanças ainda está longe de acabar, mas é importante pensar sobre a formação dos professores da educação básica e dos gestores, pois, conforme Tardif (2002, p. 23) diz é importante: “encontrar, nos cursos de formação de professores, uma nova articulação e um novo equilíbrio entre os conhecimentos produzidos pelas universidades ‘a respeito’ do ensino e os saberes desenvolvidos pelos professores ‘em’ suas práticas cotidianas”.

A formação docente é a base da formação do OE, por isso a importância que este trabalho deu a ela. Sendo professores, os OE foram parcamente capacitados para a inclusão de alunos com necessidades especiais, diversidades culturais, famílias de diferentes tipos e realidades econômicas, que podem trazer influências sérias dentro das escolas.

Sendo um pedagogo, o OE é carente de conhecimento técnico-teórico e mesmo tendo uma formação em serviço uma vez ao mês, por oito meses no ano, essa formação ainda é deficiente e inadequada, pois a formadora é limitada em sua atuação. Nem todas as OEs são liberadas para participar dessa formação, uma vez que a demanda das escolas e a falta de professores e funcionários as impedem. Assim, qual é realmente, a formação em serviço das OEs das escolas municipais de Santos?

Fazer a ponte entre o passado, sua trajetória profissional e o presente ajuda, e muito, pois é necessário fazer essa reflexão entre o OE que era docente e o OE hoje, para corrigir possíveis falhas e entender as demandas do dia a dia junto aos docentes de sua unidade escolar, as necessidades desses funcionários, dos alunos, pois elas tiveram a visão de dentro da sala de aula e com certeza, ajudará estando fora dela.

A formação das OEs é um importante ponto de análise, pois quando eram professoras já sofriam com a falta dela, enquanto OEs recebem uma formação com oito encontros anuais, o que é ínfimo diante das necessidades apresentadas por elas.

A história dos OEs no Brasil passa por pontos de grande conflito, pois eram, inicialmente os responsáveis pela formação profissional dos alunos, auxiliavam nas suas escolhas profissionais, mas não se pode desprezar a realidade de que a necessidade de mão de obra qualificada e melhor ajustada às exigências do mercado e da economia, quem trouxe como consequência a criação dos serviços de

aconselhamento e seleção dos trabalhadores, para aumentar a quantidade de produção e controlar ou prevenir conflitos de toda natureza.

O que trouxe a mudança no papel dos OEs foram os questionamentos sobre suas ações, que seria, efetivamente: formar o cidadão crítico, portadores de conhecimentos e dotados de valores éticos.

O trabalho desenvolvido pelo OE é complexo e amplo, pois, conforme analisado, elas atendem diversas demandas, sejam elas pedagógicas, junto aos coordenadores, sociais e emocionais, junto às famílias e aos alunos, relacionais, junto com o assistente de direção ao lidar com os funcionários.

Recebem o apelido de “apaga incêndio” e é dessa forma que se sentem, o que nos faz refletir sobre a desvalorização desse profissional. Eram desvalorizadas pela sociedade enquanto professoras e continuam a ser desvalorizadas pela equipe de gestão, algumas vezes e até mesmo pelos professores.

Sendo atuantes e membros da equipe gestora, sua atuação deveria ser de liderança, mas nem sempre isso é visto, através das entrevistas. Nota-se que se a equipe gestora trabalha junta há muito tempo, o serviço do OE é mais tranquilo e ajustado.

Bataloso (2011) afirma que se a Orientação Educacional tem como objetivo ajudar as pessoas em seu desenvolvimento da forma mais eficaz e melhor possível, terá necessariamente que adotar um enfoque mais social, enfoque em que na atualidade está também mais do que justificado, dadas as mudanças operadas a partir do fenômeno da globalização e do extraordinário desenvolvimento alcançado pelas novas tecnologias da informação e da comunicação.

Os turistas podem ir e vir quando quiserem, mas os vagabundos vão para onde são obrigados, não têm opção. O trabalho do OE é carregado de tarefas que o tornam, muitas vezes, os vagabundos de Bauman, eles não têm opção, diante dos depoimentos, muitos não podem escolher nem as escolas em que querem trabalhar e vivem na incerteza de não ficarem na mesma escola por um longo tempo. Esse privilégio é dado, apenas, aos concursados a mais tempo e já legitimados no cargo.

Vive-se num Estado de Exceção, que é nada mais, nada menos que o gestor do capitalismo no mundo globalizado. A cultura da exceção é alimentada pelo Estado, pois com a junção do Político no Econômico, o capital ganhou espaços para que a

vida civil fosse instrumentalizada pelos aparatos de poder hegemônicos, sem ligação com a ética, podendo assim transitar livremente sobre a massa, manipulando-as.

Quando um professor ocupa o cargo de OE, ao fazer a prova interna da prefeitura de Santos e assume esse cargo, ele não tem uma mudança de cargo na relação de servidores, continuando a ser professor, exercendo um cargo de OE. Isso porque o Estado, através da prefeitura se sente no direito de removê-lo desse cargo enquanto não se torna estável nele, podendo retornar às salas de aula, demonstrando uma arbitrariedade e gerando insegurança.

As conjunturas são interligadas e estruturam o ambiente da vida social, inclusive das escolas, onde vão se evidenciar mais ainda as exclusões e as desigualdades entre as classes que existem através do sistema capitalista. O desenvolvimento local faz parte do contexto global.

Um dos grandes desafios para o educador é ajudar a tornar a informação significativa, a escolher informações verdadeiramente importantes entre tantas possibilidades, a compreendê-las de forma mais abrangente e profunda e a torna-las parte referencial do aluno.

Ao aluno do século XXI são exigidas habilidades que antes não se aprendiam na escola. A escola, por sua vez, precisou se adaptar às exigências da sociedade moderna e transcendeu o seu papel de transmissora de informação para o de formadora de cidadãos aptos intelectual e emocionalmente para atuar numa sociedade capitalista, em que há necessidade de competir para se alcançar não só uma vaga na universidade, mas principalmente um emprego compatível com sua formação de escolha.

O que faz então o OE nesse contexto de ansiedade dos estudantes? Trabalha com o equilíbrio dos mesmos, cuida para que saibam viver numa comunidade de iguais-diferentes; num mundo que lhes cobra uma capacidade de pensar rapidamente, de se adaptar a cada instante a situações sociais, familiares, jurídicas, políticas, tecnológicas, etc. Enfim, o OE é de certa forma um ponto de apoio para o aluno, a escola e a família.

A escola está num momento de busca pelo seu novo papel e são os educadores quem farão dela um ambiente reflexivo e propício às mudanças necessárias. O OE também está em busca de seu papel na nova escola: é o profissional que vai mediar

as relações entre os estudantes, famílias, professores e possibilitar um diálogo eficaz entre as partes, buscando o desenvolvimento do estudante enquanto cidadão ético e capaz de tomar decisões. O OE irá ajudar os alunos a lidar com a competitividade, com as frustrações e com as diferenças, fazer escolhas, administrar as responsabilidades, além de resolver problemas de forma autônoma.

Ao se estudar os OEs das escolas municipais de Santos e sua formação, estamos tratando de uma realidade regional, principalmente porque a cidade Santos é uma das únicas que, como já foi citado anteriormente, obedeceu a lei federal que exigia a presença de um OE nas escolas.

Ao mesmo tempo em que tem-se uma cidade que estabelece um OE por escola, tem-se um Estado ditador que manipula os servidores, tornando-os bonecos manipuláveis, estabelecendo jornadas e funções multitarefadas, que tornam o trabalho do OE, e porque não dizer, dos demais gestores e professores cansativo e suscetível a intempéries emocionais, visto que através das entrevistas observou-se que o envolvimento emocional com os alunos e suas famílias é intenso e real.

A formação do OE é o ponto crucial desta pesquisa, pois é ela que deu o embasamento teórico para a efetiva prática desse profissional. A formação inicial, seja ela em Pedagogia ou em outra Licenciatura precisa ser melhorada, e isso só será possível através de Políticas educacionais mais eficientes e que busquem a melhoria dos currículos dos cursos de Pedagogia, uma vez que é esse quem forma os gestores educacionais.

O conhecimento se dá fundamentalmente no processo de interação e comunicação, que requer acima de tudo, princípios e reciprocidade. A informação é o primeiro passo para conhecer. A informação é o resultado da organização de dados que estavam soltos, do reconhecimento de algum tipo de estrutura que facilite a compreensão. Conhecimento é o processo de percepção, decodificação, compreensão e incorporação de algumas informações que, assim, se tornam significativas para o estudante. Conhecer é relacionar, integrar, contextualizar, fazer nosso o que vem de fora.

Um dos grandes desafios para o educador é ajudar a tornar a informação significativa, a escolher as informações verdadeiramente importantes entre tantas

possibilidades, a compreendê-las de forma mais abrangente e profunda e a torná-las parte do referencial do estudante.

Diria que um dos grandes desafios do OE é tornar a aprendizagem dos alunos que são atendidos por ele significativa, pois ao estudante do século XXI são exigidas habilidades que antes não se aprendiam na escola. A escola, por sua vez, precisou se adaptar às exigências da sociedade moderna e transcendeu o seu papel de transmissora de informação para o de formadora de cidadãos aptos, intelectual e emocionalmente para atuar numa sociedade capitalista, em que há necessidade de competir para se alcançar não só uma vaga na universidade, mas principalmente um emprego compatível com a sua formação e a sua escolha. O que faz então o OE nesse contexto de ansiedade dos estudantes? Trabalha com o equilíbrio dos mesmos, cuida para que saibam viver numa comunidade de iguais-diferentes; num mundo que cobrará deles uma capacidade de pensar rapidamente, de se adaptar a cada instante a situações sociais, familiares, jurídicas, políticas, tecnológicas, etc. Enfim, o OE é de certa forma um ponto de apoio para o estudante, a escola e a família, por isso, sua formação em serviço precisa ser revista e mais pesquisada.

Adequar a sala de aula, ambiente tão pouco atraente ao jovem já acostumado com a rapidez da tecnologia e a busca da informação por meio de um "clique", é um dos desafios da nova escola. Além disso, preparar o jovem para as exigências do mercado de trabalho atual, em que as relações humanas são essenciais e as habilidades e competências são mais valorizadas que o conhecimento do conteúdo em si, é outro desafio que requer conhecimento e adaptação do educador às transformações sociais atuais.

Ainda há muito a ser estudado sobre as OEs das escolas municipais de Santos, então que venha o doutorado!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCÃO, I. Prefácio. In: MACIEL, L. S. B.; SHIGUNOV NETO, A. (org.). **Formação de professores: passado, presente e futuro**. São Paulo: Cortez, 2004.

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. **O planejamento da Orientação Educacional – Algumas considerações**, p. 73-82, 1976.

ALMEIDA, Claudia Mara de; SOARES, Kátia C. D. **Pedagogo escolar: as funções supervisora e orientadora**. Curitiba: Ibpex, 2010.

ALONSO, Myrtes. **O Papel do Diretor na Administração Escolar**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1988.

ANP – Agência Nacional de Petróleo. **Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural 28/2/2019** – Circulação Externa Superintendência de Desenvolvimento e Produção – SDP. 2019

BARROSO, João. **Autonomia e gestão das escolas**. Lisboa: Ministério da Educação, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: As consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAILEY, D. F.; GETCH, Y. Q. e CHEN-HAYES, S. **Professional school counslors as social and academic advocates**. Em B. T. Erford (Ed.), *Transforming the school counseling profession* (pp. 411-434). Upper Saddle River, NJ: Merrill Prentice Hall, 2003.

BATALLOSO, Juan Miguel. **Dimensões da psicopedagogia hoje**. Uma visão transdisciplinar. Brasília: Liber, 2011.

BEMAK, F. **Transforming the role of the conselor to provide leadership in educational reform through collaboration**. *Professional School Counseling*, 3, 323-331, 2000.

BOCK, Ana M. B. (Org.). **A escolha profissional em questão**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. **Lei orgânica do ensino industrial. 1942**.

BRASIL. **Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm#art62. Acessado em: 18 set 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Base da Educação n 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília. MEC/SEF, 2000.

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. 2006.

BRETTAS, Tatiana. **Dívida pública: uma varinha de condão sobre os recursos do fundo público.** In: SALVADOR, Evilásio et al. (Orgs.). *Financeirização, fundo público e política social.* São Paulo: Cortez, 2012.

BRYAN, J. e HOLCOMB McCOY, C. **School counselors' perceptions of their involvement school-family-community partnerships.** *Professional School Counseling*, 7, 162-171, 2004.

BUNK, G. **La transmisión de las competencias em la formación y perfeccionamiento de profesionales.** *Revista Europea de Formación Profesional*, 1, 8-14, 1994.

CALVI, Lourdes Margareth e MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Reflexões acerca da organização do trabalho cotidiano do pedagogo escolar.** 2010. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/md_lourdes_margareth_calvi.pdf. Acesso em 24 mai 2019.

CANDAU, Vera M. **A didática hoje: uma agenda de trabalho.** In.: : CANDAU (org.) *Didática, currículo e saberes escolares.* 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, 149-160.

CARVALHO, Maria de Lourdes Ramo da Silva. **A função do orientador educacional.** São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social. Uma crônica do salário.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1998. Prefácio, Introdução, cap.1, p. 11-93 e cap.VIII e conclusão, p.495-611.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de and DOURADO, Luiz Fernandes. **Política educacional, mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular dos cursos de graduação no Brasil.** *Educ. Soc.*[online]. 2001, vol.22, n.75, pp.67-83.

CAVALIERE, Ana Maria. **Apresentação da Seção Temática Tempo de Escola.** *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 41, n. 4, p. 975-984, out./dez. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623668297>. Acesso em 20 set 2017.

CHIAVENATO, I. **Gerenciando com as Pessoas: Transformando o Executivo em um Excelente Gestor de Pessoas: Um Guia para o Executivo Aprender a Lidar com sua Equipe de Trabalho.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CONCEIÇÃO, Lilian Feingold. **Coordenação Pedagógica e Orientação Educacional.** Porto Alegre: Mediação, 2010.

CORALINA, Cora. **Vintém de Cobre - Meias Confissões de Aninha.** Ed. Global, 10ª Ed., 2013.

DARDOT, P. e LAVAL, C.. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

DETOMINI, Gabriela Mendes e MARIOTINI, Sérgio Donizeti. **Fracasso no exercício do ofício docente: consequências da desvalorização social da profissão docente?** Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro SP, 4 (1): 368-383, 2017.

Documento final da Conferência Nacional de Educação – CONAE. Brasília, DF: Ministério da Educação. 2010.

DOMINSCHKEK, Desire Luciane e WALOSKI, Leticia. **A identidade do pedagogo escolar: notas introdutórias.** Revista Intersaberes, vol. 8, n.16, p.151-175. jul. – dez. 2013.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **As Três Economias Políticas do Welfare State.** Trad. Dinah de Abreu Azevedo. *Lua Nova*, set, 1991

ESTEVES, Manuela e RODRIGUES, Angela. **Análise das Necessidades na** ESPING-ANDERSEN, Gosta. *As três economias políticas do welfare state.* In: **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 24, Marco Zero/CEDEC, set. 1991.

FALCÃO FILHO, José Leão M. **As Relações entre o Supervisor Pedagógico e os Professores: Passado, Presente e Futuro.** Revista Amae Educando. Belo Horizonte, n.º 189, p. 31-38, 1987.

FERREIRA, Naura S. C. **Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios.** São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **O individualismo na contemporaneidade e o compromisso da administração na educação.** In: SERRA, C. *Conflito e mestiçagem*. Maputo/Moçambique: Imprensa Universitária UEM (Universidade Eduardo Mondlane). 2000.

_____. **O trabalho e a formação dos profissionais da educação: priorizando finalidades com a autodeterminação.** In: AGUIAR, Márcia Ângela da Silva; FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Orgs.). *Para onde vão a orientação e a supervisão educacional?* Campinas: Papirus, 2002.

FLORES, M. A. Discursos do profissionalismo docente: paradoxos e alternativas conceituais. *Revista Brasileira de Educação*, v. 19, n. 59, out.-dez, 2014.

FRANCO, Alexandre de Paula. **Formação dos Gestores Escolares: dos encontros e desencontros nos cursos de Pedagogia.** In: SILVESTRE, M. A. e PINTO, U. de A., *Curso de Pedagogia: avanços e limites após as Diretrizes Curriculares Nacionais*, Cortez Editora, págs. 101-126, 2017.

FREITAS, M. T. de A. **A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa.** In: Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 116, p. 21-39, jul. 2002.

FREIRE. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FURLAN, Cacilda Mendes Andrade. **História do curso de pedagogia no Brasil: 1939-2005.** Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/164_885.pdf. Acessado em 10 maio 2019. s/d.

GADOTTI, Moacir, 2001. **Pedagogia da Terra.** São Paulo: Peirópolis.

GALINDO, W. C. M. **A construção da identidade profissional docente.** *Psicologia, Ciência e Profissão*, vol. 24, n. 2, p. 14-25, 2004.

GATTI, B. A. **Formação de professores no Brasil: características e problemas.** *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez., 2010.

GAZETA DE SÃO PAULO. **As Heranças do pré-sal em Santos.** 12/nov/2017.

GIACAGLIA Lia Renata Angelini, PENTEADO, Wilma Millan Alves. **Orientação educacional na prática**: princípios, técnicas, instrumentos. São Paulo, SP: Pioneira Educação, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GIMENO SACRISTÁN, J. **Conciencia y acción sobre la práctica como liberación profesional**. In: IBERNON, F. (Coord). *La formación permanente del profesorado en los países de la CEE*. Barcelona. ICE universitat de Barcelona-Horsori, p. 53-92, 1998.

GRACINDO, Regina Vinhaes et al. **Conselhos escolares e a aprendizagem na escola**. Cadernos do Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, n. 2. Brasília, MEC/SEB/CAFISE, 2004.

GRINSPUN, Mirian Paura S. Zippin. **Histórico da orientação educacional no Brasil**. Forum educ., Rio de Janeiro, 7(2) : 56-90 abr./jun. 1983.

GRINSPUN, M.P.S. **A orientação educacional**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Supervisão e orientação educacional**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____.(Org.) **A prática dos orientadores educacionais**. 6ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **A orientação educacional: conflito de paradigmas e alternativas para a escola**. 5ª ed., São Paulo: Cortez, 2011.

KERLINGER, F. N. **Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1980.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Trabalho pedagógico: da fragmentação à unitariedade possível**. In: AGUIAR, Márcia Ângela da Silva; FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Orgs.). *Para onde vão a orientação e a supervisão educacional?* Campinas: Papyrus, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora? : novas exigências educativas e profissão docente**. 6ª. ed.- São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 11 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LOURENÇO FILHO, Manuel B. **Introdução ao Estudo da Escola Nova**, Ed. Melhoramentos, 11ª ed., 1974.

LUCION, Cibele da Silva; SILVA, Richard da e BERTI, Vanilda Antunes. **Estratégias de ação do orientador educacional para atrair familiares no contexto da escola**. Periódicos UNESP. 2016. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/2941-8479-1-SM.pdf. Acesso em 2 jun 2019.

LÜCK, Heloisa. **Heloísa Lück fala sobre os desafios da liderança nas escolas**. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/787/heloisa-luck-fala-sobre-os-desafios-da-lideranca-nas-escolas>. Acesso em 12 fev 2019.

_____. **Planejamento em orientação educacional**. 21. ed. São Paulo: Vozes, 2009.

LÜCK, Heloísa. **Gestão Educacional uma Questão Paradigmática**. Petrópolis: Vozes, 2006. (Cadernos de gestão – vol. I).

_____. **Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional**. Petrópolis: Vozes, 2006. (Cadernos de Gestão – Vol.II).

_____. **Gestão Participativa na Escola**. Petrópolis: Vozes, 2006. (Cadernos de Gestão- Vol. III).

LUCKESI, Cipriano C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 2001

MAIA, E. M e GARCIA, R. L. **Uma orientação educacional nova para uma nova escola**. São Paulo: Loyola, 1990.

MARTINS, José do Prado. **Princípios de Métodos da Orientação Educacional**, 2 ed., São Paulo: Atlas, 1984.

MARQUES, Eduardo. As Políticas Públicas na Ciência. In: MARQUES, E. e FARIA, C. A. P. (Orgs.). **A Política Pública como campo Multidisciplinar**. São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013, p.23-46.

MARSHALL, Theodore H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. Cap. III (p.57-114).

MARTINS, José do Prado. **Princípios e métodos da orientação educacional**. 2 ed. São Paulo; Atlas, 1984.

MÉSZÁROS, Istvan. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. Trad. Ana Cotrim, Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo. 2007. p. 19-64.

MINAYO, Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MOREIRA, Rafael. **As desigualdades sociais em Santos**. Frequência Caiçara, mídia livre. 2017. Disponível em: <http://ontonrtv.blogspot.com/2017/05/as-desigualdades-sociais-em-santos.html>. Acessado em 24 fev 2019.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa e SILVA, Tomaz Tadeu da. **Sociologia e Teoria Crítica do Currículo: uma introdução**. In: MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa e SILVA, Tomaz Tadeu da. (Orgs.); tradução de BAPTISTA, Maria Aparecida, *Currículo, Cultura e Sociedade*. São Paulo: Cortez, 1995.

NASCIMENTO, Izete Santos do. **Pedagogo-Orientador Educacional no Acolhimento e Acompanhamento de Adolescentes em Medida Socioeducativa**. Dissertação de Mestrado da Universidade de Brasília. Orientador Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino. Brasília, 2017.

NÉRICI, Imídeo G. **Origens da Orientação Educacional e Necessidades da Orientação Educacional & A Orientação Educacional**. In: *Introdução à orientação Educacional*. São Paulo. Atlas, 2ª Ed., 2006.

NEWELL, M. L. **Transforming knowledge to skill: Evaluating the consultation competence of novice school-based consultants**. *Consulting Psychology Journal: Practice and Research*, 64, 8-28. 2012.

NÓVOA, A. **Formação de professores e trabalho pedagógico**. Lisboa: Educa, 2002.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 5ª ed. Campinas: Papyrus, 2000.

PARADA, Eugenio Lahera. *Política y Políticas Públicas*. In: SARAVIA, Enrique e FERRAREZI (Orgs.). **Políticas Públicas**. Coletânea – Volume 1. Brasília: ENAP, 2006, p.67-95.

PARO, Victor Henrique. **Por dentro da escola pública**. São Paulo: Xamã, 2000.

_____. **Administração escolar introdução a crítica.** 14. ed.. São Paulo: Cortez, 2006.

PASCOAL, Miriam; HONORATO, Eliane Costa e ALBUQUERQUE, Fabiana Aparecida de. **O Orientador Educacional no Brasil.** Educação em Revista | Belo Horizonte | n. 47 | p. 101-120 | jun. 2008.

PASSEGI, M. C.; SOUZA, E. C.; VICENTINI, P. P. **Entre a vida e a formação: abordagem (auto)biográfica.** *Educação em Revista.* Belo Horizonte, v. 27, n. 01, p. 369-386, abr. 2011.

PEREIRA, P. A P. **Porque continuo contra as políticas sociais focalizadas: réplica à recente matéria sobre o Programa Bolsa Família veiculada pelas Organizações Globo.** NEPPOS/CEAM/UnB Grupo de Estudos POLITIZA – PPGPS/SER/IH/UnB. Brasília. 2012.

PIANEZZER, Lucia Cristine Moratelli. **Orientação Educacional.** Indaial: Uniasselvi, 2013.

PILETTI, Nelson: **Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental.** 26. ed. São Paulo: Ática, 2002.

PIMENTA, S. G. **Orientação vocacional e decisão – estudo crítico da situação no Brasil.** São Paulo: Loyola, 1984.

_____. **Evolução histórica da Orientação Educacional no Estado de São Paulo.** Revista da Faculdade de Educação, v.16, n.1/2, p.62-86, 1990.

_____. **O Pedagogo na Escola Pública.** São Paulo: Loyola, 4ª ed., 2002.

_____. et al. **Os cursos de licenciatura em Pedagogia: fragilidades na formação inicial do professor polivalente.** In: SILVESTRE, M. A. e PINTO, U. de A., *Curso de Pedagogia: avanços e limites após as Diretrizes Curriculares Nacionais,* Cortez Editora, págs. 23-48, 2017.

_____; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Docência no Ensino Superior.** São Paulo: Cortez, 2002.

PINTO, Umberto de Andrade. **Graduação em Pedagogia: apontamentos para um curso de Bacharelado.** In: SILVESTRE, M. A. e PINTO, U. de A., *Curso de Pedagogia:*

avanços e limites após as Diretrizes Curriculares Nacionais, Cortez Editora, págs. 163-184, 2017.

POPPER, Karl Raimund. **A Lógica da Pesquisa Científica**, São Paulo: Editora Cultrix, 6ª Ed., 2000.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE SANTOS. **Regimento Escolar das Unidades Municipais de Educação**. Santos-SP, 2006.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE SANTOS. Lei complementar N.º 752 de 30 de março de 2012. **Dispõe sobre o estatuto e plano de cargos, carreira e vencimentos dos profissionais do magistério público municipal de Santos**. 2012.

PROUST, Marcel. *À sombra das raparigas em flor*. São Paulo: Globo, 1992.

RAMALHO, B. L.; NUÑEZ, I. B. e GAUTHIER, C. **Formar o professor, profissionalizar o ensino**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RIGO, Ana Maria Ranzan et al. **Autonomia e autoridade em diálogo com a teoria e a prática: o caso da profissão docente**. Revista Unisinos. Edição: 2004 - Vol. 29 - N° 02, 2004.

RIVERO, C. M. L. e GALLO, S. (org). **A formação de professores na sociedade do conhecimento**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

SABATELLA, Maria L. P. **Talento e superdotação: problema ou solução?** Curitiba: Ibpex, 2005. 183 p.

SANCHES, Maria Aparecida. **Orientação educacional dirigida a adolescentes**. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

SÃO PAULO, **Decreto N. 17.698, de 26 De Novembro de 1947**. Aprova a Consolidação mandada elaborar pelo Decreto n. 17.211, de 13 de maio de 1947.

SAVIANI, Demerval. **O que é Pedagogia?** Didata, a revista do educador. Edições Loyola, 1976.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 21ª edição pensada e ampliada. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Jair Militão da. **A Autonomia da Escola Pública: A re-humanização da escola**, Campinas, SP, Ed. Papirus, 1996.

SILVA, M., and VALDEMARIN, V. T., orgs. **Pesquisa em educação: métodos e modos de fazer** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 134 p. ISBN 978-85- 7983-129-4. Available from SciELO Books . Disponível em: <http://books.scielo.org/id/8w6rd/pdf/silva-9788579831294-03.pdf>. Acessado em 17 abr 2019.

SILVA, Carmem Silvia Bissoli da. **Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade**. São Paulo: Autores Associados, 1999.

SILVA, Ana Célia Bahia. **Projeto Pedagógico: Instrumento de gestão e mudança**. 2000.

SIQUEIRA, Regina Aparecida Ribeiro. **A Orientação educacional re-visitada**. In: Coleção Universidade Aberta, v.11, São Paulo: Arte & Cultura, 1995.

SIZER, Theodore. *Common Sense. Educational Leadership*, 42(6). 1985. citado em CARBONELL, J. **A aventura de inovar: a mudança na escola**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SOUZA, Silvana Aparecida: **Gestão Escolar Compartilhada: Democracia ou Descompromisso**. São Paulo: Xamã, 2001.

SZYMANSKI, H. **A Entrevista na Pesquisa em Educação: a prática reflexiva**. Brasília: Editora Plano, 2002.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TEIXEIRA, Enise Barth. **A Análise de Dados na Pesquisa Científica importância e desafios em estudos organizacionais**. Desenvolvimento em Questão. Editora Unijuí • ano 1 • n. 2 • jul./dez. • 2003. P. 177-201.

THOMPSON, E. P. **Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial**. In: *Costumes em comum*. Trad. Rosaura Eichenberg. Editora Schwarcz, São Paulo, 1998. p. 267 – 304.

THURLER, G. M I. **Inovar no interior da escola**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais. A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas. 1987.

VIEIRA, F. **Supervisão - Uma Prática Reflexiva de Formação**. Rio Tinto: Asa, 1993.

VILLANUEVA, Luis F. Aguilar. *Estudio Introductorio*. In: SARAVIA, Enrique e

FERRAREZI (Orgs.). **Políticas Públicas**. Coletânea – Volume 1. Brasília: ENAP, 2006, p.43-65.

YINGER, R. J. **Investigación sobre el conocimiento y pensamiento de los profesores: hacia lá concepción de la actividad profesional**. In: VILLAR, L. M. *Pensamiento de los profesores y toma de decisiones*. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Universidad de sevilha, 1986.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZYTOWSKI, D. G. **Four hundred years before Parsons**. *Personnel and Guidance Journal*, 50 (6), 443-450. 1972.